



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
CENTRO DE ARTES HUMANIDADES E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**TAYSA SILVA SANTOS**

**COMANDO ENTRE CADEIAS:  
DO ESTADO, DOS FRENTEIS E DAS FAMÍLIAS**

Cachoeira  
2017

**TAYSA SILVA SANTOS**

**COMANDO ENTRE CADEIAS:  
DO ESTADO, DOS FRENTE E DAS FAMÍLIAS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Herbert Toledo Martins.

Cachoeira  
2017

Ficha Catalográfica: Biblioteca Universitária de Cachoeira - CAHL/UFRB

Santos, Taysa Silva

S237c Comando entre cadeias: do estado, dos frentes e das famílias. / Taysa Silva Santos. – Cachoeira, 2017.

124 f.: Il.; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Herbert Toledo Martins.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes, Humanidades e Letras, 2017.

1. Dinâmicas prisionais. 2. Prisões - Bahia. 3. Estado. 4. Frentes. 5. Famílias. I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Centro de Artes, Humanidades e Letras. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Cultura, Desigualdade e Desenvolvimento. II. Título.

CDD: 343

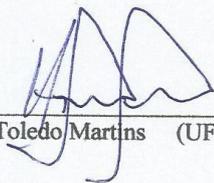
TAYSA SILVA SANTOS

**COMANDO ENTRE CADEIAS:  
DO ESTADO, DOS FRENTEIS E DAS FAMÍLIAS**

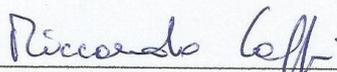
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais:  
Cultura, Desigualdade e Desenvolvimento da UFRB, sob orientação do Prof.  
Dr. Herbert Toledo Martins.

Aprovado, 29 de junho de 2017.

Comissão Examinadora:



Prof. Dr. Herbert Toledo Martins (UFRB – Orientador)



Prof. Dr. Riccardo Cappi (UEFS – Examinador)



Prof. Dr. Luiz Cláudio Lourenço (UFBA – Examinador)

Cachoeira-Ba  
2017

Aos presos e suas famílias.

## AGRADECIMENTOS

---

Noites, dias, madrugadas, idas e vindas, escritas nas estradas. Esses cruzamentos não se fizeram sozinhos; com eles, muitos contribuíram à caminhada. São a estes que venho aqui agradecer.

Desse modo, abro os caminhos dignificando o autor da minha vida, Deus: obrigada pelo amor, direções e presença. Aos meus amados pais, Catarina e Roserval, pela intensa compreensão, união e força que sempre me transmitem. Aos maravilhosos momentos de descontração, companheirismo e gargalhadas partilhados com minha querida irmã Mikelle. À amizade do meu cunhado Leandro. E ao carinho e preocupação da minha avó Isabel Santos.

Antes mesmo da graduação eles me impulsionaram aqui chegar, desdobrando diferentes recursos: meus tios(as) em diferentes momentos da vida ultrapassaram empecilhos para me ajudar. Sempre hospitaleiros, longânimes e carinhosos, agradeço a Terezinha Lima, Nilza Araújo, Eliani Nunes, Edimaura Nery, Norma Sueli, Joel Silva, Paulo Silva e Messias Santos.

Alegrias, resenhas da vida, afetos, amizades e compartilhamento do saber também fazem parte da caminhada. Gratidão a Lilian Souza, João Paulo, Barbara Assunção e Camila Borges, pelos quais em diferentes tonalidades desenvolvi imenso carinho. Igualmente, faço menção à turma do mestrado 2015. Sucesso, galera!

Agradeço também, aos professores Luiz Cláudio Lourenço e Riccardo Cappi, pelos valiosos direcionamentos compartilhados, quando na banca de qualificação deste trabalho. Aos professores do PPGCS-UFRB, que em diferentes momentos contribuíram com debates e novos conhecimentos, em extraordinário a Wilson Penteadó e Diogo Valença.

Ao meu querido orientador, Herbert Toledo Martins, pela paciência, conselhos e ampla visão, que possibilitou auxiliar-me nos contornos deste trabalho. Sentirei saudades das tuas loucuras professor (risos)!

Não me esquecendo dos antigos, devo agradecer aos professores do Colegiado de Serviço Social, em especial a Simone Brandão, por quem o saber pelas questões prisionais me afetou.

Ainda assim, agradeço a colaboração dos interlocutores desta pesquisa. Sem vocês este texto seria sem forma e vazio.

À Fundação de Amparo a Pesquisa da Bahia (FAPESB), por ter financiado esta pesquisa.

E por último, porém não menos importante, aquele que adentrou a minha morada sem pedir licença, puxou a cadeira e fez-se habitar. Wellington, gratidão pelos risos, parceria e carinho!

De modo geral, a todos que em diferentes formas, somaram à caminhada.

## RESUMO

---

Esta dissertação pretende compreender dinâmicas organizacionais operadas pelo Estado, *Frentes* e Famílias em instituições prisionais do Complexo Penitenciário da Mata Escura, em Salvador-BA. Especificamente, debruça-se sobre as relações, atuações e recursos mobilizados por estes atores na administração dos conflitos nas prisões. Assim, distanciando-se de perspectivas de “desordem”, argumenta-se que a atual conformação estatal é produzida por intermédio de suas *margens*. Com isso, esta análise busca agregar aos estudos prisionais o entendimento das dinâmicas entre redes. Deste modo, a partir da descrição de “cenas” etnográficas, seguida das técnicas de observação sistemática e entrevistas semiestruturadas individual, revela-se no cenário baiano, um processo de gestão prisional desdobrado entre três atores – Estado, *Frentes* e Famílias –, que colaboram e se opõe na composição e execução das normas, bens e serviços, de modo, a estabelecer o *regime de paz*, quando *tocam as cadeias* entre cadeias.

**Palavras-chave:** Estado. *Frentes*. Famílias. Prisões. Bahia.

## ABSTRACT

---

This dissertation intends to understand organizational dynamics operated by the State, Fronts and Families in prison institutions of the Penitentiary Complex of Mata Escura, in Salvador, Bahia. Specifically, it focuses on the relationships, actions and resources mobilized by these actors in the administration of conflicts in prisons. Thus, distancing itself from perspectives of "disorder", it is argued that the current state conformation is produced through its margins. With this, this analysis seeks to aggregate to prison studies the understanding of the dynamics between networks. Thus, from the description of ethnographic "scenes", followed by the techniques of systematic observation and individual semi-structured interviews, it is revealed in the Bahian scenario, a process of prison management divided between three actors - State, Fronts and Families -, who collaborate and opposes in the composition and implementation of norms, goods and services, so as to establish the peace regime, when they touch the chains between chains.

**Keywords:** State. Fronts. Families. Prisons. Bahia.

## LISTA DE SIGLAS

---

**BDM** – Bonde do Maluco

**CPS** – Cadeia Pública de Salvador

**CV** – Caveira

**CM** – Central Médica

**CP** – Comando da Paz

**CPF** – Conjunto Penal Feminino

**PLB** – Penitenciária Lemos Brito

**PS** – Presídio de Salvador

**PCC** – Primeiro Comando da Capital

**SINSPEB** – Sindicato dos Agentes Penitenciários da Bahia

**UED** – Unidade Especial Disciplinar

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

---

FIGURA 1 – Complexo Penitenciário da Mata Escura em Salvador - BA.....	24
FIGURA 2 – Instrumentos disciplinares dos presos .....	43
FIGURA 3 – Circuitos dos presos com o (no) Estado .....	85

## SUMÁRIO

---

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>APRESENTAÇÃO DOS CAPÍTULOS.....</b>	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO 1 – CENAS ETNOGRÁFICAS .....</b>	<b>18</b>
1.1 ESCOLHAS METODOLÓGICAS. ....	18
1.2 A PESQUISADORA, OS CAMPOS, A ÉTICA E OS INTERLOCUTORES.....	23
1.2.1 CENA 1 – <i>PEGAR A VISÃO</i> . ....	26
1.2.2 CENA 2 – CONTRAPOR RESISTÊNCIAS. ....	34
1.2.3 CENA 3 – <i>NO VENENO</i> . ....	44
1.2.4 CENA 4 – <i>PRESO É PRESO!</i> .....	56
<b>CAPÍTULO 2 – ESTUDOS SOBRE PRISÕES NO BRASIL.....</b>	<b>65</b>
2.1 DAS POLÍTICAS E DAS PRISÕES .....	65
2.2 DOS PRISIONEIRO E SUAS AGÊNCIAS .....	71
<b>CAPÍTULO 3 – O ESTADO E AS NORMAS NAS PRISÕES.....</b>	<b>79</b>
3.1 INFLEXÕES ESTATAIS: PRÁTICAS E CONCEPÇÕES.....	79
3.2 NEGOCIAÇÕES AS AVESSAS .....	87
<b>CAPÍTULO 4 – AS FAMÍLIAS, AS PRISÕES E OS ARTEFATOS .....</b>	<b>91</b>
4.1 ACESSOS E PERCURSOS .....	91
4.2 AFETOS E PRAZERES.....	96
<b>CAPÍTULO 5 – GESTÃO DA ORDEM: OS <i>FRENTES DE CADEIA</i>.....</b>	<b>101</b>
5.1 TRAJETOS E CARACTERÍSTICAS.....	101
5.2 DINÂMICAS ORGANIZACIONAIS. ....	105
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>110</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>113</b>
<b>APÊNDICE A – Glossário da linguagem prisional .....</b>	<b>122</b>

**APÊNDICE B – Termo de Autorização para pesquisa ..... 124**

## INTRODUÇÃO

---

Tornou-se comum na atualidade brasileira encontrarmos nos muros de nossas cidades siglas fazendo alusão ao PCC, CV, CP, BDM<sup>1</sup>, seja no interior ou nas capitais. Para alguns, tais escritos passam despercebidos, são letras mortas. Outros visualizam e entendem enquanto ações que violam a estética urbanística dos ambientes, tornando-os destituídos de sentido e significação. Há aqueles, entretanto, que interpretam tais códigos enquanto discursos que ecoam, de lugares subalternos, como as prisões; e que por si empreendem leis, territórios, atores e trajetórias, uma vez que as prisões não mais se constituem instituições fechadas em si mesmas, mas de fluxos contínuos com a sociedade em geral, que excedem seus muros físicos (GODOI, 2010). Dessa forma, são múltiplas as vozes e conexões que envolvem o transbordar prisional, porém seu ápice teve como efeito as mobilizações de presos ocorridas no sistema prisional paulista<sup>2</sup>, que repercutiu substancialmente na sociedade extramuros. Tal episódio demonstrou as tensões e conflitos enfrentados pelo Estado na condução da ordem interna, bem como o entendimento da população prisional da necessidade de articulação com intuito de sobreviver às situações adversas impostas pela vida nas prisões.

Desse modo, a partir de acordos *tácitos*, o Estado é atravessado pelas dinâmicas dos presos, e com elas passa a partilhar a gestão das unidades prisionais. Com base nesses deslocamentos, ao longo dos anos, diferentes estados da federação, assim como a Bahia, foram afetados por tais circuitos, em que emergem entre os presos aqueles que serão responsáveis pela negociação da ordem, guerra e paz no caos iminente das *cadeias* baianas. Nesse percurso, os acordos estabelecidos entre *staffs* e presos são redimensionados através das dinâmicas dos familiares de presos nos circuitos entre as prisões, haja vista que tais atores

---

<sup>1</sup>As siglas fazem referência aos grupos de presos organizados Primeiro Comando da Capital (PCC), Caveira (CV), Comando da Paz (CP) e Bonde do Maluco (BDM).

<sup>2</sup>Episódio conhecido como “Ataques do PCC” em maio de 2006.

acabam por conformar *redes de vínculos*, que possibilitam distribuir as ações (LATOURE, 2015). Com isso, nas últimas décadas, distintos estudos em diferentes contextos buscaram deslindar as políticas tecidas pelos presos no interior das prisões, os reflexos dessas políticas em periferias urbanas e comércios de tráficos de drogas, bem como os vários atores que conformam fluxos e conectam as prisões à sociedade mais ampla. Cada qual, ao seu modo, trouxe importantes prismas de análise ao entendimento das dinâmicas prisionais no cenário brasileiro; no entanto, ainda são poucos os que desdobram como é operado o processo de gestão prisional, tendo como foco de análise a tríade – Estado, *frentes* (presos) e famílias.

Vislumbrando esta lacuna, esta conformação analítica parte da compreensão de que o Estado atua e se molda a partir de suas *margens*, produzindo, com efeito, o comando entre cadeias. Longe de pensar esses atravessamentos no campo da “desordem”, “falta” ou “falha” (DAS; POOLE, 2008), evidencia-se um sistema de três atores que no fundo colaboram e se opõem no plano de execução da norma, em que por intermédio dos *corres*, afetos, *merendas*, artefatos, bairros, *bondes*, *seguros*, crime, *castigos*, comércios, *consequências* e funções se entrelaçam os circuitos. Dado essa ordem de questões, desenvolve-se aqui como se articulam esses atores na dinâmica organizacional das instituições prisionais do Complexo Penitenciário da Mata Escura, em Salvador-BA, tendo como fio condutor o fenômeno dos *frentes de cadeia*<sup>3</sup>. Nessa direção, é ponderado acerca das relações, atuações e os recursos utilizados na administração dos conflitos das prisões.

## APRESENTAÇÃO DOS CAPÍTULOS

A presente dissertação é constituída por cinco capítulos, excetuando-se a introdução e conclusão. Inicialmente, no Capítulo 1, busquei desdobrar os caminhos que me conduziram a escolha da temática dos estudos prisionais, os percalços e processos de negociações

---

<sup>3</sup>As categorias frente de cadeia, frente, linha de frente ou xerife remetem à função de liderança dos presos.

enfrentados junto aos meus interlocutores nos campos, bem como caracterizações gerais e dinâmicas internas das unidades prisionais nas quais esta pesquisa foi realizada. Em resumo, diz-se que nesta seção abordam-se aspectos metodológicos, éticos e políticos que agenciam este estudo.

O Capítulo 2, por sua vez, consta da análise do ‘estado das artes’ dos principais estudos prisionais no Brasil, em que se optou por evidenciá-los a partir do processo de redemocratização e endurecimento das políticas penais, que culminou na intensificação das dinâmicas e formações de grupos de presos organizados em diferentes Estados da federação. Longe de tratar tais processos como questão isolada, entende-se que este *modus operandi* reflete interlocuções de políticas punitivas implementadas em países de capitalismo desenvolvido, tal como a *tolerância zero*, que teve por prerrogativa agravar os sistemas de exceção. Todavia, no caso brasileiro, faltou atentar-se para o poder de agência que a exceção produziria sobre os corpos e mentes dos presos, que passam a mobilizar-se não só no ambiente prisional, mas em seus entornos e contornos.

O Capítulo 3 baliza as concepções e práticas dos *staffs* acerca das dinâmicas efetuados pelos presos que exercem funções nas prisões. Desse modo, é deslindada a forma pela qual estas redes são conformadas nas dinâmicas internas, em que agentes prisionais e presos interagem, produzindo leis, fluxos e ordem nas *cadeias*. Ao contrário do que comumente é postulado, empreende-se que a articulação dos presos no cenário baiano possibilitou a diminuição do número de homicídios, fugas e rebeliões, demonstrando como as funções entre estes atores facilitou a vida social intramuros. O Capítulo 4 desdobra-se as redes conformadas por familiares nos trânsitos entre as *cadeias*. Nesse sentido, dá-se ênfase aos diferentes artefatos produzidos e agenciados para manutenção e preservação dos parentes presos, denominados na linguagem local de *corres*.

Por fim, o Capítulo 5 empreende sobre as dinâmicas organizacionais dos *frentes de cadeia* no sistema prisional baiano, explorando a partir do ponto de vista dos presos suas estratégias de controle para configuração do *regime de paz*. De igual modo, busca-se desconstruir concepções que coadunam com a noção de que os *frentes* e seus grupos atuam nas *cadeias* sem o apoio estatal. Em oposição, demonstra-se como as trajetórias, *hierarquia*, *hegemonia*, *disciplina e regalias* por eles tecidas, tão só se efetivam em circuito com o Estado e famílias. Nas Considerações Finais são remontadas de forma breve questões trabalhadas ao longo do texto, refletindo e situando a contribuição deste estudo ao campo.

## CAPÍTULO 1

---

### CENAS ETNOGRÁFICAS

Além desse portão, havia o mundo luminoso da liberdade. E, de dentro, aquele mundo nos parecia como um conto de fadas, como uma miragem [...] eram leis, costumes, hábitos característicos [...]. E é esse recanto que desejo descrever. (DOSTOIÉVSKI, 2006, p. 9).

#### 1.1 ESCOLHAS METODOLÓGICAS

Neste capítulo, serão abordados os aspectos metodológicos que caracterizam a presente pesquisa. Aqui, buscar-se-á demonstrar que transitar e pesquisar entre prisões requer muito além de um escopo estruturado de técnicas orientadas por manuais acadêmicos. São idas e vindas, esforços, angústias, negativas, poderes, saberes, aprendizados, interações, construção de laços: de amizades ou de tensões. Os campos, assim como os atores que neles exercem funções estão envoltos por dinâmicas diversas, que não se delimitam aos encontros descritos. Por isso, também evidencio as limitações desta experiência. Desse modo, não se tem por pretensão realizar uma leitura taxativa do sistema prisional baiano e de seus atores, mas alguns aspectos de dinâmicas organizacionais operantes nas cadeias baianas.

Minha entrada no campo dos estudos prisionais se deu por dois motivos: acadêmico e pessoal. Tudo se inicia no universo acadêmico, quando ingresso no estágio curricular em uma unidade prisional da Bahia, durante o período de graduação em Serviço Social. A partir de então, tive a experiência de desenvolver pesquisa de campo, para Trabalho de Conclusão de Curso<sup>4</sup> na referida unidade, em que abordei o fenômeno das lideranças dos presos. Imersa na dinâmica daquele local e atravessada pelos balizamentos realizados pela literatura

---

<sup>4</sup>SANTOS, Taysa Silva. **Paz na cadeia**: as lideranças dos presos. Monografia (Serviço Social) pelo Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira/BA, 2014. 93 f.

especializada, debruçei-me, mais especificamente, a pensar sobre a emergência de presos que exerciam “liderança” no ambiente prisional, que por sua vez, acabava por estabelecer a ordem, intermediando conflitos ou, como dizia alguns de meus interlocutores, a *paz na cadeia*. Daí, concluí que, tais atores são essenciais ao próprio processo de gestão prisional, haja vista que há redes e situações pessoais que o Estado não alcança. Quando do término da graduação, no final de 2014, ingressei no mestrado em Ciências Sociais no ano de 2015, buscando dar continuidade e desdobramentos ao estudo do fenômeno, agora, agregado a outras problematizações e abrangendo outras unidades prisionais do Estado. Nesse sentido, com o presente trabalho me direciono a entender como se articulam o Estado, os *frentes* e as famílias na dinâmica organizacional das instituições prisionais baianas.

Todavia, esta conformação analítica não se deu de imediato; foram longos meses de pesquisa e interação nos campos. Inicialmente, era pretensão analisar unicamente as dinâmicas dos presos *frentes de cadeia* na Bahia, mas, no decorrer do processo, as famílias, assim como os *staffs*, colocaram-se enquanto atores centrais no entendimento das dinâmicas dos presos. Assim, delineou-se que o comando se tece em cadeia.

O outro motivo remete à minha infância. Indo além, e pensando com Queiroz (2008), digo que inconscientemente, certos contextos vivenciados na infância – tais como as tardes chuvosas em São Paulo em que tinha contato com as músicas *rapper* que minhas primas ouviam, e que relatava o mundo prisional –, de certo modo, influenciou no interesse acadêmico pelo presente campo de estudo. Embora à época a minha idade não permitisse compreender os sentidos e significados deste universo, que para mim era sombrio, até mesmo pelas batidas das músicas e tons graves das vozes, hoje entendo que minha sensibilidade feminina já sentia a nebulosidade dos ambientes e circunstâncias descritas nas letras das músicas em que o grupo Racionais MC’s, em tons imperativos, demarcava vidas, mortes,

misérias, poderes, saberes, moralidades, interdições, posições, guerras, químicas intensas.

Vale a pena observar suas palavras:

São Paulo, dia 1º de outubro de 1992, 8h da manhã. Aqui estou mais um dia. Sob o olhar sanguinário do vigia. Você não sabe como é caminhar com a cabeça na mira de uma HK. Metralhadora alemã ou de Israel. Estraçalha ladrão que nem papel. Na muralha em pé, mais um cidadão José. Servindo o Estado, um PM bom. Passa fome, metido a Charles Bronson. Ele sabe o que eu desejo. Sabe o que eu penso. O dia tá chuvoso. O clima tá tenso. Vários tentaram fugir, eu também quero. Mas de um a cem, a minha chance é zero... Cada sentença, uma mãe, uma crença. Cada crime uma sentença. Cada sentença um motivo, uma história de lágrima, sangue, vidas e glórias, abandono, miséria, ódio, sofrimento, desprezo, desilusão, ação do tempo. Misture bem essa química. Pronto: eis um novo detento<sup>5</sup>...

A tensão atravessa a ação do tempo, e permanece nas prisões, bem como na conformação dos presos, dos *staffs*, familiares e territórios adjacentes, porquanto as prisões não mais se constituem instituições fechadas, como argumentadas outrora na literatura clássica sobre o tema<sup>6</sup>, mas, da composição de múltiplas conexões. Uma realidade negra e periférica: embora estes marcadores sociais incidam efetivamente nas dinâmicas ali desdobradas, optou-se neste momento por não explorar tais dimensões. É destes cruzamentos que este estudo parte. Desse modo, articula-se que os poderes, não são cadeias de exclusão, ou submissão; são constitutivos de redes sociais que se estabelecem por intermédio dos fluxos dialógicos e relacionais entre diferentes interlocutores – amigos ou amigos de amigos –, com a finalidade de efetivar determinados propósitos, tal como ponderou Boissevain (2010), uma vez que, quem na prisão habita, ou por ela transita, está imerso na dinâmica do poder, que não se restringe ao poder de punir ou extensão das penas, mas, sobretudo,

[...] como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou

<sup>5</sup>RACIONAIS MC'S. **Diário de um detento**. Disponível em: <<https://www.vagalume.com.br/racionais-mcs/diario-de-um-detento.html>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

<sup>6</sup>A propósito, ver Adorno e Dias (2013).

consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles [...]. (FOUCAULT, 1999, p. 103, grifo meu).

Por isso, fazer pesquisa em prisões é sem dúvida traçar um *itinerário*<sup>7</sup>. Traçamos trajetórias, redes de relações, possíveis imersões e muitas expectativas com relação ao meio adequado de adentrar ao sistema. No decorrer do percurso, somos surpreendidos pelo acaso, por negativas, e vemos muitas vezes nosso protótipo ideal de pesquisa sucumbir. Ao que se vê, não existe trajetos normativos, mas conexões diversas entre interlocutores diversos, que irão delinear as formas de acesso, permanência e interação nos campos. Em contramão à supremacia da objetividade e neutralidade científica, demarcada por Durkheim (2007), somos tomados pela intersubjetividade<sup>8</sup> desde as formas relacionais aos desdobramentos finais para com o objeto de estudo. Semelhantemente, esses deslocamentos, foram evidenciados em Zaluar (1985), que em processo de campo e de escrita, oscila entre conflitos de ordem prática, existencial e científico; onde demonstra que, o fazer pesquisa científica mobiliza dimensões diferenciadas, tal como, o comprometimento ético, concepção política e razão de ser do estudo.

Dito de outro modo empreende-se que uma pesquisa é atravessada por um *modus vivendi* de fazer ciência, em que muitas vezes se questiona o princípio “lógico” do que se concebe por ciência<sup>9</sup>. Acerca desses trânsitos, nos são caros os balizamentos efetuados por Guattari e Deleuze (1997) sobre duas modalidades de ciência – a régia e a nômade. Segundo os autores, a ciência régia objetiva reproduzir, fixar, regrar o fluxo a “um ponto de vista fixo”. Ao contrário, a ciência nômade, objetiva seguir o fluxo, é devir, heterogeneidade, paradoxo.

<sup>7</sup>Termo utilizado por Adorno (1991a) para descrever o percurso de sua pesquisa em unidades prisionais paulistas.

<sup>8</sup>Sobre tais deslocamentos, Cardoso (1986, p. 103) pondera que, “[...] a relação intersubjetiva não é o encontro de indivíduos autônomos e auto-suficientes. É uma comunicação simbólica que supõe e repõe processos básicos responsáveis pela criação de significados e de grupos. É neste encontro entre pessoas que se estranham e que fazem um movimento de aproximação que se pode desvendar sentidos ocultos e explicitar relações desconhecidas.”.

<sup>9</sup>Evidencio aqui a contribuição do debate realizado por Carolina Grillo, Karina Biondi e Antônio Rafael Barbosa na Mesa Redonda 011: *Desafios metodológicos, éticos e políticos nas pesquisas sobre práticas de uso, comércio e controle de drogas ilícitas*, realizada na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia.

Constitui-se em máquina de guerra. Metodologicamente, encontro nesses autores, sobretudo, na concepção nômade do fazer científico, o desprendimento necessário para pensar as complexas teias, as singularidades que conformam as relações no ambiente prisional e que dele transborda; visto que me possibilita não fixar-me em único ponto. Para tal, entender as dinâmicas dos presos, requer entender as conexões que diferentes atores estabelecem com estes, sendo extensão do meu objeto de estudo dialogar com seus familiares e membros do *staff*<sup>10</sup>. Desta maneira, este estudo não busca a ciência da exatidão, da rigidez, tampouco da supremacia imperial, ciência de Estado (GUATTARI; DELEUZE, 1997), aqui abordaremos uma das leituras possíveis acerca da realidade prisional e de seus atores.

Seguindo tais reflexões, utiliza-se como recurso metodológico a descrição de “cenas” (TELLES, 2010b) etnográficas, por compreender que esta dimensão analítica possibilita expandir o campo de análise, apreendendo aspectos do mundo prisional e suas linhas, ou seja, as redes sociais, o que possibilita melhor explorar/dialogar com os campos, atores e saberes. Haja vista que, as dinâmicas efetuadas pelos presos não se estabelecem por si só, mas por redes. Ao propor o recurso de “cenas”, ao invés de uma “etnografia”, é aqui problematizada a concepção do método, que, segundo Uriarte (2012), requer, sobretudo, prolongada imersão na sociabilidade dos interlocutores que se busca estudar. De igual modo, faço uso das técnicas de observação sistemática, entrevista semiestruturadas individual e matérias jornalísticas para coleta de dados, bem como da análise de discurso e triangulação dos dados para interpretação dos materiais coletados. Desse modo, a análise foi produzida por intermédio de três eixos: negociação das normas, dos bens e serviços e dos afetos e prazeres.

---

<sup>10</sup> Por precaução ética, os nomes dos interlocutores são fictícios.

## 1.2 A PESQUISADORA, OS CAMPOS, A ÉTICA E OS INTERLOCUTORES

O Complexo Penitenciário da Mata Escura, em Salvador, foi inaugurado em 1957. Antes de sua existência, já havia o bairro de mesmo nome, onde se situa atualmente o Complexo. De acordo com relatos do historiador José Marcelo Conceição Silva, eram poucas as moradias ali existentes até o início da década de 1980, quando cresce o fluxo de moradores no local, devido, sobretudo, à chegada de familiares de presos oriundos, em grande medida, de cidades do interior. Dessa forma, se estabeleceu a Comunidade do Inferninho, localidade considerada pela mídia, moradores e setores da segurança pública, ponto de tensão e violências, por ser zoneamento de disputa entre duas das facções – Comando da Paz e Caveira – atuantes no Estado baiano<sup>11</sup>.

Assim como em outras grandes cidades brasileiras, a dinâmica da violência urbana em Salvador se intersecta aos chamados mercados “ilegais” de drogas, que se constitui em potencial fonte de renda em comunidades pobres e dentro das prisões<sup>12</sup>. Vê-se, então, como delineou Godoi (2011, p. 150), “os efeitos sociais” produzidos pelo “encarceramento”, seja na dimensão individual ou coletiva, uma vez que “[...] a prisão se torna uma instituição socializadora de amplas parcelas da população, passando a fazer parte do cotidiano de um número cada vez maior de pessoas e a reestruturar sociabilidades familiares e comunitárias.”. Nesse cenário, sentimentos como medo e insegurança é presença constante. Antes de iniciar o processo de pesquisa de campo, pensei em residir no local, pois compreendia que teria maior interlocução e proximidade com as unidades prisionais, mas logo tal projeto se desfez. Acredito que por influência de parte dessas questões, e por racionalizar, ser meu objeto de

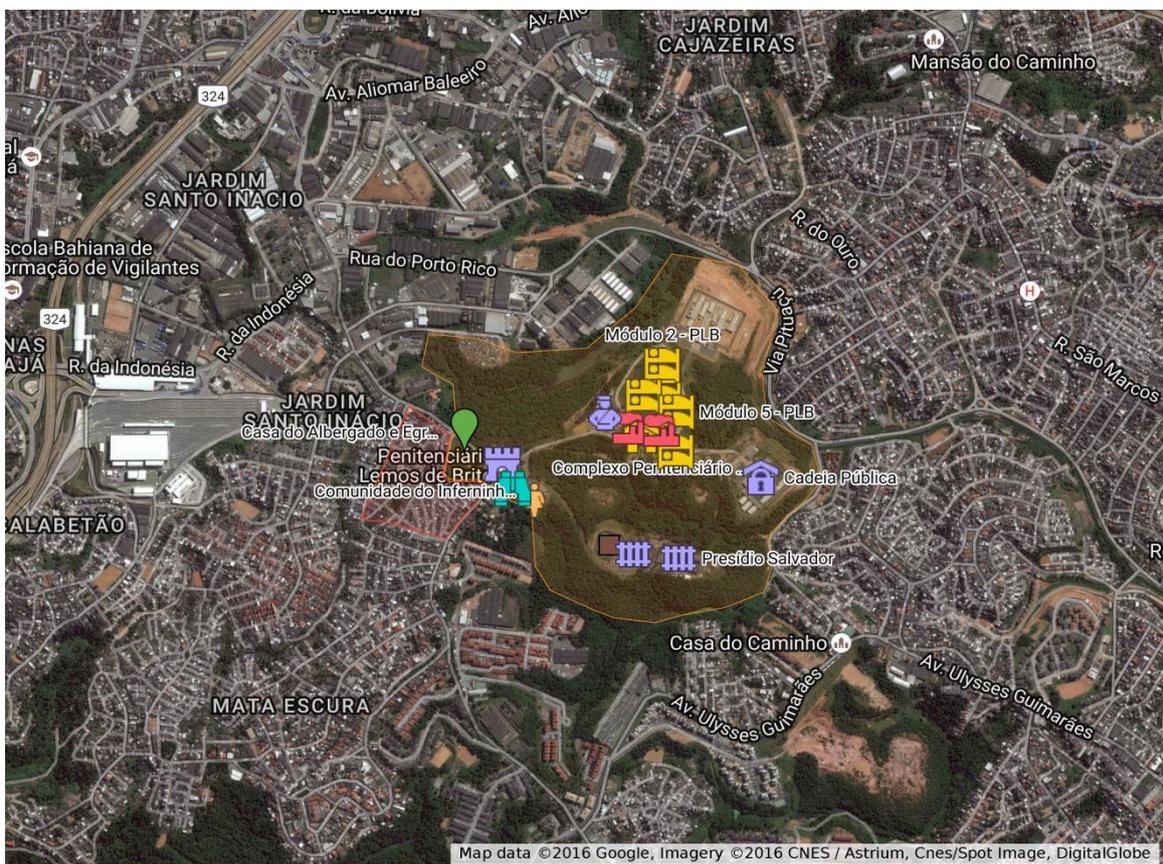
---

<sup>11</sup>COSTA, Camila. Bairro que cresceu ao lado do presídio da Mata Escura convive com violência. **Correio da Bahia**, Salvador, 30 de nov. 2014. Disponível em: <<http://www.correio24horas.com.br/detalhe/encarcerados/noticia/encarcerados-domingo-vizinhos-docrime/?cHash=8ea1e497389e79c76c2b754e6f38d816>>. Acesso em: 31 mai. 2016.

<sup>12</sup> Conforme Barbosa (2005), Hirata (2010) e Misse (2002).

estudo como diz alguns de meus interlocutores, *algo delicado*. Assim, optei por ser um interveniente na prisão e uma observante no bairro.

Figura 1 – Complexo Penitenciário da Mata Escura em Salvador-BA<sup>13</sup>



Como demonstra a figura 1, observa-se a extensão do Complexo Penitenciário, que segundo Carvalho (2010, p. 23), possui área de aproximadamente 16 mil metros quadrados, composto por sete unidades prisionais dispostas entre matas. Nelas, estão prisioneiros em diferentes regimes de cumprimento de pena – como disposto na Lei nº 7.210/84 –, como se verá a seguir. Há (1) a Casa do Albergado e Egresso (CAE), em que estão prisioneiros em cumprimento de pena privativa de liberdade, em regime aberto. Verifica-se (2) o Centro de Observação Penal (COP), que tem por objetivo a realização de triagem e exames criminológicos, a chamada *porta de entrada* que ultimamente, devido à superlotação

<sup>13</sup> COSTA, Diego. Mata do Complexo Penitenciário da Mata Escura. *Correio da Bahia*, Salvador, 27 de nov. 2014. Disponível em: <<http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/mapa-do-complexo-penitenciario-da-mata-escura/?cHash=4a0e031bc891a6aa8c97a514b32859d1>> Acesso em: 31 mai. 2016.

encontrada no sistema prisional baiano, este também acaba por comportar alguns presos. Encontra-se também (3) a Penitenciária Lemos Brito (PLB), em que estão prisioneiros em cumprimento de pena privativa de liberdade, em regime fechado. Há (4) a Unidade Especial Disciplinar (UED), em que estão prisioneiros em cumprimento de pena privativa de liberdade, em regimes provisório e fechado. Esta unidade foi pensada para funcionar como Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), todavia sua arquitetura ainda não se adequou a tal: na prática, ela funciona como uma unidade de contenção. Vê-se ainda (5) o Presídio de Salvador (PS), antiga Casa de Detenção, em que estão prisioneiros em cumprimento de pena privativa de liberdade, em regime provisório. Na (6) Cadeia Pública de Salvador (CPS) estão prisioneiros em cumprimento de pena privativa de liberdade, em regime provisório. Por fim, conta-se da (7) Penitenciária Feminina (PF), onde estão prisioneiras em cumprimento de pena privativa de liberdade, em regimes provisório, fechado e semiaberto. Além dessas unidades prisionais, o complexo da Mata Escura abriga a Central Médica Penitenciária (CMP), que se destina àqueles prisioneiros que necessitem de cuidados com a saúde. E há, outrossim, o Batalhão de Guardas da Polícia Militar destinado à manutenção da segurança local. Ainda na capital, situa-se a Colônia Lafayette Coutinho, no bairro Castelo Branco, em que estão prisioneiros em cumprimento de pena privativa de liberdade, em regime semiaberto.

Atualmente, o sistema penitenciário baiano é gerido pela Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização (SEAP)<sup>14</sup> – criada por intermédio da Lei 12.212 de 04 de maio de 2011 – a qual tem por intuito a formulação de políticas de ressocialização de presos, bem como, a organização de serviços concernentes à questão penal do Estado. Para Krahn (2014), tal interlocução representa importante deslocamento de perspectiva na busca pela garantia de direitos. No entanto, no decorrer desta seção, descreverei a partir da experiência de campo as características e dinâmicas das unidades prisionais, campos desta pesquisa, quais

---

<sup>14</sup>Anteriormente, a gestão era designio da Superintendência de Assuntos Penais (SAP).

sejam: a Penitenciária Lemos Brito, Unidade Especial Disciplinar, Presídio de Salvador e Cadeia Pública de Salvador, para além do estabelecido na descrição da norma legal – Lei de Execução Penal –, porquanto compreende-se, assim como Salla (2013) que, a conjuntura sociopolítica que conforma esses sistemas, muitas vezes, solapam legislações e benevolentes intenções.

### 1.2.1 CENA 1 – PEGAR A VISÃO

A epígrafe que inicia essa seção faz referência aos sentimentos que tive ao adentrar o Complexo Penitenciário da Mata Escura, em Salvador, ao longo dos meses de abril, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2016 a janeiro, fevereiro, março e maio de 2017. Minhas idas a campo, como se verá a seguir, foram atravessadas por algumas pausas, devido a processos burocráticos; no entanto, estou certa de que um trabalho de campo não deve ser reduzido a “[...] um período limitado de tempo num espaço determinado, mas como o estabelecimento de conexões que extrapolam os limites do tempo e do espaço do campo.” (BIONDI, 2009, p. 28). De todo modo, foram as conexões, as redes de relações que me permitiram por lá transitar.

Iniciei a pesquisa de campo numa manhã de terça-feira, em abril de 2016. O tempo estava nublado com aspecto de chuva por vir. Direciono-me à rodoviária da cidade de Feira de Santana, pego o ônibus das 08h20 min com destino à cidade de Salvador. Chego à capital por volta de 10h20min. Pego o coletivo em direção ao Complexo Penitenciário. O percurso dura aproximadamente 1h. Desço do ônibus, sol escaldante; caminho aproximadamente 10min frente à Comunidade do Inferninho, atravesso a rua e sigo em direção ao Complexo. Chegando ao local, me direciono aos agentes penitenciários que se encontravam frente à portaria. Respiro, me apresento e solicito informações sobre o acesso às unidades prisionais ali existentes; estes, por sua vez, me direcionam ao supervisor, que me recebe com simpatia.

Explico que sou estudante do mestrado em ciências sociais e que estou desenvolvendo uma pesquisa que têm os presos por interlocutores privilegiados. De igual modo, indago acerca do processo burocrático para realização da pesquisa de campo no Complexo, sendo informada da necessidade de um ofício da coordenação do curso ao qual estou vinculada, mas que de antemão não seria possível à realização de entrevistas com presos. Nesse momento, fiquei a pensar – nossa, e agora, o que fazer? Na tentativa de divergir acerca do que foi dito pelo supervisor, argumentei que inicialmente gostaria de dialogar com a direção das unidades acerca da pesquisa. Após, se direcionou a sua cabine e continuamos a conversar. Olhou ao lado e percebeu que seu rádio havia sido desligado. Desse modo, perguntou aos companheiros presentes no local, porque haviam desligado o aparelho e de imediato o reativou; igualmente, perguntei se era cristão [ouvia canções cristãs], sendo respondido que não, mas que em um “*lugar desses*”, era preciso ser luz, fazendo-me menção à situação de “*peso*” do ambiente<sup>15</sup>. Sim, é verdade que fiquei tensa! Estava eu, frente ao Complexo Penitenciário, conversando com homens armados e desconfiados, que se perguntavam, porque a estudante quer tanto falar com “*bandidos*”?

Nessa sequência, digo que fiz estágio em uma unidade prisional e que lá havia feito pesquisa com os presos. Pergunta-me se estava com o comprovante do estágio em mãos, respondi que não, naquele momento. Então, pegou o telefone, solicitou minha identidade, escreveu as informações no livro e ligou para a direção de uma das unidades prisionais. Ufa! Que alívio! Pensei. Poderei expor minha proposta. Ao terminar a ligação, me informa que o diretor do Presídio de Salvador aceitou me receber. Assim, me explicou o caminho, e desci a ladeira da Mata Escura. Descendo... Olho a frente, só enxergo mata, não visualizava os prédios. Começo a me preocupar. Penso em voltar. Mas, encontro um vigia em uma guarita ao

---

<sup>15</sup>Ao final do mês de maio, traficantes decretaram toque de recolher no bairro Mata Escura, em razão da morte de um traficante baleado em confronto com a polícia militar. CORREIO DA BAHIA. Traficantes decretam toque de recolher na Mata Escura. Disponível em: <<http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/traficantes-decretam-toque-de-recolher-na-mata-escura-apos-morte-de-trafficante/?cHash=1f11a4c2216e5ba41b956a083b80d47b>>. Acesso em: 19 nov. 2016.

alto e pergunto: - Moço, o prédio do Dr. Fulano? Ele responde: - Pode descer, é o primeiro. Muita tensão. Não tinha dimensão da área do Complexo Penitenciário. E para piorar o conflito entre as emoções, percebi que não havia pessoas transitando a pé pela ladeira, era única. Só se via carros, subindo ou descendo, mesmo assim poucos. Na solidão do momento, ouço um barulho estrondoso nos céus, olho para os lados buscando sua origem e não encontro. Digo lados, pois parecia vir da mata. Minutos depois, aparece o avião. Ah, que susto! Ocasionalmente, há uma mudança de tempo e inicia-se uma fina garoa; apresso os passos. Todavia, a chuva tornou-se mais intensa, corri. Do lado esquerdo me deparo com grande alvoroço e gritos de homens: *Corre, corre, corre...* Eram os presos da Unidade Especial Disciplinar, que expiavam pelas janelas das celas. Podiam me ver devido parte desta unidade prisional estar voltada para a ladeira da mata. Naquele momento, lembrei-me dos longas-metragens americanos, com unidades prisionais rodeadas de cercas elétricas e homens a fazerem sinais pelas janelas. De certo modo, fui *afetada*<sup>16</sup> pela dinâmica do ambiente. Naquele momento, vi “[...] meu projeto de conhecimento desfazer-se.” (FAVRET-SAADA, 2005, p.160). Tempos depois, recordei-me das angústias e constrangimentos cotidianos que são expostos os familiares dos presos. Muitos, economicamente pobres, sem carros para realização do trajeto, e com sacolas pesadas a carregar aquilo que será a alimentação e utensílios básicos de sobrevivência de seus parentes nas prisões.

Enfim, quando cheguei ao prédio principal do Presídio de Salvador, encontrava-me bastante molhada e com os batimentos cardíacos aceleradíssimos. Fui acolhida pela secretária do diretor, que me deu papel toalha para secar-me e solicitou que sentasse e respirasse. Minutos depois, fui direcionada à sala da direção, em que dialoguei acerca da pesquisa, obtendo parecer favorável quanto à autorização. Contudo, devido a minha pesquisa ter maior abrangência em números de unidades a pesquisar, sinalizou que mantivesse contato com a

---

<sup>16</sup>[...] quando se está em um tal lugar, é-se bombardeado por intensidades específicas (chamemo-las de afetos)[...]. (FAVRET-SAADA, 2005, p. 159).

Superintendência de Gestão Prisional, a fim de que não precisasse ir a cada unidade pedir autorização. De igual modo, relatou que: se falasse o termo liderança, provavelmente os presos não se apresentariam ou mandariam outro em seu lugar, haja vista que, caso ocorra algum fato [negativo] na unidade, seriam eles [os líderes] responsabilizados. Entendi que não poderia de forma alguma nomeá-los líderes, embora saiba da existência destes. Trazendo à luz algumas memórias, recordo de minha experiência de pesquisa de campo na graduação, em que alguns presos que exerciam a função de liderança não gostavam de serem assim chamados, pois tal termo remete a uma espécie de supremacia em relação ao coletivo. Como bem coloca Biondi (2009, p. 94), “[...] estes termos carregam um peso bastante acentuado, pois implicam relações hierárquicas entre os intervenientes, quando não relações de dominação (ou mando) e obediência”. Após tais constatações, fui instigada a repensar as *categorias de nomeação*<sup>17</sup> dada aos interlocutores pesquisados.

Dessa maneira, busquei iniciar o quanto antes o fluxo burocrático, que durou por volta de quatro meses, em que no mês de abril de dois mil e dezesseis, fiz ligação para a Superintendência de Gestão Prisional solicitando informações sobre o processo de pesquisa. Na ocasião, a secretária informa que deveria enviar e-mail com ofício da coordenação do mestrado; assim, o e-mail foi enviado. Posteriormente continuei a fazer ligações e a enviar e-mails cobrando o ofício de autorização da Superintendência. Ao cabo, o ofício me foi enviado no mês de julho. Em paralelo a este processo, corria em tramitação o projeto de pesquisa no Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade, onde a submissão foi efetuada via Plataforma Brasil, no ano de 2015 com registro de Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) de nº 58041615.1.0000.0056. De fato, o excesso de burocracia, com o qual muitos desses comitês trabalham, acabam por dificultar a agilidade do processo. Além disso, o referido Comitê solicitou o ofício de autorização das unidades prisionais, para finalização do

---

<sup>17</sup> Faço uso do termo utilizado por Feltran (2008b).

pedido de apreciação do projeto, sendo o mesmo enviado. Todavia, nesse trajeto, diversas foram as pendências apontadas, em sua maioria, aspectos documentais, como se meu estudo fosse *em* seres humanos e não *com* seres humanos. É válido ressaltar que, o sentido torna-se diferente, pois se trata de pesquisa em Ciências Sociais, e não em Ciências da Saúde. Acerca desta relação de conflitualidade, Cardoso de Oliveira (2004) já nos alertou que a imposição da perspectiva de avaliação biomédica para pesquisas de outras áreas do conhecimento, implica no comprometimento de direitos, e na falta de reconhecimento de que as ciências humanas e sociais possuem um *modus operandi* diferenciado de fazer pesquisa. Como se estabelecer – de forma fixa – o objeto e problema de pesquisa, se é por intermédio da relação dialógica entre o pesquisador, os campos e interlocutores que tais se desenham ou adquirem novos arranjos? O processo de pesquisa em ciências sociais é negociação permanente. Infelizmente, nesse sentido, não obtive êxito junto ao Comitê. Assim, contentei-me com a autorização da Superintendência. Mas, outros dilemas ainda estavam por surgir.

Visando avançar com as negociações, numa segunda-feira direciono-me ao Complexo Penitenciário, a fim de prosseguir a pesquisa. Hoje, houve maior fluidez. Dias anteriores, um interlocutor-pesquisador do sistema, que também trabalha na unidade prisional situada em Simões Filho, dialogou com a direção da Penitenciária Lemos Brito (PLB) via whatsapp acerca da minha ida, bem como me passou o contato deste membro do *staff*. Nesse sentido, fui diretamente ao departamento correspondente munida do ofício de autorização da Superintendência de Gestão Prisional. Ao chegar à secretaria da PLB, apresento o ofício e dialogo com a secretária, que de imediato se direciona a sala de um dos coordenadores do setor (coordenador de disciplina) – que seria o responsável pela minha condução nos módulos. Minutos depois, volta a secretária me informando que deveria aguardar, pois se tratava de uma pesquisa de temática delicada “Lideranças dos Presos” [e que o Estado não reconhece tais atores] e que o coordenador estava almoçando. A partir de então, começa uma

confluência de indagações por parte da funcionária, entretanto, pacientemente, explico o recorte e o sentido da pesquisa. Logo, se direciona a outra sala, enquanto espero mais alguns minutos no desejo de ser atendida. Em seguida, chega uma mulher, senta-se ao meu lado e me cumprimenta. Pergunto se trabalha na penitenciária; argumenta que não. Após isso, passa por nós outro membro do *staff*; na oportunidade, o saudamos, mas o homem não responde. Imediatamente a mulher se manifesta exclamando que fingem não nos ver, e que estava esperando “fulano de tal”, mas afirmou que era isso mesmo, *temos que correr à frente*. Interessante sua colocação! Não deveríamos correr atrás – disse ela – mas à frente. Estar à frente. Fiquei me perguntando por qual motivo ela estava ali. Não demorou a resposta. O membro do *staff* retorna e indaga se também iria fazer carteira de visitante, expus que estava aguardando o coordenador do setor para apresentar o ofício da pesquisa. De imediato, levantou-se da cadeira e foi à sala do coordenador, que passado mais alguns minutos mandou chamar-me.

Ao ler o ofício, preocupa-se com o conteúdo da pesquisa, proferindo que de certa forma, iria expor as fragilidades do sistema. Fico estarecida ao ouvir isto. Contra-argumento, que este cenário faz parte da realidade nacional etc. Mas, o homem vai além e diz ter ciúmes do sistema e que vou encontrar falhas, mas coisas boas também; que na unidade as aulas funcionam até o período noturno; que há atividades laborativas para os presos, que embora haja dissincronias, estão caminhando. Ao mesmo tempo, não para de se perguntar o porquê da Superintendência de Gestão Prisional ter deixado passar [ou seja, autorizou] minha pesquisa. Mais uma vez, articulei que a prisão deve ser aberta à pesquisa, que os presos, assim como os funcionários, precisam ser ouvidos. Assim, como em um filme de suspense abaixava a cabeça, me olhava, sorria e observava-me. Aquela conjuntura tornou-se intrigante para mim, encontrava-me frente aos “supostos donos do sistema”? Sentada numa mesa atrás, a secretária que me atendeu quando na chegada, exclamava dizendo que as pessoas pensam que os presos

não têm os direitos garantidos; explica, embora estejam custodiados, os direitos são garantidos. Nada respondi, somente ouvi. Percebi que o clima mental do ambiente estava animoso. Excessos de defesa. Diante de tais resistências, passei a considerar as reflexões demarcadas por Góes (2009, p. 69) que afirma ser comum o temor diante da possibilidade de exposição das contradições e tensões constituintes do sistema penal. Daí, “[...] não se pode esperar que as autoridades responsáveis manifestem grande interesse em fornecer esclarecimentos [...] na medida em que isso significaria desnudar e assumir publicamente tais características problemáticas”. Prosseguindo o diálogo, o coordenador de disciplina, me alerta sobre a inviabilidade da categoria liderança e que se a utilizasse, os presos me daria um *baratino*<sup>18</sup>. É a segunda unidade prisional, que um membro do *staff* me faz tal observação. Nesse sentido, pediu que me familiarizasse com a linguagem prisional<sup>19</sup>, pois eles têm uma cultura própria. Agendou-se, então, minha próxima visita para a quarta-feira.

Chegado à quarta-feira, dirijo-me a Salvador e desloco-me ao Complexo Penitenciário. Lá me direciono à PLB, conforme acordado com a coordenação de disciplina. Informo na portaria, sobre o agendamento da pesquisa – embora tenha me atrasado – e sigo à sala da referida coordenação, com intuito de dialogar com o coordenador, que no momento não se encontrava na sala, chegando minutos depois. No percurso, da portaria até a unidade, encontro um fluxo de mulheres, homens e crianças, que voltavam. Aproveitei para perguntar a duas mulheres o que ocorria no Complexo naquele dia. De imediato, me informaram que era dia de visita em algumas unidades prisionais, como “*Buracão*<sup>20</sup>” e Cadeia Pública. Agradei a informação e segui. Chegado à sala da disciplina, o coordenador, argumenta que ainda bem que não tinha chegado ao horário marcado, pois o dia na unidade foi tumultuado, com a saída de presos para audiências. Nesse sentido, solicita que retorne no outro dia pela manhã, quando

---

<sup>18</sup>Constitui em enganar outro (a).

<sup>19</sup>Sobre a conformação das linguagens prisionais, ver Oliveira (2010).

<sup>20</sup>Refere-se à denominação dada pelos presos ao Anexo do Presídio de Salvador. Tal denominação deve-se ao fato deste prédio se localizar numa baixada, quem se dirige ao local tem que descer para entrar. Antigamente no local funcionava um campo de futebol. Em abril de 2017 faz um ano que presos se encontram nesse ambiente.

a professora que atua na unidade estaria presente, para me auxiliar na condução do estudo. Desse modo, solicitei o contato telefônico desta, em que respondeu que deveria aguardar o contato pessoal [frente a frente], a fim de que possa me *olhar nos olhos*. Afinal, se quero falar sobre a cadeia, devo *respirar a cadeia*. Entendi que, embora o ambiente seja permeado por sorrisos e apertos de mão, a desconfiança é comum a esta cultura, permeada por segredos, como assegurou Adorno (1991a), que, ao se deparar com atmosfera semelhante quando em sua pesquisa de campo em unidades prisionais paulistas, deslindou que cabe ao pesquisador assumir a postura de alteridade, todavia sem tomar o dito como regime universal de verdade. Em complementariedade a esses deslocamentos, Biondi (2010b) baliza que a relação de alteridade é própria do lugar de fala e dos propósitos da pesquisa, sendo gradualmente estabelecida, por intermédio dos encontros com os interlocutores, em que é levada em consideração a conduta do pesquisador em campo.

Ao me reportar mais uma vez à PLB na quinta-feira, entendi conforme ponderou Biondi (2010b), que influenciaria na conformação de relações amistosas com os interlocutores, os encontros nos campos; todavia, em contramão a este processo, estariam os propósitos da minha pesquisa, haja vista que a constituição da mesma em si era considerada por alguns membros do *staff* uma afronta às autoridades formais, porque, segundo eles, o Estado não reconhece estas *linhas de frente*. Desse modo, fui recebida pela coordenação de disciplina, que mais uma vez dialogou comigo acerca do meu recorte de pesquisa, como sempre, fazendo questionamentos e sugestões. Mais uma vez, fui à busca da professora<sup>21</sup> que atua na unidade, pois, de acordo com o interlocutor, seria ela a pessoa mais indicada para direcionar-me no ambiente, tendo também por consideração que o efetivo de profissionais estava escasso. Como a professora não havia ido a unidade naquele dia, passou-me seu contato telefônico e agendei minha próxima ida para sexta-feira. Prosseguindo o diálogo,

---

<sup>21</sup>De acordo com o coordenador de disciplina, também foi necessário estabelecer vínculos de confiança com a referida professora para sua entrada e permanência na unidade prisional.

forneceu-me importantes informações acerca das dinâmicas internas dos presos, que extrapolam os muros das prisões. Argumentou que, em Salvador, as *organizações criminosas*<sup>22</sup> estão divididas por zoneamento, bem como no sistema prisional. Em alguns bairros predominam o pertencimento ao grupo Caveira, outros ao Comando da Paz, Primeiro Comando da Capital, Bonde do Maluco, Katiara, dentre outros. Da mesma forma, parte das inferências feitas pelo referido interlocutor foram amplamente divulgadas por jornais da mídia local<sup>23</sup>. Segundo Cunha (2008) e Godoi (2010), o transbordamento da prisão aos bairros demonstra, antes de tudo, o entrelace entre os de “dentro” e os de “fora”. Para os autores, as redes de relações entre amigos e parentes de presos, bem como o intercâmbio cultural entre o mundo interno e externo as prisões que possibilita a esta uma espécie de translocalidade. Ou seja, a extensão da prisão a outros ambientes. A prisão está para o bairro, assim como o bairro está para prisão. E dessas conexões, desenvolvem tramas diversas, que não se constituem dinâmicas isoladas, mas de diálogos e trocas contínuas.

### 1.2.2 CENA 2 – CONTRAPOR RESISTÊNCIAS

Assim, a despeito das barreiras postas, desloco-me ao Complexo Penitenciário na sexta-feira e sigo em direção ao módulo IV da PLB, conforme combinado com a professora por telefone. Na portaria, já sou identificada pelos agentes, que me dão livre acesso ao ambiente. Quando chego próximo à secretaria da PLB, peço informação acerca da localização do referido módulo; na oportunidade, o agente penitenciário me direciona a um preso que trabalha na unidade, os chamados *farda azuis* – presos que exercem funções laborativas na

---

<sup>22</sup>Não compactuo desta terminologia, apenas faço referência à fala do interlocutor.

<sup>23</sup>VARELA NOTÍCIAS. “**Hêa**”, “**Tudo 3**”, “**É noix**”: conheça as simbologias e saudações das facções mais perigosas da Bahia. Disponível em: <<http://varelanoticias.com.br/hea-tudo-3-e-noix-conheca-as-simbologias-e-saudacoes-das-faccoes-mais-perigosas-da-bahia/>>. Acesso em 14 out. 2016.

unidade prisional, e que são abrigados normalmente nos módulos I ou IV<sup>24</sup> – que me levam até o local. Lá, encontro dois orientandos da referida professora, que também a aguardavam. Aproveitamos o espaço de tempo para dialogar acerca das pesquisas e unidades prisionais. Minutos depois, chega a professora; logo nos direcionamos ao Centro de Documentação da Penitenciária – CEDOC, situado no módulo IV. Este módulo, por sua vez, tem estrutura similar ao panótipo de Jeremy Bentham. Após passar por gaiolas, grades e agentes penitenciários, chega-se à sala que seria realizada a reunião; aguardo a professora atender seus orientandos. De início, conversamos acerca da minha pesquisa e das estratégias metodológicas a serem utilizadas em campo. Assim como o coordenador de disciplina, a referida professora entende as disposições entre os presos dentro da unidade prisional – exemplifica com o pátio, os ocupantes de determinadas celas, a existência dos *linhas de frente* e seus *soldados*<sup>25</sup>, do preso monitor –, mas enfatiza que a *cadeia* [do ponto de vista do Estado] só tem uma liderança, o diretor. Nesse particular, me indaga porque não faço pesquisa documental, entrevistas com egressos prisionais ou com um ex-diretor da unidade prisional que conhece profundamente a questão, pois tratar desse tema na prisão é *algo delicado*, sobretudo, como iria proceder na abordagem com os presos. De igual modo, relatou-me que o próprio *linha de frente* que autoriza os presos a darem entrevistas. E que se fosse utilizar do auxílio dos agentes penitenciários, teria que ver qual dos agentes, pois não é qualquer um que poderia o fazer. Prosseguindo, expôs que um de seus orientandos realizou pesquisa acerca de lideranças de presos, em outra unidade prisional do Estado, sendo dificultoso o caminho, uma vez que teve que mobilizar toda uma estrutura para retirar o preso do pavilhão, a fim de que seus companheiros não levantassem sobre este suspeita. Por fim, argumentou que teria de negociar com o coordenador de disciplina como se daria minha pesquisa de campo, o

---

<sup>24</sup>Nas páginas a seguir explicitarei as características dos módulos.

<sup>25</sup>Presos que fazem a guarda do *frente de cadeia*.

processo de entrevistas. Agradei sua preocupação e contribuições e me direcionei a sala do referido coordenador.

Espero alguns minutos, porquanto o mesmo resolvia questões em outro módulo. Nesse intervalo de tempo, conversei com o ex-diretor da unidade prisional, que informa o nome de outro membro do *staff* prisional, que dialogaria comigo sem muitas interdições<sup>26</sup>, pois possui opiniões críticas em relação ao sistema. Assim, pergunta-me se estava gravando os diálogos, respondi que não. De imediato, contra-argumento que deveria já estar gravando os diálogos travados, pois haverá questões que não seriam abordadas em outros momentos, que não teria a mesma oportunidade. Explico que por questões éticas só iniciaria diálogos com gravações se os interlocutores assim permitissem, e que no momento, estava no processo de negociação das entrevistas, o que não quer dizer que não esteja a escrevê-las. Após isso, me convida a ir em busca do referido coordenador. Atravessamos um pequeno corredor e aguardo-o na sala de entrada da secretaria, enquanto se desloca a outra sala para pegar alguns papéis e retorna a sala de disciplina. Naquele momento, retornou e chamou-me, dizendo que o coordenador já estava na sala de disciplina; perguntou se não havia passado por mim. Contrapus que não. Em seguida, ponderou ter ele entrado pelo outro lado. Adentro a sala, sento e aguardo o coordenador me atender. Ele sorri e pergunta se a professora já não havia resolvido minhas questões, repondo que não, que a parte operacional era com ele, que nesse sentido, a professora não poderia me auxiliar. Depois de muito conversarmos, expõe que precisava ver como se daria essas entrevistas, que era preciso entender os objetivos da pesquisa, pois tirar o preso da cela sem que seja para médico ou advogado levantaria

---

<sup>26</sup>Este interlocutor resiste em adentrar a assuntos mais específicos, percebo certo desconforto com minha presença, por isso me indica seu colega de trabalho. Foucault (1971, p. 9-10, acréscimo meu) nos fornece importantes elementos para deslindar suas palavras não ditas, quando empreende que “[...] sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa [por outro lado] [...] Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder.”. Logo, seu discurso delimitado me demonstra as redes de poder ali existente.

desconfiança junto aos demais companheiros, sobre a possibilidade deste estar a *caguetar*<sup>27</sup> algo para administração. E se a *cadeia virar*<sup>28</sup>, comigo lá dentro, no momento das entrevistas?, indagou ele.

Nesse momento, outro membro do *staff* que também se encontrava na sala argumentou que ficaria muito visada, sobretudo, quando os presos me vissem por lá, quando estivessem saindo de escolta. Concomitantemente, o coordenador de disciplina, balizou que, se o preso me persuadir, pois possuem uma lábia afinada, sobretudo, os estelionatários, que sendo toda bonitinha e novinha, se me deixar envolver. Segundo ele, tal fato ocorrera com duas advogadas que atendiam dois presos na unidade, dentre as quais uma se encontra hoje em prisão domiciliar e a outra se tornou companheira do preso. Entendi suas inquietações e precauções, porquanto como ponderou Moraes (2013, p. 133) na concepção de alguns “[...] a prisão torna-se, assim, uma instituição habitada por gente moralmente reprovável, podendo contaminar a todos que ali convivem [...]”; por outro lado, seguindo as recomendações de Adorno (1991a), não devo tomar seus discursos como regime universal de verdade. Sob tais alegações, o coordenador me solicitou que levasse um ofício justificando o porquê de fazer entrevistas, as intenções da pesquisa etc. endereçado à direção da unidade [que já não era a mesma]. De imediato, contestei por que não me solicitou antes o ofício. Com isso, respondeu que pensava que a professora conseguiria resolver minha questão, mas como não fiz acordo teria que passar por tal procedimento, que *é assim, é etapas*. Primeiro passei pela instância maior [autorização da Superintendência de Gestão Prisional], agora teria que passar pela segunda etapa, apreciação da direção prisional local. Por outro lado, salientou que tais circunstâncias não significava que não iria fazer as entrevistas, são apenas procedimentos para ter-se certo respaldo. Concordei em fazer o ofício e entregá-lo em mãos. Trouxe-me até a porta da secretaria da unidade, despedimo-nos e caminhei até a portaria do Complexo, onde

---

<sup>27</sup>Contar os planos, segredos, informações.

<sup>28</sup>Rebelião, motim de presos.

encontrei alguns agentes penitenciários. Na ocasião, travei diálogo mais intensamente com um deles, que me perguntou sobre o andamento da pesquisa; sem resguardos, expliquei a situação. Segundo ele, tais procedimentos são necessários, pois estar com presos *tete a tete*<sup>29</sup> é situação de risco. Embora, na PLB, segundo o interlocutor, a situação seja mais amena em comparação a outras unidades prisionais do Complexo como, por exemplo, na Unidade Especial Disciplinar, Presídio de Salvador e Cadeia Pública, onde os presos apresentam comportamento mais agressivo, por não estarem ainda no processo de “ressocialização”, “*não foram educados*”, como é o caso da Unidade Especial Disciplinar<sup>30</sup>, em que se encontram os presos considerados de alta “periculosidade”, os chefes do tráfico, etc. Outra questão levantada pelo interlocutor foi quanto às condições físico-estruturais de algumas das unidades, que pouco oferece segurança. Percebi que os limites estruturais e simbólicos seriam companheiros constantes nos campos, por isso a dificuldade de acesso. Nesse sentido, Salla (2013, p. 23) expõe que:

Ambientes prisionais não são fáceis de serem pesquisados. Desde as negociações para entrada e a pesquisa ali, tendo-se que recorrer muitas vezes às redes formais e informais de relações para algum sucesso. As variadas formas de convencimento dos gestores das unidades prisionais sobre o que se pretende, como se dará a pesquisa, com quem etc. Não raro as interferências no campo da pesquisa nessa fase são consideráveis, pois o acesso a presos e funcionários, os locais onde se dará a pesquisa, o tempo de permanência do pesquisador são alguns dos pontos suscetíveis à interferência dos gestores.

Como se pode observar nesta unidade prisional, pesava sobre minha pesquisa a interferência da coordenação de disciplina da PLB que, assim como muitos gestores prisionais do cenário nacional, não reconhece outras formas de autoridade, que não seja emanada do poder soberano da administração formal constituída pelo Estado. Assim, sou atravessada por

---

<sup>29</sup>Estar próximo.

<sup>30</sup>Muitas vezes as agressões deve-se a grupos de presos organizados rivais, existente dentro da unidade prisional, como traz à luz a reportagem de um portal de notícias de Itaberaba, em que o preso foi transferido para outro departamento da unidade por ter sido espancado pelos companheiros por pertencer a grupo rival. ITABERABA NOTÍCIAS. **Preso é espancado na Unidade Especial Disciplinar do Complexo da Mata Escura**. Disponível em: <<http://www.itaberabanoticias.com.br/crimes/preso-e-espancado-na-unidade-especial-disciplinar-do-complexo-da-mata-escura>>. Acesso em 24 out. 2016.

um campo político em disputa, que possui projetos, planos e concepções, ainda que ambíguas, mas operantes. No entanto, não desisto, persisto e volto mais uma vez na quarta-feira ao Complexo Penitenciário, haja vista que “[...] por trás dos contra sentidos sempre há uma política.” (DELEUZE, 1992, p. 35). De tal modo, informo como de praxe aos agentes que se encontravam na portaria e sigo para PLB. Ao adentrar, dialogo com a secretária e entrego-lhe o ofício solicitado pela coordenação de disciplina. Ela, prontamente vai à outra sala fazer uma cópia do documento, momento em que encontro o coordenador de disciplina saindo da sala da direção. Cumprimenta-me e pergunta se trouxe o documento, respondo que havia entregado a secretária e que a mesma iria levar ao diretor. De imediato foi ao encontro desta, pegou o ofício e chamou-me até sua sala. Sem muitas delongas, leu o documento e argumentou que agora, havia entendido o teor da pesquisa; que iria conversar com o diretor e depois me responderia, mas não garantia que a resposta seria imediata. Em oposição, insisti em falar com a direção. Tão logo, levantou-se e dirigiu-se a sala do diretor, para ver a possibilidade deste atender-me naquele momento, e que na oportunidade iria conversar sobre minha pesquisa. Enquanto esperava seu retorno, conversei com a mãe de um preso, que se encontrava emocionalmente desolada com a situação processual do filho, que segundo ela, foi acusado injustamente de homicídio e roubo. Esta situação, por sua vez, havia a condicionado ao uso de remédio controlado, bem como a ocorrência do falecimento da avó do preso, que não suportou a dor diante da prisão do neto. Percebendo nossa conversa, a secretaria se aproxima e consola a mulher dizendo que era preciso ter fé, orar pelo filho, resignar-se e ter paciência, porque no sistema prisional [como se fosse sentença obrigatória] tem que se resignar [e, sobretudo, passar esse sentimento de submissão ao filho preso]. Minutos depois, o coordenador de disciplina retorna e nos direcionamos a sua sala. Diz que a direção liberou minha pesquisa, mas que as entrevistas teriam que ser realizadas na sala da disciplina. Informa-me que traria os presos aleatoriamente, porque o Estado não reconhece estas

lideranças, que ontem eles [o *staff*] haviam desarticulado as lideranças do módulo I, justamente por esse motivo; na *cadeia* preso é preso, não tem distinção. E se caso, ele chamasse o preso o reconhecendo enquanto liderança estaria empoderando o preso, e o Estado não empodera preso. Mas, como bem demarcou Coelho (2005, p. 36) a realidade é que “[...] a administração pode preferir um tipo de liderança a outro, e até mesmo criar as condições para que um tipo prevaleça.”.

Com isso, desconverso dizendo que gostaria de ir aos módulos, mas sou informada que por questões de segurança deveria fazer ali as entrevistas, que a prisão não é parque de diversões, que as condições físico-estruturais da unidade encontram-se ultrapassada, se distanciando do previsto nos normativos legais e se quisesse ele poderia tirar fotos dos módulos para minha visualização. Ainda assim, perguntou-me se não iria fazer entrevista com os funcionários, respondi que sim. Diante de tais problemáticas, refleti ser mais proveitoso iniciar as entrevistas pelo *staff*, com intuito de levantar um “mapeamento” da unidade, porquanto passaria a conhecer possíveis locais para realização das entrevistas [a fim de preservar o sigilo], dentre outras questões peculiares ao universo prisional, que só é me dado a conhecer, como apontou Dias (2011), a partir da construção de relações de proximidade com os interlocutores. No momento que finalizávamos a conversa, entrou na sala um preso, que iria passar por alguma diligência. Estava de costas para mim, sentado em uma cadeira; enquanto conversávamos percebi sua tentativa de ouvir o que era dito, quando inclinava a cabeça e olhava-nos lateralmente. Justamente, nessa hora, o coordenador de disciplina exclamou dizendo que me aguardava na segunda-feira para começarmos a trabalhar. Bom, tal afirmação poderia ter sido bem intencionada, mas tratando-se de seu comportamento opositor a pesquisa, me perguntava por que havia dito aquilo, sabendo que não iria trabalhar na unidade e sim fazer uma pesquisa, não pertencendo ao *staff* e de modo algum queria ser a ele associada pelos presos.

Novamente conduzo-me ao Complexo Penitenciário na segunda-feira, conforme combinado com o coordenador de disciplina. Neste dia, a espera foi longa. Cheguei à PLB por volta de 9h 30min da manhã, mas o coordenador se atrasou, chegando às 12 h. Nesse intervalo de tempo, conversei com alguns membros do *staff*, especificamente com um deles [o ex-diretor]; solicitei que gostaria de iniciar as entrevistas, que havia marcado com seu colega, mas que até o momento não havia chegado. Informações desencontradas diziam que ele chegaria às 10h, então, este interlocutor solicitou que esperasse mais 30min, pois era o coordenador de disciplina que estava me conduzindo, que ele não sabia o percurso escolhido por este, ao menos se tivesse deixado algum aviso. Voltei à secretaria e aguardei. Após alguns minutos, liguei para o *staff* que argumentou que estava chegando. Havia ao meu lado uma familiar de um preso que também o aguardava; assim que chegou, dei minha vez à mulher. Apesar dos percalços, teria a tarde inteira para resolver minhas questões. Depois, soube que sua demanda era acerca de pertences do seu companheiro. Do mesmo modo, havia outra problemática a ser resolvida – uma visitante havia levado dentro da bolsa da criança um celular modelo antigo, que se encontrava sem a bateria. Na hora da revista foi barrada e notificada pelo aparelho. As circunstâncias diziam que o celular era brinquedo da criança, mas devido às poucas informações escrita na notificação feita pelas agentes penitenciárias outros membros do *staff* ponderaram que deveriam ouvir a versão da mulher, com vista a não determinar punições injustas. Considerou-se que *ladrão* não quer mais esse tipo de aparelho que só faz ligações, *ladrão* quer estar em conexão. Após isso, prosseguimos conversando sobre a pesquisa, em que foram demarcados os membros do *staff* que seriam entrevistados. Minha preferência eram pessoas que tivessem maior tempo na função. Nesse dia, fiz formalmente uma entrevista com um agente penitenciário, que possui vinte e seis anos de *cadeia*. Dessa vez, a entrevista foi realizada na sala do diretor adjunto; como era seu local de trabalho, este permaneceu por lá. Na ocasião, o agente pensou em irmos para o refeitório se

estivesse vazio, mas obtive a informação de que estava ocupado, então resolvemos permanecer na sala do diretor adjunto. Perguntei ao agente se poderia utilizar o gravador e logo aceitou. Esta entrevista foi proveitosa em termos gerais. Mas pouco adentrou a questões específicas da unidade, talvez por estar na sala de outro membro do *staff*. Minha assertiva se ratificou quando ao lado de fora, este agente me salientou se quisesse poderia dar continuidade ao diálogo.

A Penitenciária Lemos de Brito foi inaugurada na década de 1950. Constitui-se como a maior existente no Complexo Penitenciário. Atualmente é composta por 196 servidores e 1501<sup>31</sup> presos, distribuídos pelo prédio administrativo e cinco módulos prisionais<sup>32</sup> – I, II, III<sup>33</sup>, IV e V. No primeiro módulo estão os presos que exercem atividades laborativas, oficinas, bem como os presos que são pertencentes ao grupo Caveira, aliados do PCC. O segundo módulo, caracteriza-se historicamente<sup>34</sup> como o mais problemático em termos de conflitos. Lá se encontram os presos associados ao grupo de presos organizados no Comando da Paz. No terceiro módulo, também se encontram os presos do grupo Caveira. O quarto módulo está teoricamente desativado, mas funciona parcialmente abrigando idosos e os excluídos do sistema, os presos acusados de crimes sexuais. No quinto módulo, se concentram e prevalecem às lideranças associadas ao grupo de presos organizados no Bonde do Maluco (BDM). Estas lideranças conduzem a população prisional deste módulo de forma firme: as regras são enfáticas. Na oportunidade, o coordenador de disciplina perguntou-me se já havia visto os instrumentos disciplinares dos presos, respondi que não. De imediato foi até o canto da sala e mostrou-me um balde grande com armamento diverso. Assim, trouxe até a mim uma

---

<sup>31</sup>O número de servidores e presos desta unidade faz referência ao período de 14/12/16, podendo oscilar devido à dinâmica de entrada e saída de presos, bem como ao fluxo de contratação de novos servidores.

<sup>32</sup>WENDEL, Bruno. Loteamentos prisionais. **Correio da Bahia**, Salvador, 22 de nov. 2016. Folha Mais, p. 14-15.

<sup>33</sup>Segundo o agente penitenciário, este módulo foi cedido ao anexo do Presídio de Salvador.

<sup>34</sup>De acordo com o interlocutor, antigamente o módulo I era chamado de II e era este o conflituoso. Quando da construção do módulo II, o I foi trocado de nome, e o novo módulo adquiriu o nome de II, bem como, assumiu seus conflitos.

*espada*, do tipo samurai com perfeito acabamento, confeccionada pelos presos pertencentes ao BDM. Nela vinha gravado o nome do grupo.

Figura 2 – Instrumentos disciplinares dos presos. Fonte: Acervo Pessoal.<sup>35</sup>



Outro instrumento disciplinar batizado de *Lepo-Lepo*<sup>36</sup> pelos presos também me foi apresentado. Este se constitui em um grande pedaço de madeira moldado-esculpida tipo cassetete. Há também o *Quero Mas*, que assemelhasse ao *Lepo-Lepo*, porém menos esculpido e menos pesado. De igual modo, apresentou-me facas artesanais, facas domésticas [de cozinha], frascos de produto de limpeza contendo conhaque [este, segundo o interlocutor, foi apreendido no dia de visita] e, parte de uma mangueira enroscada no aço, que funciona na prática como um chicote. Relatou-me que no pátio da *cadeia* mandam os mais fortes; que essas *frentes* não se estabelecem simplesmente por terem habilidades, mas sim devido ao poder aquisitivo, ter cometido crimes de relevância social à população prisional e, por

<sup>35</sup>Foto retirada na Penitenciária Lemos Brito, com autorização de membro do *staff* prisional.

<sup>36</sup>Essa expressão foi inspirada em uma música do pagode baiano.

conseguir cooptar o maior número de *soldados* a seu favor. E quando há negociação entre a administração e elas, não se constituem em relações permissivas, segundo o interlocutor. É de praxe a ocorrência de algum fato nos módulos e, considerando o grande número de presos, não há possibilidade de conversar com toda população prisional; logo, são os *frentes de cadeia* que são chamados a comparecer ao diálogo. Normalmente, vêm três ou quatro. Como se vê, as relações de “confiança” foram sendo estabelecidas ao longo dos encontros. No início havia a negativa da existência de lideranças entre os presos, com o passar dos encontros inicia-se a afirmação da dinâmica delas, e até mesmo processos de negociação, o compartilhamento da gestão institucional.

### 1.2.3 CENA 3 – NO VENENO

Retorno ao Complexo Penitenciário na segunda-feira, com intuito de prosseguir com as entrevistas. Hoje a vivência foi mais intensa. Pude ver a *cadeia* dentro de cadeias. Como de praxe, aguardei o coordenador de disciplina encontrar os agentes penitenciários que seriam entrevistados; estes, por sua vez, estavam em trabalho no módulo V; assim, acompanhada de outro agente, desci ao referido módulo. Tive a sensação de estar entrando em um buraco com diversas vias. O ambiente não era dos mais adequados para fazer entrevistas; talvez quebrasse qualquer protocolo de pesquisa orientada por manuais acadêmicos, visto o intenso fluxo de pessoas<sup>37</sup>: eram advogados buscando dialogar com seus clientes, presos solicitando atendimento médico, odontológico e psicossocial, retirada de lixo do módulo por outros presos *‘fardas azuis’*, agentes penitenciários entregando remédios aos presos, enfim, muitas demandas. Mas, ao lançar o olhar disciplinado, vi que as circunstâncias revelaram-me dinâmicas internas que não poderiam ser deslindadas se não tivesse ido ao interior do módulo,

---

<sup>37</sup>Somente pessoas autorizadas por membros do *staff* podem adentrar os módulos.

ainda que tumultuado por múltiplos atores, exercendo múltiplas funções. Ao cabo, neste dia, foi realizada uma entrevista – com um agente penitenciário que está há vinte seis anos na função –, bastante proveitosa em termos de conteúdo e profundidade da realidade da unidade e dos presos. Foram diversas as vezes que tive de parar o diálogo para que meu interlocutor-agente pudesse atender as demandas, tendo em vista a grande disparidade entre o número de agentes penitenciários em exercício [eram 04] e o número de presos daquele módulo [mais de 600]. Em uma das pausas, foi recebido um preso vindo da Colônia Agrícola Lafayette Coutinho; seus pertences se resumiam a um balde com alguns utensílios ensacados e um colchão enrolado. Naquele momento, vi a alma humana desnudada, desprovida de vaidades, a não ser da expectativa de ser aceito. O motivo de estar ali era a possibilidade de *tirar a cadeia*<sup>38</sup> no V, caso os demais companheiros o aceitassem. A seguir, este foi inserido no pátio, permanecendo trancado em uma gaiola ‘tipo observação’<sup>39</sup>, por volta de 1h, tempo em que passou a dialogar com outros presos sobre de onde o conhecia, sua área de atuação, com intuito de estabelecer relações de proximidade. Seu semblante parecia estar "esperançoso" na busca de um abrigo.

Em concomitância, um advogado atendia seu cliente preso, em uma pequena sala dentro desta mesma sala em que estávamos. Posteriormente, o advogado se direciona ao agente argumentando que o preso estava se sentido *acuado* pelos companheiros de cela e que gostaria de mudar de módulo. Naquela manhã, outro preso já havia pedido para sair daquele *convívio*. Por isso, o agente respondeu ao advogado que deveria falar com a direção, e assim ele fez. Ao retornar, decidiram mudar o preso para o módulo II, a fim de que no lugar da sua aflição pousasse um pouco de paz. Se é que é possível falar em paz num ambiente adverso como este. Nesse momento, o agente chamou mais um preso para falar com a advogada. De

---

<sup>38</sup>Tal expressão significa cumprir a pena.

<sup>39</sup>Essa cela, no entanto, não era a de observação, pois a original cela de observação deste módulo foi desativada. Segundo o agente, um preso ao passar por processo semelhante fez nela uma abertura, passou pela lateral e fugiu. A lateral desta cela dava acesso à *rampa* onde é distribuída a comida dos presos.

imediatamente, outro preso que se encontrava no pátio do módulo pergunta: *cadê o outro?* Queria saber sobre o preso-acuado, conforme relatado acima, que também havia saído para atendimento com advogado. Buscando contornar a situação, o agente contrapôs que o preso não voltaria naquele momento, porque estava resolvendo muitas questões com o advogado. Percebi a política de controle que uns exercem sobre os outros<sup>40</sup>. Houve também o momento em que presos *fardas azuis* tiravam o lixo do módulo. Notei que estes presos não adentravam ao pátio para fazer a coleta – permaneciam na primeira gaiola de entrada para o pátio –, daí perguntei o motivo, o agente me informa que eles já não faziam mais parte daquela sociedade (dentro do módulo), pois estavam fora. E que um deles, inclusive, estava ameaçado por presos de dentro, devido a conversas de que este estava *chocando*<sup>41</sup> a mulher alheia. E cobiçar a mulher do outro na *cadeia* constitui-se em falta grave. Por isso, rapidamente retiravam o lixo, com a pressa de quem corre de uma possível retaliação, afinal, *é andando e se ligando*<sup>42</sup>. Já no período da tarde, me desloco à sala da coordenação de disciplina para agendar minha próxima ida à unidade, com intuito de finalizar as entrevistas nesta. No ensejo, foi dialogado sobre aspectos gerais, tal como as funções entre os presos, as condições de trabalho dos agentes, o pouco quantitativo para o número de presos etc. Diante de tal situação, segundo ele, não há como o Estado interferir na dinâmica do pátio.

Mais um dia vou ao Complexo Penitenciário. Dessa vez, finalizei as entrevistas na PLB, sendo os interlocutores entrevistados o diretor da unidade, o coordenador de disciplina, e dois presos; os *staffs* trabalham há vinte um anos no sistema prisional; já os presos, um exercera função de *frente* na unidade e o outro foi caracterizado pela cúpula da Segurança Pública do Estado como liderança do tráfico de drogas em bairros de Salvador, atualmente, no ambiente prisional, argumenta não exercer funções, mas o relato de sua experiência prisional foi de fundamental importância para entendimento da dinâmica organizacional dos presos.

---

<sup>40</sup>No capítulo 3 serão desdobradas essas questões.

<sup>41</sup>Denota olhar, encarar, cobiçar.

<sup>42</sup>Essa expressão significa, quando entrar no pátio do módulo ficar atento.

Ambos os presos estavam abrigados em um dos módulos pertencente ao grupo Caveira. Ao chegar à PLB, direcionei-me à sala da coordenação de disciplina, em que dialogamos e fui orientada a esperar o diretor me conceder a entrevista. Este, por sua vez, apresentava comportamento inquieto, ante a possibilidade de ser entrevistado acerca de lideranças paralelas a sua no interior na unidade. Por algumas vezes transitou na recepção da unidade, conversou com outros membros do *staff*, me acenou dizendo que logo me atenderia e retornou a sua sala. Neste intervalo de espera, sentou-se ao meu lado um senhor evangelista que desenvolve trabalho na unidade há mais de vinte anos. Na oportunidade, conversamos e me passou seu telefone. Posteriormente, chegou um grupo de evangelistas, em que o evangelista que conversava passou a dar-lhe recomendações sobre como proceder em relação aos *frentes de cadeia*, a importância de reconhecer a autoridade destes dentro dos módulos; que era preciso demonstrar estarem a favor de seu comando, e que com eles *andavam lado a lado*. Desse modo, deveriam cumprimentá-los com as mãos, de forma respeitosa, bem como conversar acerca dos horários de cultos etc. Apreendi que, não somente os presos estavam sob o comando e disciplina dos *frentes*, mas todos aqueles que atravessam o ambiente prisional. Igualmente, a companheira de um preso senta-se ao meu lado e passa a dialogar comigo sobre sua situação. Estava ali para renovação da carteira de visitante, perguntei se já havia sido atendida e contrapôs que não, que *ali é na pirraça que eles fazem*, que já havia passado mais de meia hora de espera, considerando o horário previsto para o início dos atendimentos. Acompanhando nosso diálogo com o olhar, a secretária levanta-se, interfere na conversa e direciona a mulher ao setor responsável pela renovação de carteiras. Após muito tempo de espera (praticamente a manhã inteira), fui chamada a sala do diretor, pelo coordenador de disciplina. Foi então que me recebeu. Sentamos à mesa e solicitei permissão para gravar o diálogo. Hesitou, mas concordou. Porém, as questões mais labirínticas só me foram explanadas quando desligado o gravador. Como, por exemplo, quando nos direcionávamos a

um dos módulos da unidade, onde realizaria as entrevistas com os presos me relatou que a liderança daquele módulo estava desmoralizada [nesse sentido, do ponto de vista do *staff* prisional], pois em menos de 45 dias havia ocorrido duas fugas no módulo. Corroborando, assim, que a gestão é partilhada com estes atores e que o poder de mando exercido por estes determina as ações ali desenvolvidas. Desse modo, este interlocutor direta ou indiretamente atribuía aos *frentes de cadeia* à responsabilidade pela fuga e contenção dos presos, dando a entender que, se houve fuga naquele módulo, foi devido à permissão da *frente*.

Compreendi que o gravador se constituía enquanto instrumento inibidor à fala. Por isso, para com os presos, optei por não utilizá-lo, sobretudo pelas circunstâncias deslindadas no interior do módulo. Explico melhor. Ao adentrar o módulo a primeira sala é a que fica o agente penitenciário; nesta, tem uma porta de ferro que direciona a um corredor, que dá acesso “entrada/saída” para a primeira gaiola no interior do pátio. Ao lado esquerdo desta, se localiza a cela de observação, a segunda gaiola, onde se encontravam alguns presos. À frente da primeira gaiola [onde fiquei] havia outra, a terceira gaiola, onde os presos entrevistados se direcionavam colocava uma cadeira próxima à grade e dialogávamos. O que me separava do preso era unicamente essa grade, que por sinal se encontrava em péssimas condições estruturais, bastante deterioradas. Se quisesse ir para a gaiola que estava o preso era só abrir a grade que ficava a esquerda. Atrás da gaiola que estava o preso, do lado oposto ao que conversávamos estava a grade que dava acesso livre ao pátio, onde se encontrava a população prisional. De modo geral, as gaiolas eram de pequena extensão. No primeiro momento, foi-me apresentada três possibilidades para realização das entrevistas: (a) fazê-las na sala do agente penitenciário, (b) fazê-las na primeira gaiola ou (c) fazê-las na terceira gaiola.

De antemão tinha em mente fazer as entrevistas em uma sala reservada, a exemplo da que se encontrava o agente penitenciário, mais afastada do olhar da população prisional, todavia o cenário foi inverso. Primeiramente, o coordenador de disciplina, adentrou até a

terceira gaiola do pátio, para dialogar com os presos sobre minha pesquisa. Nesse momento, encontravam-se próximos ao portão alguns presos que exercem a função de *carteiros*, os quais foram chamar aqueles que seriam entrevistados. Ao chegarem, o coordenador de disciplina me chamou, solicitando que colocasse o rosto na janela [na sala do agente penitenciário do lado esquerdo havia uma janela média que possibilita a visão do pátio] e assim fiz. De igual modo, me perguntou onde realizaria as entrevistas, como dito anteriormente; havia pensado na sala do agente. No entanto, os presos contestaram que esta possibilidade estava fora de cogitação: ou era no pátio ou nada feito. Em alto e bom som, o coordenador de disciplina, me explicou que era preciso que fizesse no pátio, pois os presos não poderiam sair do olhar dos demais, caso saíssem, os companheiros pensariam que estavam a *caguetar*, colocando em risco suas vidas. Balancei a cabeça, respondendo positivamente e fui até eles. Percebendo minha reação de espanto, o membro do *staff* se aproximou e me disse: ia te colocar no *veneno*<sup>43</sup> e sorriu. Sem dúvida a experiência foi rica. Observei as dinâmicas de perto, com a sinalização dos acontecimentos pelo preso, que por vezes, argumentava que poderia adentrar a outra parte do pátio, onde estava a população, caso quisesse ver as celas e conhecer mais adentro, que não era preciso ter medo, pois a liderança dali estendeu bandeira de paz, que a *cadeia* agora é outra. No momento, aconteciam dinâmicas diversas no pátio, presos que conversavam, presos que jogavam bola... E outro que atravessava o pátio carregando um balde com água. Ao visualizar este preso, meu interlocutor explicou-me: está vendo aquele preso ali? *É o maloqueiro*, o preso que não tem como se manter na *cadeia*, então trabalha para os que têm [nesse caso, capital financeiro, político e social]. Assim, prossegui na descrição das funções entre os presos e, ao final da entrevista, agradeceu argumentando que gostou de conversar comigo, e perguntou se iria fazer as mesmas perguntas ao outro preso; respondi que sim.

---

<sup>43</sup>*Veneno* constitui uma situação difícil. Nesse caso, refere-se ao interior do pátio.

Ambos os presos, demarcaram as tensões, que antagoniza o *staff* e a população prisional. No entanto, o segundo, devido ao longo tempo de pena cumprido e a larga experiência no *mundo do crime* – já ocupou a função de *frente* na prisão – foi um pouco mais contido em suas colocações. Com o primeiro travei um dialogo mais fluido, contou-me experiências de sua vida pessoal e familiar, bem como dialogamos acerca de religião, educação, etc. Falava muito bem. Chamou-me atenção sua capacidade de articulação. Antes de iniciarmos a entrevista, buscou entender meu papel na penitenciária, se pertencia ou representava algum grupo e porque havia me interessado pela questão carcerária. Explicitei que não faço parte de nenhum grupo de direitos humanos, mas que me solidarizo com a questão penal, que venho desde a graduação tomando essa discussão como objeto de estudo, privilegiando o ponto de vista dos presos, em que optei por dar continuidade no mestrado. Após minhas justificativas, argumentou: *Ah, entendi, você é humanista. É solidária com a causa.* Sem mais explicações a dar ou questões a contrapor, consenti com suas concepções. Nesse sentido, ao longo das entrevistas escritas fiz questão de lê-las aos meus interlocutores, para que tivessem entendimento de que não distorceria suas colocações, igualmente, queria que tivessem confiança no papel de pesquisadora ali desempenhado. Era preciso demarcar meu lugar de fala, a fim de espantar os fantasmas que rondam esse ambiente. Como descreve Marques (2016), ao se lançar em pesquisa de campo com *ladrões*, nada se ganha ao esconder a posição do pesquisador no campo. Do mesmo modo que nós pesquisadores elaboramos concepções acerca de nossos interlocutores, assim também o fazem. Suas tentativas de compreender o lugar ocupado pelo pesquisador estão ligadas, sobretudo, ao campo de “guerra” no qual estão inseridos, que os levam a considerar duas dimensões, “aliados” ou “inimigos”. Ainda segundo o autor, normalmente as associações que interlocutores fazem de pesquisadores acadêmicos a grupos de direitos humanos, mostram em certa medida, a oposição destes a “opressão carcerária”, o que se considera algo positivo.

Por outro lado, devido à resistência que alguns membros do *staff* apresentavam quando utilizava em minhas colocações a categoria liderança, pensei que os presos também teriam certa inclinação a esquivar-se quando assim denominados; por isso, no primeiro momento, busquei entender como deveria chamar tais funções e assim fiz a tentativa de pronunciar a palavra liderança, com um deles. Não houve resistências, entendeu que era a forma pela qual a academia nomeava a função, havendo momentos em que também a utilizava em suas falas – ora a categoria liderança, ora a categoria *frente* –, no entanto ressaltai que gostaria de entender a forma pela qual eles classificavam tais funções. Notei que resistências podem surgir a depender da forma pela qual é colocada a questão, se for pejorativa ou policialesca, por exemplo, (MARQUES, 2016). Nesse caso, busquei validar meu entendimento distanciando-me de formas de tratamento negativo-acusatória. Ao terminar as entrevistas, conversei com membros do *staff* e me reporto para fora do Complexo, atravesso a rua e vou para o ponto de ônibus. No ponto, misturo-me aos familiares de presos que também aguardavam seus respectivos ônibus, pois era dia de visita em algumas unidades do Complexo. Na oportunidade, havia uma companheira de um preso que falava em tom alto e gesticulava a situação ocorrida dentro do módulo que se encontrava com seu companheiro. Ali vi a demarcação comportamental que mulheres apreendem na *cadeia*. Segundo a interlocutora, quando no pátio com seu companheiro, a sua frente sentou-se outro casal, em que a companheira daquele preso vestia vestido curto com as pernas abertas, de modo que seu companheiro estando em sua direção poderia visualizar suas partes íntimas. Logo, a mulher esbravejava dizendo: sentada de pernas abertas para meu marido, vê se pode! Se ela não consertasse a forma de sentar-se na *cadeia* iria mostrar como sentar. A amiga desta interlocutora ao ouvir a história argumentou: quer dizer que ela estava mostrando o *baratão*<sup>44</sup>

---

<sup>44</sup>Significa genitália feminina.

para o ladrão? Observei que *consequências*<sup>45</sup> também podem insurgir entre familiares-visitas de presos, em caso de se comportar de forma inadequada.

Com intuito de dar continuidade à pesquisa, reestabeleço contato com o Presídio de Salvador na sexta-feira, na oportunidade dialoguei com o coordenador de segurança, em que foi marcada minha ida a unidade prisional para segunda-feira. Este, por sua vez, me indagou sobre quem seriam os interlocutores da minha pesquisa – funcionários? Presos? Respondi que seriam ambos. Igualmente, argumentou que teria que dialogar com o diretor. Prontamente, na segunda-feira, fui ao Complexo Penitenciário, apresentei-me na portaria e descii a ladeira da Mata Escura, em direção ao Presídio de Salvador. Dessa vez, tive a sensação de que o percurso tornou-se mais curto, diferindo da outra vez que percorri esta mesma ladeira quando da primeira visita ao Complexo, embora os barulhos nas matas permanecessem constantes. Nesse dia, um homem também descia a ladeira, do lado oposto ao que estava. Apressei os passos, pois o sol estava intenso, mas confesso que também tive medo, sobretudo, da possibilidade de haver pessoas escondidas na mata<sup>46</sup>. Tranquilei-me, quando avistei uma familiar de preso que retornava de alguma das *cadeias*. Ao chegar ao prédio principal, desloquei-me até a sala da secretária do diretor, que solicitou que o aguardasse, pois estava em atendimento. Minutos depois, o diretor aparece na sala da secretária e esta informa que gostaria de dialogar com ele, momento em que me direcionou a sua sala. Não era a mesma direção com a qual estabeleci contato em maio de 2016, por isso tive que explanar sobre a pesquisa, mais uma vez. Esta direção interagiu bastante, sendo muito aberto ao diálogo. Não houve hesitações quanto à pesquisa e seu recorte, porém me sinalizou que é um pouco dificultoso ter acesso ao perfil de preso que buscava (os *frentes de cadeia*), pois em grande maioria são *cismados*, ou seja, desconfiados. E considerando que no Presídio de Salvador

---

<sup>45</sup>*Consequências* é o mesmo que implicações que determinadas ações possam causar a outrem.

<sup>46</sup>Tal pensamento advém do fato de anteriormente ter visualizado um vídeo enviado por agentes penitenciários ao Jornal Bahia Meio Dia, em que dois homens – um deles armado –, no período noturno saem da mata e arremessam objetos a parte interna da Unidade Especial Disciplinar.

estão presos em regime provisórios, que em grande medida possuem esperanças quanto à possibilidade de absolvição, aplicação de penas mais brandas ou a utilização de recursos jurídicos; para sobre o imaginário local o medo de falarem algo que possa influenciar negativamente em seus processos criminais, de modo a prolongar a estadia na *cadeia*.

O Presídio de Salvador foi inaugurado em outubro de 1976. Atualmente conta com 128 servidores e 955 presos distribuídos pelo Prédio Principal, que possui dois pátios onde se localizam presos pertencentes ao grupo Comando da Paz, e o prédio Anexo também chamado pela população prisional de *Buracão*<sup>47</sup>, ambiente destinado a presos pertencentes ao Bonde do Maluco<sup>48</sup>, assim, na unidade prisional, segundo o interlocutor a briga se dá entre os grupos de presos Bonde do Maluco e o Comando da Paz, que disputam territórios. Há também o *Seguro*, espaço destinado aos presos acusados de crimes sexuais ou aqueles que não possam permanecer junto à população prisional por ter cometido alguma falta grave. O chamado *isolamento* se destina aos que estão proibidos de permanecer no pátio e no *seguro*. Desse modo, embora o ambiente esteja tranquilo, a qualquer momento a *cadeia* pode *estourar*<sup>49</sup>. Após nossa longa conversa, despedi-me e subi a ladeira da Mata Escura, em direção à portaria do Complexo Penitenciário. No meio do caminho [na ladeira] avisto um homem que rapidamente entrou e saiu da mata. Na ocasião, colocou por lá um objeto e seguiu descendo a ladeira. Continuei andando, fingi não ter visto o ocorrido. Mas, entendi que as matas do Complexo Penitenciário guardam muitas relações e reações.

Nesse direcionamento, retorno na sexta-feira à unidade prisional. Hoje o Complexo estava tumultuado. Observei repórteres com equipamentos de filmagem na portaria, faziam

---

<sup>47</sup>Ver nota 19.

<sup>48</sup>WENDEL, Bruno. Loteamentos prisionais. **Correio da Bahia**, Salvador, 22 de nov. 2016. Folha Mais, p. 14-15.

<sup>49</sup>Denota a conformação de motins, rebeliões.

entrevista com agentes penitenciários<sup>50</sup>. Helicópteros sobrevoavam o local. Mas, o motivo de estarem ali tão-só foi por mim compreendido quando desci a ladeira da Mata Escura. Pensei que fosse algo corriqueiro, mas, ao chegar ao Presídio de Salvador, meu encontro com familiares de presos que aguardavam para renovação da carteira de visitante revelou o motivo daquele burburinho. Segundo uma familiar, 17 presos haviam fugido da Cadeia Pública. Sem muitos resguardos a minha presença, outra comentou: *É, mas tem preso aí com mais de anos sem sair na rua. Eu tenho um amigo que estava preso há 11 anos e na primeira oportunidade que teve fugiu. Até eu fugiria... Tanto tempo.* Igualmente, outra visitante argumenta: *É... Mais tem que conhecer a área, porque aí atrás é Sussuarana. Muitos não conhecem e não conseguem nem sair daqui [do Complexo] e são mortos aí na mata mesmo. Depois nem se vê os corpos.* Em outros termos, estas interlocutoras ponderavam sobre a morosidade da justiça, bem como, a possibilidade da polícia ou desafetos executarem os fugitivos. Após algum tempo de espera, passei a dialogar mais diretamente com uma companheira de preso, que aceitou participar da pesquisa. Sua trajetória na prisão possibilitou-me compreender aspectos internos, da dinâmica organizacional dos presos, assim como a relação de importância que os familiares exercem na dinâmica da *cadeia*. Durante o diálogo com esta interlocutora, visualizei um preso próximo à parte externa do portão se aproximar, observava o que dizíamos e que escrevia as informações no papel. No ambiente prisional, visão e audição estão sempre atentas. Fiquei a pensar se era uma espécie de olheiro, pois diversas funções exercidas por presos fora dos pavilhões podem ser indicação da *frente*. Terminada a entrevista, dirigi-me a sala da direção com o objetivo de entrevistar membros do *staff* prisional e posteriormente, presos. Mas, por causa do horário, somente o diretor da unidade

---

<sup>50</sup>G1 BAHIA. **Grupo de 17 presos serra grades e foge da Cadeia Pública, em Salvador.** G1 BAHIA, Salvador, 13 de jan. 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bahia/noticia/2017/01/grupo-de-17-presos-serra-grades-e-foge-da-cadeia-publica-em-salvador.html>>. Acesso em 13 jan. 2017.

foi entrevistado. Com vinte e seis anos de exercício profissional no ambiente prisional, seu conhecimento de *cadeia*, foi de suma importância para deslindar dinâmicas da unidade e dos presos, bem como a interlocução desses com as famílias. Assim, agendou nova visita para finalizar as entrevistas nessa unidade. Deste modo, segui o caminho em direção à saída do Complexo. Estava um pouco tensa. Ocorrera fuga naquele dia, presos poderiam estar na mata. Teria que passar pela mata para chegar à portaria. Nesse trajeto, ouço passos vindos da mata. Tinha certeza, havia alguém ali. Cada vez os passos tornavam-se mais próximos. Pouco tempo depois, saiu da mata um cachorro. Que alívio!, pensei. Ao chegar no ponto de ônibus, encontro familiares de presos que repercutiam a fuga do dia.

Mais uma vez, me desloco ao Complexo Penitenciário, na segunda-feira e sigo ao Presídio de Salvador. Dessa vez, as entrevistas foram realizadas com dois agentes penitenciários; o primeiro com um ano e um mês de exercício profissional e o outro com vinte e sete anos na função. Embora o primeiro interlocutor tivesse pouco tempo de carreira, seus relatos foram interessantíssimos para entendimento das dinâmicas dos presos e suas relações com o *staff*, porquanto dialogou sem reservas, inclusive, permitiu que utilizasse o gravador. No momento que fui a este apresentada, hesitei em iniciar a entrevista, por considerar o pouco tempo em que atuava no sistema. Mas fui convencida por sua boa vontade em colaborar com a pesquisa e surpreendida por seu amplo conhecimento das micropolíticas internas. Mostrou-se preocupado com as condições de saúde mental e trabalho dos agentes, sobretudo os reflexos que os circuitos prisionais impõem a vida pessoal e social. Contou-me que há veteranos que ao saírem do trabalho, não conseguem ir para casa, permanecem em bares aos redores do Complexo para o outro dia de trabalho, porquanto não há motivação para saírem do contexto da prisão. Com o segundo agente, também tive diálogo fluido, fez questão de mostrar-me ambientes (pátio, *seguro*, isolamento, *cela especial*, parlatório, espaço das visitas) e apresentar-me presos *fardas amarelas*, que se acomodam na *cela especial* e trabalham no

espaço interno da unidade prisional para que mantivesse diálogo. Mas, como eram novatos na instituição – um com dois meses e outro com dez dias, pouco desenvolveram a conversa, ainda estavam assimilando as dimensões da vida institucional, pareciam estarem assustados, o que não me permitira tocar em assuntos delicados. Por isso, optei por marcar mais um dia para término das entrevistas nesta unidade. O período coincidia com o início da festa carnavalesca. Havia sido orientada pela direção da instituição a retornar somente depois do período festivo. Pensei, em contrapartida, que seria possível realizar algumas entrevistas, por ser um dos *dias de visita* na instituição, em que aproveitaria a oportunidade e dialogaria com familiares ao final das visitas. No entanto, a mobilidade na cidade estava inviável, fluxo grande de pessoas e trânsito travado.

#### 1.2.4 CENA 4 – PRESO É PRESO!

Assim, retornei ao Complexo Penitenciário na sexta-feira e dirigi-me ao Presídio de Salvador. Chegado lá, aguardei o diretor solicitar ao agente penitenciário que trouxesse presos do *Seguro* para entrevista. No entanto, devido à falta de disposição deste agente, ponderou que iria trazer presos *fardas amarela*, pela facilidade de acesso e locomoção. Não contestei. Sentada, no banco de concreto, esperei em frente à sala da coordenação de segurança a vinda dos meus interlocutores. Quando da chegada dos presos – eram três – me apresentei e explanei sobre a pesquisa, enfatizei que não se tratava de acusações. Fiz questão disto salientar, pois apresentavam comportamento e argumentos defensivos, em que veementemente afirmavam que nada tinham a reclamar sobre o tratamento dispensado pela instituição. Compreendi que aquele discurso fazia referencia ao grande fluxo de agentes próximos a grade. Dois deles, inclusive se encontravam no mesmo espaço que estavam os presos, ouvindo nosso diálogo. Senti-me incomodada, mas naquele momento era meu único

lugar possível. Desse modo, visando dissolver o clima de tensão e melhor dialogar com meus interlocutores, perguntei se não estavam cansados em estar em pé e sugeri que sentássemos em um dos bancos de concreto. De imediato argumentaram que deveria solicitar ao agente para que pudessem atravessar a grade e assim o fiz. Como o diálogo fluiu mais intensamente com um dos presos, perguntei se ele gostaria de ser o entrevistado, aceitou e veio ao meu encontro. Afastado dos ouvidos dos agentes conversamos sobre as dinâmicas internas e externas. Sua explanação elucidou diversas questões, pois nos circuitos da instituição ocupa e mobiliza dupla posição: é *crença*<sup>51</sup> e *faxina*. Relatou-me que a função desempenhada é por confiança da *Casa*<sup>52</sup>, e que sua quebra leva a perda da mobilidade dentro da cadeia, como ocorrera com um preso *farda azul*, que recentemente havia ido para o *castigo* devido ter sido pego com drogas. Se fosse meu interlocutor, seria triplamente *comediado*<sup>53</sup>, pois estaria ferindo o código de ética do crime, da instituição e da religião, porquanto é *crença*. Neste dia, um dos presos que havia dialogado em outra oportunidade sentou-se no banco ao lado junto com mais dois companheiros munidos do alvará de soltura. Aguardavam ansiosamente a liberdade. Finalizava a entrevista, mas volta e meia meu interlocutor era interrompido pelo companheiro ao lado, em que fechavam uma roda e cochichavam sobre a demora da instituição em liberá-lo: *Você acredita, meu alvará estava aí desde ontem e só agora eles vem me soltar*. Os agentes nos observavam, mas sorria e não demonstrava se preocupar com os olhares, andava erguido. Afinal a *liberdade vai cantar*<sup>54</sup>. Nesse clima de euforia me despedi e os deixei conversando. Meu interlocutor tanto gostou de me explicar à *cadeia* e sua *disciplina*, que após longo diálogo me perguntava se não tinha mais questões a fazer. Havia gostado de ficar ali, conversando, dando risada, de forma descontraída. Talvez, tenha até esquecido de que estava naquele ambiente. Após fui ao encontro do diretor, avisar que iria embora, pois já

---

<sup>51</sup>Denominação dada aos presos cristãos, evangélicos.

<sup>52</sup>Diz respeito a instituição prisional.

<sup>53</sup>*Comédia* refere-se a alguém desacreditado.

<sup>54</sup>A expressão significa ser solto da prisão.

havia feito à entrevista. No entanto, não demorei no diálogo e tomei o cuidado de não ser vista por meus interlocutores, pois *peguei a visão*<sup>55</sup> de que relações estreitas com funcionários levantam suspeitas de “delações” ou “de estar do lado deles”<sup>56</sup>. Embora tenham a confiança da instituição a oposição não deixa de existir, pois, *preso é preso e funcionário é funcionário*.

Subindo a ladeira da Mata Escura, aproveitei e passei na Unidade Especial Disciplinar para dialogar com a direção sobre a realização da pesquisa na unidade. No pátio da parte exterior que dá acesso a ladeira presos tomavam banho de sol e fumavam um *baseado*<sup>57</sup>. Na ocasião, ouvi indagam entre si: *cadê o baseado, cadê o baseado?* Segui e falei com um agente penitenciário acerca da pesquisa, em que me deu o contato da secretaria para agendamento. Em direção à portaria do Complexo, mais no centro, localiza-se uma tenda de apoio a familiares de presos, denominado de *S. O. S prisão*, que funciona no local há cerca de um ano. Nela, homens e mulheres pertencentes a igrejas cristãs trabalham auxiliando com uma palavra de conforto, café, água, chá e por vezes comida às famílias. Percebi que era grande o fluxo de familiares que paravam ali para conversar e descansar das idas e vindas das *cadeias*; aproximei-me e passei a dialogar com uma das *irmãs* sobre a pesquisa. Muito receptiva, tornou-se para mim uma conexão estratégica para dialogar com os familiares dos presos. Quando estes se aproximavam para beber água passara a me apresentar como parte de seu grupo, em que estava ali desenvolvendo uma pesquisa e se aceitasse poderia dialogar comigo sobre seus trânsitos nas prisões. Diante de tantas resistências, aquela interlocução só poderia ter vindo dos céus. Neste dia, entrevistei três familiares de *ladrões* – mãe, esposa e irmã. Contaram-me o esperado e o inesperado, tal como os fluxos do crime que se tecem no local e suas interligações extramuros nos bairros da grande cidade. Suas formas de vida e seus feitos para sobreviver à adversidade da *caminhada*<sup>58</sup> entre visitas e *cadeias*. Como em um

---

<sup>55</sup>Entender a situação para não praticar bobagens.

<sup>56</sup>Biondi (2009, p. 20).

<sup>57</sup>Maconha.

<sup>58</sup>Significa o percurso da vida.

diálogo fluido, sentadas em uma das mesas da tenda localizadas embaixo de uma árvore, almoçamos, conversamos e rimos, das aventuras e desventuras das “coisas da vida no crime”<sup>59</sup>. Dentre tantas, narrou-se sobre uma pousada, situada no bairro da Mata Escura, em que se hospedava com outros familiares de presos, vindos de outras cidades. Estava preocupada por ter aparecido no quarto um *baguio*<sup>60</sup>, ou seja, drogas, em que ninguém havia assumido. Falou com o responsável pela pousada, que expulsou algumas pessoas. No momento, outra familiar a orientava a ter cuidado, pois poderiam colocar a droga em sua bolsa. Esta pousada era a mesma que a ambulante frente ao ponto de ônibus do Complexo havia me indicado para hospedar-me quando fosse fazer pesquisa em dias seguidos. À época, comentara que era de um policial, *mas era nenhuma*<sup>61</sup>. Na ocasião, desconfiei de sua colocação, somente quando no diálogo com minhas interlocutoras compreendi as tramas do local. Após, direcionei-me a Cadeia Pública, a fim de agendar a pesquisa naquela unidade prisional. Não sabia sua exata localização; como uma das *irmãs* trabalhara por lá, me explicou o trajeto. O caminho percorrido foi longo. É a *cadeia* mais distante do Complexo: depois da Penitenciária Lemos Brito, ainda trilhei extensa ladeira entre matos e estrada. Quando lá cheguei, conversei com o diretor adjunto sobre a pesquisa, em que me deu seu contato telefônico e livre acesso a unidade. Assim, agendei minha ida.

Novamente vou ao Complexo na quinta-feira com o objetivo de entrevistar familiares que saiam das *cadeias*, pois era dia de visita. Durante o dia, foram realizadas quatro entrevistas na tenda *S. O. S prisão* com familiares – uma irmã, um irmão e duas mães de presos. Naquele dia, a equipe não era a mesma, mas já havia obtido autorização de algumas *irmãs* para realização das entrevistas naquele espaço. Na ocasião, conversei intensamente com uma *irmã*, que presta trabalho voluntário aos presos e familiares. Diferentemente, dos demais que também realizam trabalho de evangelização nas unidades, esta irmã faz diversas

---

<sup>59</sup>Segundo Grillo (2008) denota uma forma de organizar a vida a partir dos circuitos do crime.

<sup>60</sup>Remete a materiais e situações.

<sup>61</sup>A expressão significa o mesmo que não tem problema.

mediações entre os presos e as famílias, telefonando, fazendo visitas às casas, indo a audiências dar apoio, enfim. Seu trabalho e relações extrapolam os muros das prisões. Neste dia, por exemplo, um preso recebera alvará de soltura, estava há quatro anos no sistema e não tinha recursos financeiros para retornar a sua cidade de origem. No momento, fazia entrevista com uma familiar de preso – mãe – quando uma senhora que é vendedora ambulante em frente ao Complexo Penitenciário veio até nós e explicou a situação do então egresso. Articulara uma “vaquinha” a fim de angariar o dinheiro para compra da passagem de ônibus. Após dar minha contribuição, a *irmã* e a ambulante foram em busca de mais doadores. Ao ser resolvida a situação, retornou e relatou-me ser comum o preso sair do sistema sem o dinheiro da passagem, roupas ou descalços, e terem que arranjar ali mesmo, na rua. Mais uma vez, me foi exposta a vida nua. Percebi que frente ao Complexo, se estrutura uma rede de apoio e observação direta das dinâmicas internas. Recordo-me de outro dia, em que apressada saí do Complexo, atravessei a rua e fui para o ponto de ônibus, sem observar que em frente ao local estava estacionado um carro de reportagem da Rede Record. No ponto, uma mulher que aparentemente aguardava o ônibus me perguntou o que ocorria nas *cadeias*, respondi que não sabia. Logo exclamou dizendo, o carro da reportagem está ali, alguma coisa é. Observei que sempre manuseava o celular dentro de uma bolsa. Mas, peguei o ônibus e fui embora. No entanto, no dia da “vaquinha” estava no ponto a mesma mulher, em que observava todos os circuitos que se passava fora do Complexo, sempre manuseando o celular dentro da bolsa. Depois, soube que em frente ao local ficam *campanas*<sup>62</sup> do tráfico, pois ali é ponto de venda de drogas. Apreendi como elucidou Cunha (2003, p. 3) que “[...] trata-se, assim, de uma estrutura de oportunidades apropriável por todos, e apropriável pelo bairro tal como ele é.”. Ao final da tarde, aproxima-se da tenda, uma mulher de preso juntamente com sua criança, que em amargura de alma chorava muito. Ouvira o diálogo dos pais, em que o preso relatou a

---

<sup>62</sup>Hirata (2010) faz profundo estudo sobre posições e dinâmicas do mercado de drogas nas periferias São Paulo.

esposa estar sendo ameaçado na *cadeia* onde estava. Não havendo o apoio estatal para resolução das relações interpessoais entre os presos, apoderou-se das orações e consolações de uma das *irmãs* e seguiram para casa. Na quinta-feira, retorno ao Complexo Penitenciário e sigo à Cadeia Pública para dar continuidade à pesquisa. Neste dia, foram realizadas cinco entrevistas, a saber: com dois diretores adjuntos, os quais possuem respectivamente trinta e um anos e vinte oito anos de serviços prestados na *cadeia*, um coordenador de segurança, que trabalha no sistema prisional há nove anos e dois presos *fardas amarelas*, que exercem funções na dinâmica prisional.

A Cadeia Pública foi inaugurada em março de 2010. Constitui-se na segunda maior unidade prisional do Complexo Penitenciário. Atualmente conta com 176 servidores e 1.200 presos distribuídos entre prédio administrativo e prédio principal, que é composto por dois Anexos e oito raios. No primeiro raio estão os presos pertencentes ao grupo Caveira. No segundo, estão os presos pertencentes ao Bonde do Maluco (BDM) e Comando da Paz (CP). No terceiro, estão os presos pertencentes ao grupo Caveira. No quarto, também se encontra presos do grupo Caveira<sup>63</sup>. Ao chegar à unidade prisional pela manhã, me direcionei a sala do diretor adjunto, em que dialoguei sobre a pesquisa e fui encaminhada a iniciar a entrevista com o outro diretor adjunto, pois estava ocupado. No total, há três diretores adjuntos nessa unidade. Retornei a sua sala e realizei a entrevista. No período da tarde, as entrevistas foram realizadas com os presos e coordenador de segurança, o qual também foi preciso aguardar, pois fazia diligências nos Anexos da unidade prisional junto ao diretor e outros coordenadores. Nesse longo período de espera, das 12h00min as 14h00min, dialoguei com duas familiares de presos – mãe e companheira –, que também aguardavam membros do *staff*. Segundo as interlocutoras, ali é o local onde *filho chora e mãe não vê*. Tal afirmativa corrobora com o fato da situação de infortúnio mental de seu filho preso, que segundo ela,

---

<sup>63</sup>WENDEL, Bruno. Loteamentos prisionais. **Correio da Bahia**, Salvador, 22 de nov. 2016. Folha Mais, p. 14-15.

teria sido transferido para o *seguro* por não conseguir adaptar-se ao *convívio* com a população prisional. A companheira do preso, por sua vez, buscava agendar um dia para mostrar o recém-nascido ao preso. Nesse sentido, contou-me a situação de descaso que alguns membros do *staff* tratam os familiares, que naquele dia estava na unidade desde as 10 horas da manhã, que já havia ido à *cadeia* outras vezes, com intuito de resolver essa demanda, mas como sempre são impostas dificuldades inexistentes. Ao menos, até o final do dia, suas questões tinham sido solucionadas. Desse modo, fui juntamente com o coordenador de segurança ao outro prédio [principal] onde estavam os presos. Nesse percurso, encontramos outro membro do *staff* que informou que acabara de acontecer dois espancamentos entre os presos. Assim, o coordenador orientou as medidas a serem tomadas: direcionar os responsáveis pela violência ao *castigo*, inicialmente pelo período de 10 dias. Compreendi que tal situação poderia ter relação com as diligências efetuadas no período da manhã pelo *staff*. Depois seguimos à sala da coordenação de segurança para realização das entrevistas com os presos. Embora, alocados na sala da segurança, ambos dialogaram sem reservas acerca das dinâmicas internas. Ao término das entrevistas, despedi-me e contatei a direção da Unidade Especial Disciplinar, para realização da pesquisa naquela unidade. A visita foi agendada para sexta-feira, assim desloquei-me mais uma vez ao Complexo Penitenciário, com intuito de realizar as entrevistas nesta unidade.

A Unidade Especial Disciplinar foi inaugurada em 2005. Atualmente conta com 74 servidores e 204 presos distribuídos entre as galerias A, B e C. Na primeira galeria estão presos pertencentes a um grupo independente. Na segunda galeria estão presos pertencentes ao Comando da Paz (CP). Já na terceira galeria, estão presos não pertencentes a grupos organizados<sup>64</sup>. Quando chegado ao Complexo pela manhã, chovia muito; assim, não desci de imediato para UED e ponderei que seria mais interessante naquele momento passar na tenda

---

<sup>64</sup>WENDEL, Bruno. Loteamentos prisionais. **Correio da Bahia**, Salvador, 22 de nov. 2016. Folha Mais, p. 14-15.

*S.O.S Presídio* para conversar um pouco com as *irmãs*. Na ocasião, foi feita uma oração e leitura bíblica; cessou a chuva e desci a ladeira da Mata Escura. Ao chegar à unidade prisional, aguardei na secretaria o diretor local atender-me; sem muitas delongas, fui direcionada a sua sala, em que dialoguei sobre a pesquisa. Este, por sua vez, foi muito acessível e compreensivo, permitiu que dialogasse com o perfil de preso desejado. Neste dia foram realizadas quatro entrevistas com dois presos que exercem a função de *frentes*, o diretor da unidade e um agente penitenciário; os *staffs* trabalham no sistema prisional respectivamente há vinte e quatro anos e dezoito anos; já os presos são veteranos em tempo e entradas no sistema, sendo um deles considerado pela Cúpula da Segurança Pública o mais influente – após a morte de *Eberson Souza Santos* (Pity) – em termos de mando e extensão de comércio de drogas no Estado e fora dele.

Tratando-se de uma *cadeia* caracterizada como a que abriga presos da mais alta "periculosidade" as entrevistas foram realizadas na sala da direção, com os presos algemados. No percurso de pesquisa de mestrado, esta foi a primeira vez que meus interlocutores presos permaneceram algemados durante a entrevista. Não questionei as medidas de segurança ali adotada, pois estava em uma prisão de 'segurança máxima', e se quisesse ter acesso aos interlocutores e, conseqüentemente, concluir a pesquisa deveria obedecer às normas estabelecidas. Por outro lado, foi real o constrangimento diante de pessoas algemadas, sobretudo quando cumprimentei com um aperto de mão o primeiro interlocutor preso daquele dia. No local, havia a mesa do diretor, uma segunda mesa em que sentei com o preso – estando eu em uma extremidade e o preso em outra – e um pequeno sofá, onde se acomodou a escolta de agente penitenciário. De início era nítida a resistência do meu interlocutor em querer levantar as mãos para cumprimentar-me, talvez por vergonha ou por entender que naquele ambiente preso não é recebido com muitas etiquetas. Desse modo, relutante, argumentou que estava suado, respondi que mesmo assim iria cumprimenta-lo; foi assim, que

me estendeu as mãos, seguido de um largo sorriso. Naquele momento, vi desfeito o semblante de tensão que o acompanhou ao adentrar a sala da direção. A partir de então, o diálogo fluiu; até aproveitou o momento para fazer solicitações a direção. O segundo interlocutor preso estava mais descontraído que o primeiro, dialogou sem muitas reservas. Todavia, ambos os diálogos demarcaram intensamente a preocupação com os presos mais jovens, que vem superlotando as *cadeias* do Estado. Afirmaram que, ao contrário do que se divulga, inexistente proposta de ‘ressocialização’ na unidade prisional, corroborando para que muitos presos fiquem dias inteiros sem fazer nada, com a *mente vazia*. E como é sabido no jargão prisional, *mente vazia é oficina do diabo*. Resta-nos saber quantos infernos serão precisos para compreender que – como disse Sérgio Adorno (1991b) – a questão penal não se constitui meramente de polícia, mas de política. Ao término das entrevistas, agradei e despedi-me dos presos e funcionários presentes. Com isso, fui para casa com a certeza de que por eles *corre* impetuosamente suas famílias.

## CAPÍTULO 2

---

### ESTUDOS SOBRE PRISÕES NO BRASIL

Na verdade, é nas suas dobras que se circunscrevem jogos de poder, relações de força e campos de disputa. São campos de força que se deslocam, se redefinem e se refazem conforme a vigência de formas variadas de controle e também, ou sobretudo, os critérios, procedimentos e dispositivos de incriminação dessas práticas e atividades, oscilando entre a tolerância, a transgressão consentida e a repressão conforme contextos, microconjunturas políticas e relações de poder que se configuram em cada qual (TELLES, 2010a, p. 102).

#### 2.1 DAS POLÍTICAS E DAS PRISÕES

Neste capítulo, faz-se uma análise dos principais estudos prisionais no cenário brasileiro. Desse modo, também será vislumbrado como as políticas punitivas em curso no cenário internacional repercutiram nas percepções e formas de fazer justiça no Brasil. Nessa direção, o recorte analítico abrange aspectos do processo de redemocratização, endurecimento das políticas penais e a formação de grupos de presos organizados, que nas últimas décadas ganharam visibilidade ao delinear políticas de controle social nas prisões e fora delas. Agora, não só os presos estão circunscritos aos pactos informais estabelecidos intramuros, mas todo aquele que esteja afetado pela disciplina do crime.

No cenário mundial, de acordo com Salla, Gauto e Alvarez (2006), no período de 1960 a 1980, ocorrem diversas transformações nas esferas econômicas, política e social que impactam as políticas penais. Se outrora, nas décadas de 1950 a 1970, as concepções e práticas centravam-se na ideologia de reintegração do criminoso, com o atenuamento das tipologias penais; a partir de meados dos anos 70 há uma reviravolta nos paradigmas de repressão das sociedades de capitalismo avançado, no que se refere ao processo de controle do

crime e dos criminosos, com adoção de medidas cada vez mais rígidas. Nessa conjuntura, emergem, políticas como a “Tolerância Zero” e prisões de segurança máxima, as chamadas *supermax*, em nome da ordem e da erradicação de toda e qualquer forma delituosa, corroborando, por sua vez, no aumento significativo da população prisional nesses países. Assim, assiste-se no mundo contemporâneo, uma mudança no desenho das políticas de segurança e no paradigma penal, que para Wacquant (1991) teve motivação na desconstrução do estado de bem estar social e estabelecimento da política neoliberal, a enaltecida “globalização” nos Estados Unidos e Europa. Segundo este autor, o Estado Penal, nasce com o objetivo de gerir parcelas populacionais excluídas da dinâmica do mercado capitalista formal, arquitetando, desse modo, o “complexo carcerário-industrial”. Tal complexo, em contrapartida, tem por intuito a expansão da rede de serviços no setor prisional e o aumento da vigilância e repressão policial sob os indivíduos negros e pobres.

Nessa direção, observa-se ao longo dos anos o estabelecimento de uma cultura do controle, como evidenciou Garland (2008), que, ao deslocar a análise para a dimensão cultural, desdobra um conjunto de práticas e ideologias que culminaram em transformações estruturais e simbólicas nos Estados Unidos e Grã Bretanha. De acordo com o autor, a crise e posterior decaída da concepção correccionalista, em meados da década de 1970 do século XX, ocorreu em razão de divergências entre teoria e prática; bem como de mudanças sociopolíticas com o advento do neoliberalismo e neoconservadorismo, que produziu mais desigualdades sociais, com a criação de políticas de cunho disciplinador e leis mais severas com finalidade meramente retributiva. Todavia, as instituições e aparatos de controle não tiveram mudanças substanciais em sua arquitetura, mas, sobretudo, ganhou novo significado social. Operou-se também, intensa sensibilização emocional a figura da vítima por parte midiática e da política eleitoreira, de outro lado, o criminoso passou a ser ainda mais criminalizado. Tais economias discursivas, por sua vez, lograram êxito ao expandir o sentimento de insegurança

generalizada, corroborando na criminologia do “outro” e na consolidação do “complexo do crime”, que se constituiu numa estruturação cultural, política e operacional de monitoramento dos indesejáveis à ordem social.

No Brasil, por outro lado, embora situado em contexto e período diferente do europeu e americano, a sociologia se insere mais efetivamente no campo dos estudos prisionais a partir da década de 1970 (LOURENÇO, 2016), visando deslindar os intensos processos de mudanças pelos quais o país é afetado no decorrer das últimas décadas que, por sua vez, interferiram diretamente nas percepções e práticas estatais e da sociedade civil para com o controle do crime e tratamento dos acusados pelo sistema de justiça criminal (LIMA; RATTON, 2011). Em síntese, esses processos harmonizaram dimensões da redemocratização que trouxe consigo novas formas de entendimento acerca das legislações e suas aplicações dentre outras questões sociais subjacentes, como o aumento da criminalidade urbana, persistência do autoritarismo, perseguição aos marginalizados e ineficiência das instituições de segurança pública em proteger os cidadãos (LEEDS, 2011). Por isso, o caso brasileiro agrega conflitos de duas ordens, sendo eles: a readequação das legislações aos princípios democráticos, com o fim do regime ditatorial e advento do processo de redemocratização no final dos anos 1970; e a persistência de setores do sistema de justiça criminal, tal qual o policial e prisional, na insubmissão às novas práticas democráticas, o que contribui para violências, arbitrariedades e impasses na consolidação do regime democrático de direitos. Assim, com ações que privilegiam a manutenção da repressão e controle, em detrimento de concepções dignas de cidadania, crescem fenômenos como impunidade, corrupção, aumento gradativo do encarceramento, circulação e mercados de drogas, reduzido alcance dos programas de reintegração social, superlotação nas prisões, fugas de presos, rebeliões e emergência de atores políticos dentre a população prisional, como os grupos de presos

organizados, que na contemporaneidade, disputam o exercício do poder com administrações prisionais (SALLA, 2003).

Nessa perspectiva, entende-se que essas tramas sociais têm início em algumas histórias, concepções e práticas estatais, que se consolidam e expande-se no país, em consonância em grande medida com a conjuntura internacional, conforme deslindou Teixeira (2006; 2014) ao apresentar-nos três períodos pelos quais podem ser compreendidas, no contexto contemporâneo, as contradições, ambiguidades, continuidades e descontinuidades das políticas penais no Brasil. O primeiro, remonta ao processo de redemocratização, inscrito no período de 1976 a 1986, que, com sua ideologia de dialogicidade e abertura à sociedade, busca intervir na questão penal numa perspectiva “humanizante”, contribuindo, assim, para a instauração da CPI do Sistema Penitenciário no Congresso Nacional em 1975, a reforma do Código Penal e da primeira Lei de Execuções Penais em 1984. Nesse momento, o país alinhava-se ao ideal reintegrador, em que o indivíduo preso passa a ser evidenciado enquanto portador de direitos. Em conexão com esta atmosfera humanizadora, nos estados da federação, mais especificamente, em São Paulo, implementou-se a política de humanização dos presídios, quando do governo Franco Montoro; que avançara em termos práticos e político, ao possibilitar poder de voz aos presos, com a criação das chamadas Comissões de Solidariedade, que consistia em espaços deliberativos para que os presos pudessem expor suas ideias, conflitos e insatisfações com relação ao sistema. Entretanto, tal ação superou o conservadorismo presente nas diversas instâncias do sistema de justiça criminal, imprensa e sociedade, não demorando sua dissolução sob alegações infundadas, mas resguardadas no manto da ordem e de uma possível associação da Comissão de presos à facção prisional Serpente Negra<sup>65</sup>. Assim, operou o desmantelamento da política e da perspectiva de

---

<sup>65</sup>Para maiores desdobramentos ver Alvarez, Salla e Dias (2013) e Dias, Salla e Higa (2014).

humanização, concomitantemente, se estabeleceu o fortalecimento de políticas com teor repressivo.

Esse quadro, conforme a autora, refere-se ao período de 1987 a 2000 e remonta às políticas de exceção, em que os direitos outrora conquistados com a reformulação e criação de legislações são lançados ao mar do esquecimento, sobretudo em sua dimensão prática. É destaque nesse cenário a Lei dos Crimes Hediondos<sup>66</sup>, que acompanha e legitima a tendência penal mundial de repressão e controle das práticas delitivas. Outra questão a ser evidenciada é o desdobramento de ações violentas legitimadas no âmbito institucional, como foi o Massacre ocorrido no Carandiru, em 1992, bem como, as micro penalidades impostas na cotidianidade aos indivíduos presos, que acabava por degradar ainda mais a dimensão biopsicossocial. A partir de então, as regressões na política penal são contínuas, pois já não se ampara na concepção de direitos humanos, mas na segregação de certos “tipos” humanos. Soma-se a estas disparidades, a criação do Anexo de Taubaté, no Centro de Reabilitação Penitenciária, em São Paulo, presídio considerado para presos de alta “periculosidade”, que viria a ser o berço de nascimento do grupo de presos Primeiro Comando da Capital, o articulado PCC, em resposta, quem sabe, aos malefícios do sistema. Posteriormente, tem-se uma espécie de nacionalização do processo de expansão do PCC a outros Estados<sup>67</sup> brasileiros, assim como, a emergência de outros grupos de presos organizados, partilhando, em grande medida, o processo de gestão prisional.

Estrategicamente, na disputa por maior controle na gestão das prisões, no período de 1999 a 2006, a política penitenciária obtém mais uma reviravolta, ao respaldar-se numa concepção mais racional-administrativa no contexto do Estado de São Paulo e, posteriormente, estendendo-se ao contexto nacional. Todavia, os grupos de presos organizados continuavam a expandir seus domínios, corroborando no ano de 2001, no evento

---

<sup>66</sup>Lei 8.072/90.

<sup>67</sup>Essas questões serão deslindadas na seção a seguir (1.2).

que se tornou conhecido como “megarrebelião”, e no ano de 2006, os chamados “Ataques do PCC”, em que se evidencia publicamente a articulação interna e externa destes atores, delineando, assim, seu poder de mando dentro e fora das prisões. Esses episódios, por sua vez, colaboraram para o descrédito da população em relação à efetividade das políticas punitivas, bem como, na generalização do sentimento de insegurança e medo, corroborando para que diversos setores da sociedade viessem cobrar por medidas de contenção de caráter mais rígido, afinal, a questão penitenciária havia tomado às ruas. A partir de então, se intensificam as estratégias governamentais no “combate” ao referido grupo, com a adoção de medidas ainda mais punitivas no plano das ações, como foi a emergência do Regime Disciplinar Diferenciado<sup>68</sup>, o RDD, que tem por intuito, o isolamento de presos considerados lideranças de grupos organizados. Mas, ao contrário do que se propunha, tal dispositivo de repressão, acabou por galgar certo prestígio aos presos nele confinado, vez que fortaleceu a representação imagética de masculinidade ante a não adesão às leis formais (DIAS, 2009a). Embora, haja negação das lideranças de presos no interior das prisões, do ponto de vista estatal, o poder é partilhado com estes atores, quando muitas vezes são estabelecidos acordos para manutenção da ordem prisional.

Essas idiosincrasias, segundo Adorno (1991b), vão além, quando analisado que as políticas penais brasileiras têm privilegiado, nas últimas décadas o imediatismo nas ações, ao pautar-se exclusivamente em medidas de segregação dos acusados criminalmente e ampliação do sistema de coerção, sem, no entanto, articular políticas efetivas nas esferas administrativa, organizacional e de reintegração. No que converge para conformação da perspectiva de deslegitimação governamental na gestão da população prisional. No entanto, a resolução de tal conjuntura, passa longe de medidas emergenciais de cunho tecnicista, sendo necessário

---

<sup>68</sup>Segundo Dias (2009a, p. 129) “O Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) é um instrumento do Estado que permite a imposição de um regime de cumprimento da pena de prisão muito mais rigoroso do que o comum. Inexistente na Lei de Execução Penal (LEP) original, de 1984, o RDD foi criado no Estado de São Paulo, em 2001, pela Resolução n. 26, da Secretaria de Administração Penitenciária, e transformado em lei federal, incorporado à LEP, em 2003 (Lei 10.792/03)”.

situar a questão no campo político de poder-saber ao qual está circunscrita na atualidade, qual seja, os formuladores das políticas penitenciárias e os grupos de presos organizados. É preciso envolver dialogicamente os diversos atores envolvidos no processo, a fim de tornar a questão penal política. Todavia, ao que se veem as proposições efetuadas pelo autor, somente terão desdobramentos quando reconhecido as dinâmicas das autoridades ‘informais’ constituídas nas prisões, medida pouco tolerada pelos poderes públicos, quer pelo moralismo presente na sociedade (BARBOSA, 2005) ou pelo desinteresse em garantir direitos a essa população tão criminalizada, que diante de tantas negativas, cresce e consolida-se dentro das prisões brasileiras, como se poderá verificar na seção seguinte.

## 2.2 DOS PRISIONEIROS E SUAS AGÊNCIAS

O processo de organização entre os presos não se constitui em fenômeno recente, contudo, entende-se que suas dinâmicas tiveram maior visibilidade no sistema prisional brasileiro, segundo Adorno e Salla (2007) a partir da década de 1970, com o surgimento dos grupos de presos organizados que passaram a demarcar regras de conduta, convivência, territórios e hierarquias entre seus membros. Suas origens e ramificações remontam a diversas partes do Brasil; entretanto, seus lemas unificam a necessidade da luta pela garantia dos direitos da população prisional; como foi a experiência de formação do “Comando Vermelho<sup>69</sup>”, nas prisões do Rio de Janeiro na década de 1980, e na década seguinte, o Primeiro Comando da Capital nas prisões de São Paulo. Longe de serem fenômenos isolados, tal comportamento entre os presos, reflete, para Lima (2001), a necessidade de “sobreviver na adversidade”, diante das sucessivas exceções delegadas por leis e ações arbitrárias dos sistemas de coerção e controle. Além disso, a conformação de funções entre os presos tornou-se essencial, para a condução da ordem interna nas prisões, assim como é comum a outros

---

<sup>69</sup>Segundo William Lima (2001), um dos fundadores do grupo, tal nomenclatura foi constituída pela mídia e polícia carioca, contradizendo os objetivos da verdadeira motivação da união entre os presos.

grupos sociais. No entanto, na prisão, estas organizações exercem o equilíbrio e o diálogo entre os presos e as administrações prisionais, que por muito tempo relegou à inércia as vozes dos que reivindicavam isoladamente, sem articulação política. Percebe-se assim, que a emergência das identidades coletivas contribuiu para evidenciar e reivindicar os direitos dos presos, bem como, estabelecer ainda que de forma tênue a ‘paz entre os ladrões’<sup>70</sup>.

De modo análogo, ao se referir à nova política proposta pelo PCC nas prisões de São Paulo, Biondi (2010a) argumenta que a criação do grupo produziu diferentes deslocamentos aos seus partícipes, os *irmãos*, e aqueles que possuem certa proximidade ao grupo, os *primos*. Tal assertiva se ratifica quando balizado a diminuição das práticas de violências outrora comumente realizadas entre presos, como extorsão, mortes, abusos sexuais e de poder. Com efeito, o *coletivo* de presos passa a ocupar as brechas deixadas pelo Estado, uma vez que se posiciona enquanto mediador nas resoluções dos conflitos existente intra e extramuros (DIAS, 2009b). Mas a pertença ao grupo, tão somente são operadas quando submetidos ao processo ritualístico do *batismo*, onde é compactuado conviver sob as considerações do *Comando*, mantendo assim, seja qual for à circunstância, um bom *proceder*, que consiste, conforme Marques (2009), em um conjunto de ideias e ações que possibilita demarcar a ordem, posições e espaços no ambiente prisional. Ao contrário, resta aos presos pedir *seguro*<sup>71</sup>, uma espécie de impossibilidade em participar do *convívio* com a população prisional, via de regra, por ter cometido alguma falta grave. Nessa direção, mesmo se tratando de um processo político de união entre os presos não deixa de haver rivalidades entre os grupos, o que promove, por sua vez, processos de exclusões.

Essa abordagem é central em Dias (2011) que por outra perspectiva, salienta que a pacificação impulsionada pelo PCC e outros grupos de presos existentes no sistema prisional

---

<sup>70</sup>De acordo com Marques (2006), uma política de paz se estabelece após o surgimento desses atores.

<sup>71</sup>“[...] ‘pedir seguro’ é o mesmo que recorrer à proteção administrativa por estar correndo risco no local onde se cumpre pena. Consequentemente, passa-se a compor a população “seguro”, passa-se a viver a condição “seguro” e, enfim, passa-se a morar no espaço “seguro””. (MARQUES, 2009, p. 29).

paulista apresenta ambiguidades, ao constatar que além dos presos excluídos sofrerem com medidas arbitrárias acionadas por funcionários de algumas instituições prisionais, tornam-se reféns do medo e ameaça daqueles que pertencem a grupos organizados, o que corrobora em sucessivos processos de opressão entre presos. Assim, para a autora, a aparente paz está calcada em instrumentos disciplinares ainda mais engenhosos, moldados pelo rastro de mortes naturais como, por exemplo, a morte por enforcamento, que faz encenar uma espécie de suicídio; e a overdose por remédios e drogas, que acomete o preso com parada cardíaca (DIAS, 2008). Todavia, ao lançarmos o olhar crítico sob tais circunstâncias, entende-se que tais dissincronias, são próprias do *modus vivendi* das prisões, que utiliza desde sua emergência a cultura da violência para imposição do controle e poder sobre os presos, como muito bem balizou Foucault (2009).

Embora a centralidade da punição na atualidade não se detenha unicamente no corpo físico, é sua totalidade que se busca penetrar, a fim de delimitar as disposições e vontades dos sujeitos que nelas se encontram. Logo, estando os presos submetidos a tal sistema de coerção, torna-se comum reproduzi-lo nos parâmetros de convivência entre os pares, por isso, seus processos de gestão tender às dimensões paz ou guerra. Igualmente, esses arranjos informais também são empreendidos por presos não pertencentes a grupos organizados; de acordo com Ramalho (2008) as *leis das massas* são sentença obrigatória para permanência da ordem e sobrevivência na prisão, independentemente a qual grupo social o preso esteja vinculado. Nessa trama, todos conformam e são atravessados por fluxos, como muito bem deslindou Barbosa (2005) ao estudar os principais funcionamentos do sistema penitenciário do Rio de Janeiro, demonstrando que presos, processos, comandos, drogas, dinheiro, favelas, direitos humanos etc., se correlaciona produzindo o sistema tal como ele é, a saber: permeado por coisas, pessoas e enunciado diverso.

Comumente, ao longo da década de 1990, esses agenciamentos afetaram outros estados da federação, como a Bahia, que a partir do processo de aglomeração de presos associados a diferentes gangues de rua nas duas maiores prisões existentes na capital – a Penitenciária Lemos Brito e o Presídio de Salvador (antiga Casa de Detenção) – devido à reduzida estrutura do sistema prisional baiano da época, incitou a conformação de grupos de presos organizados. Segundo Lourenço e Almeida (2011; 2013) embora haja similaridades entre as dinâmicas prisionais em curso no cenário baiano e no âmbito nacional, o primeiro tem suas especificidades; haja vista que o processo de identidade de grupo advém de relações estabelecidas antes da prisão, das ruas. Por isso, com intuito de dissipar as diferenças no sistema prisional e unificar uma identidade grupal, o líder Mário Carlos Jezler da Costa, que possuía largo saber sobre o *mundo do crime*, devido ter transitado por prisões paulistas e cariocas, e nestas ter participado de grupos organizados, estabeleceu uma nova cultura política na prisão; que tinha por pressuposto central a paz entre os presos e destes para com a administração prisional, bem como a melhoria das condições de cumprimento da pena, que envolve a garantia de direitos. Assim, sobreviver na prisão de forma digna é o que motivou a formação do grupo de presos “Comando da Paz”, que conforme ia sendo legitimado perante o *staff* e população prisional adotou a utilização de acessórios brancos na composição do vestuário.

Contudo, conforme os autores, os dias de “glória” foram interrompidos quando o preso Éberson Santos, o Pitty, assume a função, em decorrência da transferência da antiga liderança. Contrário à política de paz apregoada pelo Comando, Pitty, tinha sua gestão baseada na violência, motivo pelo qual diversos membros do grupo se desvincularam, dando origem a outro grupo de presos denominado de Perna, em que o líder da vez é o preso Genilson Lino, o Perna. Dessa maneira, inicia-se a rivalidade entre os grupos, que passam a disputar o poder de comando do Presídio de Salvador e da Penitenciária Lemos Brito. Com intuito de conter os

desmandos ocasionados por tais movimentos, as administrações prisionais passaram a negociar cada vez mais com os grupos, bem como a utilizar do recurso [meramente paliativo e difusivo] de transferência para o Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) os presos considerados rebelados. De todo modo, embora o RDD seja motivo de angústia para a maioria dos presos, suas dinâmicas não se ofuscam, pelo contrário, acabam por ganhar novos territórios com a grande mobilidade destes nas prisões baianas. Assim, tais circuitos possibilitaram a expansão de territórios comandados por grupos de presos, vez que locais outrora não influenciados por estas dinâmicas passam a habitar presos pertencentes a grupos, disseminando assim, suas políticas seja de guerra ou resistência. Nessa direção, Almeida (2011) aponta que embora a motivação inicial dos grupos fosse à organização das unidades prisionais baianas, em seu âmago, a questão financeira e de poder tornou-se latente. Com isso, a legitimidade outorgada pelas administrações prisionais para que determinados atores exerçam funções dentre a população prisional, tornou-se também meios pelos quais os presos utilizam para exercer controles, corroborando assim em diversos processos de vitimização. Assim, mesmo havendo uma estrutura organizacional conformada por lideranças, *soldados*, *carteiros*, *fariseus* e *monitores*, as relações hierárquicas e de poder continuam permeadas no cotidiano prisional<sup>72</sup> (KRAHN, 2014).

Por outro lado, as conformações de resistências e poder não se delimitam aos presos. Nas dobras desses processos, também se localizam a atuação dos seus familiares nas dinâmicas das prisões. Contrariando, parte dos poucos estudos sobre o tema, que tendem a delimitar os circuitos dos familiares nas prisões à extensão de estigmas, penalizações e destruição das sociabilidades familiares, Godoi (2010) deslinda que estes atores contribuem de forma significativa no fluxo de informações, de bens, códigos de conduta e na reestruturação de uma rede ao redor e através da prisão. Assim, desvincula-se de sentenças

---

<sup>72</sup> No cenário de Simões Filho – BA, ver Peixinho (2014).

taxativas, quando argumenta que a prisão produz novas tessituras e arranjo de múltiplas relações, em que o transitar pelo ambiente prisional propicia aos familiares também potencialidades. Desse modo, incita-nos a refletir sobre a circulação destes atores, para além de aspectos depreciativo-negativos, porquanto as prisões mobilizam diferentes atores internos e externos ao sistema para conformar seus fluxos (GODOI, 2015), assim sendo presos e familiares são fundamentais às suas dinâmicas.

Partes destas relações também foi objeto de reflexão de Cunha (2003), no entanto, no cenário português. Segundo a autora, o transbordamento das dinâmicas prisionais, ocorreu, sobretudo, pela circulação e rede de familiares, amigos e vizinhos de presos, na prisão e nos ambiente extramuros, como o bairro. Situando o foco de análise no trajeto bairro e prisão, evidencia a estreita relação desses ambientes, demonstrando ser a concepção de ruptura das relações sociais quando no ingresso ao mundo prisional, limitada para entendimento das novas configurações prisionais. Porquanto a “cultura” empreendida na prisão é parte da sociedade extramuros. Tanto o é que os fatos ocorridos na prisão repercutem diretamente no bairro e vice-versa. No Brasil, especialmente, chama-se atenção para o transbordamento das dinâmicas dos grupos de presos às periferias urbanas<sup>73</sup>.

Tramas e mediações familiares são também exploradas por Ferraz de Lima (2014), que ao se debruçar sobre as dinâmicas de mulheres de presos pertencentes ao PCC nas prisões paulistas, denominadas de *cunhadas*, identifica que os vínculos afetivos e a noção de *família* apresentam-se enquanto vetores produtivos à caminhada digna de *proceder* dos respectivos companheiros presos. Assim, a mulher é reconhecida enquanto família quando manifesta ser *mulher fiel*, ou seja, aquela que corre lado a lado com o preso. Em outros termos, ainda que não dito diretamente, a autora delinea que a caminhada das *mulheres-famílias* de presos intervém de diferentes formas (material, simbólica e política) na caminhada dos

---

<sup>73</sup>Autores como Biondi (2014), Feltran (2008a, 2008b, 2010a, 2010b) e Hirata (2010) desdobram diferentes processos de gestão nas periferias de São Paulo em tempos de PCC.

companheiros-presos. Isso porque, assim como elas são por eles, eles também são por elas, pois o PCC é pelas famílias dos presos, constituindo-se em dinâmicas entre cadeias.

Embora centralize sua abordagem no aspecto punitivo que a prisão lança sobre a trajetória dos familiares de presos, Silvestre (2011) pontua importantes elementos acionados por estes atores nos deslocamentos entre as prisões e o mundo exterior. A partir da observação dos *dias de visitas* em unidade prisional do interior paulista, a autora demonstra que para manutenção dos presos nas cadeias, mulheres se submetem a dinâmicas diversas, desde a realização de longas viagens para acompanhar seus parentes presos – que envolve a compra e preparação de alimentos – à condução de drogas às unidades prisionais, empreendimento nem sempre realizado com êxito, visto que muitas por não conseguirem driblar os artifícios psicológicos e de segurança utilizados por agentes estatais no momento da revista acabam entregando a sustentação do comércio. Nesse sentido, vê-se que as famílias são produtoras e mobilizadoras de diferentes relações sejam elas legais, ilegais, lícitas ou ilícitas (TELLES; HIRATA, 2007).

Outra questão evidenciada pela autora é a reprodução do distanciamento entre familiares assim como ocorre entre os presos pertencentes a grupos rivais. Mesmo partilhando condições semelhantes de sofrimento, as mulheres operam políticas de exclusões entre si, a fim de preservar a identidade grupal, que é extensiva aos grupos aos quais seus maridos presos pertencem. Nesse sentido, as escolhas dos companheiros por determinado grupo de preso organizado reflete na coletividade e processos de sociabilidades de suas mulheres. Em outras palavras, os circuitos dos presos e de suas respectivas famílias se entrelaçam em diversas fronteiras. Mas concretamente, embora haja algumas interdições, as fronteiras relacionais e de comando na atual cartografia das prisões vem se rompendo. Foi-se o tempo em que o Estado se impunha enquanto poder soberano nas prisões. O poder não mais se fixa; circula, atravessa, exerce e é exercido por diferentes atores, seja o Estado, os presos ou suas

famílias. Cada qual a seu modo partilha do processo de comando-gestão das prisões, ainda que em suas dobraduras.

## CAPÍTULO 3

---

### O ESTADO E AS NORMAS NAS PRISÕES

Manter o controle sobre a população carcerária é uma tarefa que o Estado vem tentando realizar de várias formas, ao longo dos anos, e que parece sempre abarcar situações que fogem ao desejado inicialmente (MAIA et. al, 2009, p.30-31).

#### 3.1 INFLEXÕES ESTATAIS: PRÁTICAS E CONCEPÇÕES

Neste capítulo, serão explicitadas as relações de colaboração e tensão entre os *staffs* e os presos que exercem função de *frente*. Mais especificamente, serão evidenciadas as formas pelas quais o Estado opera a gestão das prisões baianas por intermédio dos frentes e seus *soldados*. Longe de argumentar a obrigatoriedade dos compromissos firmados entre tais atores, salienta-se sistemas de contrapartidas em que *staffs* e presos se beneficiam: de um lado, aos presos é permitido *tocar as cadeias*, de outro, ao Estado é assegurado um ténue *regime de paz*.

Na dinâmica das prisões, os *staffs* constituem-se enquanto a *espinha dorsal*<sup>74</sup> das instituições. Cabem a estes, fundamentalmente, a administração do cumprimento da pena, implementação da disciplina e a vigilância pela segurança. Contudo, manter a ténue tranquilidade no ambiente prisional, que enfrenta precariedades históricas quanto às condições de trabalho, recursos humanos e físico-estruturais decorrem de uma complexa rede de relações, que extrapolam a “supremacia” do controle estatal. Nessa direção, Barbosa (2005) ponderou que o poder disciplinar nas unidades prisionais, já não é exercido tão somente pelo “olhar hierárquico” de agentes estatais, em que de forma verticalizada e indiscriminada se

---

<sup>74</sup>Nos termos de Coelho (2005).

impunha corretivos aos presos; mas, e, sobretudo, por códigos informais que reagem contraproduzindo as dimensões da vida nas prisões e o próprio poder de punir. A partir destas redes, operadas por acordos tácitos funcionários e presos tencionam e partilham o comando das *cadeias*, ainda que os últimos nas *margens* da legalidade. Se por um lado, o Estado empreende e aplica leis, por outro, os presos também o fazem, aplicando-as por intermédio de seus representantes autorizados, a *voz*, o *maioral*: os *frentes de cadeia*.

Segundo os *staffs*, nas últimas duas décadas, as transformações ocorridas no sistema social das prisões brasileiras e baianas afetaram diretamente as relações entre presos e destes com *staffs*. Antigamente, na Bahia apropriação do espaço prisional no que se refere aos presos era delimitada por um *xerife*<sup>75</sup> a cada cela. Nesta época, uma *gangue*, composta por dez homens comandavam todo o ambiente prisional. Mas, com o aumento da população prisional, e conseqüente, superlotação das prisões, emerge grupos ainda mais amplos, as *facções*. Não obstante, o alcance das *facções* vai além dos limites físicos e simbólicos das muralhas das prisões, é um movimento mais organizado, que se entrelaça aos bairros periféricos e a economia do tráfico de drogas. Por isso, o cuidado no trato com a população prisional seja nas palavras ou nas ações, tornou-se medida indispensável, pois *ela está hoje em muitas situações em conexão direta com o crime extramuros* [Valdir, Staff PLB, 14/12/16]. Essa percepção rizomática do crime e do empoderamento dos presos, em que um ponto se interliga a outros, sem precisão de unidades fixas, mas de “direções movediças” (DELEUZE; GUATTARRI, 1995) para além e em conexão com as prisões impõe aos representantes estatais o imperativo de se estabelecer relações menos hierárquicas, fundamentadas na autoridade, e não no autoritarismo de outrora. Desse modo, a “clientela” passa a ter “o controle subterrâneo do sistema”<sup>76</sup>, tornando impossível a proibição da conformação de funções entre os presos sejam elas consideradas dicotomicamente *positivas* ou *negativas* ao sistema.

---

<sup>75</sup>*Xerife* é a denominação mais antiga de liderança entre os presos.

<sup>76</sup>Conforme Castro (1991, p. 63).

Comumente, as funções entre os presos são por eles criadas, sendo, em grande medida, o tempo de permanência no posto rotativo, a depender de alguma falta cometida, em que desrespeite a ética do *mundo do crime*, *tomar bonde*<sup>77</sup> ou ter alcançado o tão desejado alvará de soltura. Em algumas unidades prisionais, por sua vez, a escolha dos atores capacitados a ocupar certas funções, como *faxina*, que se constitui em presos responsáveis pela ‘limpeza do pátio’ e pela realização de favores-intercâmbio a outros presos; e os *carteiros* caracterizados como presos confiados a direcionar as petições e reivindicações da população prisional aos *staffs* perpassam pela indicação do *frente* e também pelo crivo de membros da segurança, que segundo critérios específicos determinará se o aspirante poderá ou não tomar posse. Por outro lado, torna-se *frente* requer a aceitação da população, o reconhecimento do *mundo do crime* na sociedade extramuros<sup>78</sup>, bem como, o empreendimento de uma economia simbólica, discursiva, financeira e de força, que em algumas ocasiões envolve desrespeito, agressões, suborno e extorsões. Como descreve um funcionário, “às vezes o cara não é nem envolvido em facção, ai eles [as lideranças] querem que se envolva, ai tem facada, tacada etc.” [Otaviano, Staff PLB, 12/12/16]. Quando utilizado dos três últimos artifícios, do ponto de vista estatal, configura-se enquanto lideranças *negativas*, aquela que emerge usualmente “confrontando as normas e a disciplina da unidade prisional” [Valdir, Staff PLB, 14/12/16], e para estes, restam à retirada do *convívio* por intermédio do recurso de transferência de unidade, *tomar bonde*, com destino à outra comarca como Unidade Especial Disciplinar ou Presídio de Serrinha, que compõe o regime de *cela forte* do Estado, o Regime Disciplinar Diferenciado. Entretanto, do ponto de vista prático tal medida mostra-se meramente paliativa, porquanto ao sair do posto um *frente*, outro assume a função. Esboço desse movimento reflete a fala de Otaviano, ao argumentar que há *mais ou menos dois anos agente tirou o xerife*

---

<sup>77</sup>É o mesmo que ser transferido de unidade prisional.

<sup>78</sup>Como por exemplo, ter cometidos crimes de assalto a bancos, ou ser liderança do tráfico de drogas, como eram Ravengar e Claudio Campanha, que comandavam com notoriedade o comércio do tráfico, firmeza que lhes conferiram perigo e respeito por parte do crime intra e extramuros.

*daqui, mas outro assumiu* [Staff PLB, 12/12/16]. Desta forma, embora haja por parte do Estado a tentativa de dissipar pessoas e seus feitos, com elas circulam e expandem suas ideias (BIONDI, 2017).

Do contrário, constituem-se as lideranças *positivas*, que por serem adjetivadas como tal, para alguns interlocutores estatais não se constitui lideranças, mas *colaboradores*, que por ter maior mobilidade nas cadeias e aproximação com funcionários podem também servir de instrumentos a outros presos, como deslindou Ramalho (2008). Assim, de todo modo, *lá dentro quem manda é eles* [José, Staff PLB, 28/11/16]. Mandam tanto que, quando do processo de admissão de preso às unidades, efetua-se a triagem institucional, mas também a “contra triagem” realizada pelo *frente*, em que o novato é colocado no pátio, por vezes na *cela de observação*<sup>79</sup>, e conduzido a uma cela específica para conversar com o *maioral* sobre as normas vigentes, se o *frente* permitir sua acomodação naquele espaço o preso permanece, caso tenha alguma rixa na rua ou pertença a grupo de presos contrários – pois nas unidades prisionais os presos são separados, sobretudo, pela pertença a grupos – o preso-novato é interdito e obrigado a *passar o portão*<sup>80</sup>. Nessas circunstâncias o *staff* direciona-o ao isolamento, pois caso o deixe no ambiente comandado pelo *frente*, este pode vir a ser brutalmente agredido ou morto.

De igual modo, acontece com os presos que cometem alguma falta como, por exemplo, roubar na prisão, aos *ratos de cela* é impelido *passar o portão* ou *adiantar o seu lado*<sup>81</sup>. E para aqueles que se sentem *acuados* por dívidas e tentam invadir o portão de saída dos módulos/pavilhões na *tora*<sup>82</sup>, há os *seguranças do portão*, que são presos responsáveis por controlar quem entra e quem sai dos módulos. Assim, é preciso obedecer às leis não

---

<sup>79</sup>Exceto o Presídio de Salvador, pois não possui este tipo de cela. Quando da admissão de um novo preso é conversado com a coordenação de segurança, que analisa o perfil e o introduz no pátio, em que passará pelo mesmo processo de “contra triagem” do *frente*.

<sup>80</sup>Sair do convívio da população prisional daquele módulo em que a falta foi cometida.

<sup>81</sup>*Adiantar seu lado*, quer dizer segue sua caminhada, mas fora do antigo convívio.

<sup>82</sup>*Tora* é o mesmo que a força.

escritas no papel, a fim de evitar a eclosão de conflitos, pois não há como o Estado interferir na dinâmica dos pátios. *É como se fosse um governo dentro do crime. Um governo paralelo* [Paulo, Staff CP, 2/03/17]. Aqui, evidenciam-se os fluxos relacionais entre agentes estatais e *frentes*, em que os *tribunais do crime* deliberam e comandam os circuitos das prisões. Nesse sentido, os dispositivos de controle são operados pelos presos, pois:

É muito mais fácil para um diretor negociar com uma liderança do que dar ordem a toda a massa carcerária. A legitimidade de uma liderança entre os internos é muito maior do que a legitimidade de um diretor. Não é interessante ter a facção atuando como facção, mas é interessante ter uma liderança que facilite a gestão do presídio. Tanto para os grupos quanto para o gestor<sup>83</sup>.

Essa relação de legitimidade às avessas, pode ser observada na atual posição ocupada por agentes penitenciários nas prisões, em que antes da efervescência da dinâmica de funções e grupos entre presos, seus postos de trabalho situavam-se também dentro do pátio, junto aos presos, mas devido à mudança de *mentalidade* e a capacidade de *articulação* dos presos, atualmente prestam serviço somente na área externa ao pátio, tendo contato direto com o preso somente no momento do *confere*<sup>84</sup>. A isso, atribui-se também o processo de regressão do número de funcionários nas prisões. Ao recordar o trabalho no pátio, Afrânio [Staff PS, 21/02/17] argumenta que, era possível controlar o comportamento dos presos, sobretudo, reprimir o transporte de objetos ilícitos como armas e drogas. Agora, a realização de tal procedimento tornou-se impraticável, pois estão fora do pátio, e dentro, os presos se organizam. Semelhantemente, se um preso-comum se aproximar do portão de acesso aos funcionários, desejando com algum deles conversar, este é imediatamente impedido pelo *carteiro* ou *frente*, pois somente tais atores são autorizados a fazerem mediações e negociações com funcionários das prisões. Ainda assim, se por algum motivo, os ‘rebelados’

---

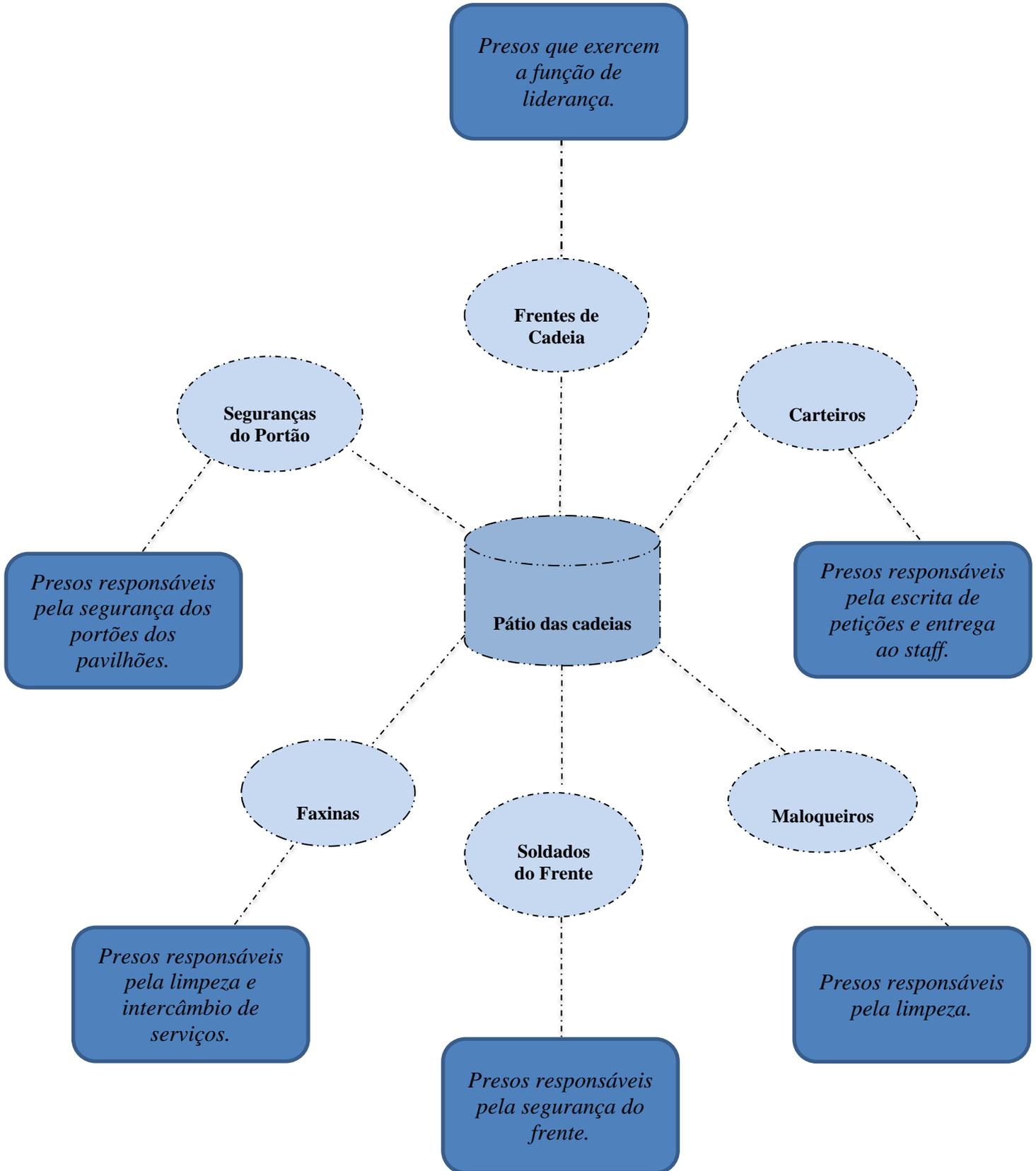
<sup>83</sup> LOURENÇO, Luiz Cláudio. **Gestão do PT na BA ‘priorizou captura e morte de líderes do tráfico’**. Entrevistador: SILVA, Rodrigo Daniel. Bahia.ba, Salvador, 18 de jan. 2017. Disponível em: <<http://bahia.ba/politica/gestao-do-pt-na-ba-priorizou-captura-e-morte-de-lideres-do-traffic/>> Acesso em: 27 jan. 2017

<sup>84</sup>A contagem dos presos realizada pelos agentes penitenciários antes de fechar as celas.

se colocarem acima das hierarquias estabelecidas, esta trama, também dispõe dos *soldados do frente*, que são acionados quando a ordem do *maioral* encontra-se ameaçada. Para tal desígnio, fazem a guarda-proteção do *frente* portando facas. Afinal, estão em guerra, e são eles os *guerreiros* constituídos para agir. E como a essas funções são reservadas o poder de vida e de morte, a elas assim como aos *carteiros* e *faxinas* são destinadas celas específicas.

Não obstante, a vida nas prisões guardam suas agruras, sobretudo, para os que não possuem visita, voz e condições econômicas para manter-se nos sistemas, como é o caso dos *maloqueiros*, que de acordo com relatos, são os presos responsáveis pela ‘faxina de fato’, em que trabalham para os que possuem poder econômico e simbólico. Assim, este ator, encontra-se nas regiões periféricas das cadeias, sendo considerado o *couro de rato*, o *fariseu*. Para Afrânio [Staff PS, 21/02/17] as condições de suplício destes atores ultrapassam o sofrimento físico, sendo afetados, sobretudo, na dimensão emocional e subjetiva, visto que não possuem visita e quando no dia sagrado são obrigados a acomodarem-se ao lado de fora das celas próximo ao banheiro até o término da visitação. Caso saiam do *canto*, são repreendidos pelo *frente*, pois juntamente com a demarcação espacial, está a lei de que a visita na cadeia é sagrada. E considerando que são as visitas que acalmam os presos, como (sobre)viver neste ambiente sem o apoio delas, ponderando que a atuação do Estado na distribuição de utensílios básicos não é medida comum, pois se fosse, não existiriam *maloqueiros* no sistema. De todo modo, embora haja as idiosincrasias há o reconhecimento de que *as funções entre os presos realmente facilitou* a administração das cadeias; tornando-as *mais em paz*. Mas, entende-se também que a produção deste efeito, requer constante negociação entre presos e direções.

Figura 3 – Circuitos dos presos com o (no) Estado. Fonte: Elaboração própria



Destarte, após o processo apaziguador entre os presos e destes com funcionários, são raras as rebeliões e homicídios nas *cadeias* baianas, porquanto nada acontece sem a permissão do *frente* como, por exemplo, se este *disser que não é para ter briga e fuga, não é não*. Pois sabem que aos que permanecerem irá *sofrer as consequências* [Armando, Staff PS, 13/01/17]. Nas palavras de outro interlocutor, *o crime se organizou tanto que o preso não comete falta diante da gente, porque lá dentro mesmo o preso [frente] puni ele. Porque as facções elas não quer problema com agente; elas quer tocar a cadeia [...] E pra gente não invadir a cadeia eles não criam problema* [José, Staff PLB, 28/11/16]. De igual modo, faz uma analogia com a dinâmica do crime nos bairros: *É que nem no bairro, o que o cara [traficante] não quer é que assalte no bairro, fique roubando, roubando bolsa para que a polícia não trave. A partir do momento que a polícia começa a fazer blitz constantemente o tráfico para de funcionar*. No caso da prisão, o procedimento realizado para *atrasar* os negócios é o *baculejo*, que se constitui na revista dos presos e das celas. Se os representantes do Estado invadir a cadeia, certamente trará prejuízos inumeráveis às dinâmicas dos comércios “proibidos”, especialmente o de drogas. Pois, *eles tem o bônus dele lá dentro, os lucros do que porventura venham adquirir* [Armando, Staff PS, 13/01/17]. Logo, para não haver retaliações e embate com os *staffs* há como evidenciou Hirata (2010, p. 88-89):

[...] uma gestão articulada e diferencial do permitido e do interdito. Os agentes do controle não surgem como os atores que aplicariam o interdito de certas práticas, mas negociariam com os supostos transgressores as formas de suspensão da interdição, criando passagens e oportunidades a partir de sua posição conferida pelo mundo oficial.

Isso significa dizer que, entrelaçado e intrínseco ao movimento de *tocar a cadeia* está uma gestão articulada através da negociação de espaços e dinâmicas, em que aos presos, são ofertadas passagens em troca da organização e tranquilidade nos sistemas. Nesse sentido, são agenciadas as condições para que os *frentes* e seus grupos tenham legitimidade no comando das prisões, ação que em grande medida “desonera” os gestores “formais” de “diversas

demandas” (LOURENÇO; ALMEIDA, 2011). Ao contrário, quando os presos se mostram ainda mais empoderados, ratificando a perda do controle estatal, outra tática utilizada é fazê-los sentir *acuado*, *encurralado*, pois quanto maior o *tempo de cadeia* mais ousadia agregam em pensar que a prisão é o território deles. Por isso, é orientado aos visitantes não realizarem todos os desejos dos presos, de modo a trazer tudo que eles solicitarem [Armando, Staff PS, 13/01/17], pois as famílias são as bases de sustento e produtora de artefatos entre o mundo prisional e o mundo exterior. Essa relação pode ser visualizada na construção de redes, em que prevalecem atores humanos e não humanos (LATOUR, 2001), como aparelhos celulares, drogas e dinheiro, os quais quando não apreendidos contribuem na continuidade dos fluxos das cadeias. No entanto, a apreensão destes objetos tornou-se situação menos corriqueira, devido a luta empreendida pelos *frentes* e familiares junto aos *staffs*, em que o processo de revista sofre modificações substanciais – passando processualmente da *revista vexatória* à revista realizada por equipamentos eletrônicos. Com isso, as práticas, leis e ordens estatais são reconfiguradas em consonância com a conformação das *margens*, os *frentes* e seus grupos, “dentro do seu corpo<sup>85</sup>”. Estas relações são desdobradas na seção que se segue.

### 3.2 NEGOCIAÇÕES AS AVESSAS

As negociações, comércios e tráficos constitui o movimento das *cadeias* baianas. São facas, drogas, balanças de precisão, celulares, relógios, comidas, bebidas, vestuário etc. Tudo se torna moeda de troca ou venda. Tal economia, por sua vez, tem por abastecedores [direto e indireto] as famílias, quando nos dias de visitas as unidades prisionais, membros de *staffs* como facilitadores na entrada dos objetos (COELHO, 2005) e os arremessadores, *soldados* externos as unidades prisionais responsáveis por arremessar os objetos dentro das unidades. A junção destes atores associada à deteriorada estrutura das unidades prisionais sustenta a

---

<sup>85</sup> Como articularam Das e Poole (2008) e Olinger (2009).

chamada “economia delinquente”. Segundo o Sindicato dos Agentes Penitenciários da Bahia – Sinspeb é comum à prática do *baculejo* nas *cadeias* do Complexo Penitenciário, no entanto, mesmo tratando-se de um procedimento constante as debilidades das ações se esbarram no limitado número de profissionais, de material adequado às revistas, de estrutura física e no medo e insegurança diante de possíveis reivindicações da população prisional.

Ainda de acordo ao Sindicato, alinhado a tais questões, evidencia-se a situação de vulnerabilidade que se encontra as *cadeias* do Complexo que, por não possuírem muros, dão livre acesso aos *soldados* externos transitar pelas matas e aos redores das unidades. Contra tais atores, afirma José, não há como lutar, pois *não tem como pegar esses materiais que são lançados para o pátio* [Staff PLB, 28/11/16], nos *arremessos eles pescam vários objetos* [Antônio, Staff UED, 12/05/17], e mesmo que se realize o *baculejo*, os arremessos são contínuos, pois, o mercado prisional é lucrativo. Como pondera um agente:

O que me chama a atenção nesses baculejos não é a droga, mas a balança de precisão. A droga em si serve para o consumo, quando combina com uma balança, serve para o comércio. Fato grave o Estado não tomar nenhuma medida para conter o comércio de droga dentro das unidades prisionais<sup>86</sup>.

Desse modo, entende-se que, a “negligência planejada visa manter o tráfico de drogas, a comunicação dos presos com o mundo exterior e o armamento para os “frentes” sustentarem a “harmonia” nas unidades prisionais<sup>87</sup>”. Porquanto, do contrário, ocasionaria uma reação em cadeia, conforme deslindou Coelho (2005) ao argumentar que, não se trata de as administrações prisionais desconhecer as dinâmicas internas das unidades, mas de evitar a desordem generalizada que a intensa repressão pode causar. Mesmo porque, o próprio Estado não possibilita utensílios básicos aos presos nas prisões, logo, essas economias servem ainda que de forma por vezes perniciososa, de complementação a vida nas *cadeias*. Por isso, *eles não*

---

<sup>86</sup> SINDICADO DOS AGENTES PENITENCIÁRIOS DA BAHIA. **Enxugando o gelo 202**. Disponível em: <<http://www.sinspeb.org.br/index.php/enxugando/enxugando-gelo-202/>>. Acesso em: 22 mai. 2017.

<sup>87</sup> SINDICADO DOS AGENTES PENITENCIÁRIOS DA BAHIA. **Enxugando o gelo 196**. Disponível em: <<http://www.sinspeb.org.br/index.php/enxugando/enxugando-gelo-196/>>. Acesso em: 22 mai. 2017.

*têm mais aquilo de querer fugir, [porquanto] aqui mesmo ele trafica, ganha dinheiro e faz o escarcel* [Paulo, Staff CP, 24/03/17]. Assim, é

[...] impossível estimar o volume de tóxico que circula nas prisões, o valor das transações operadas pelos principais “empresários” ou determinar com qualquer grau de clareza como ocorrem os contatos com os fornecedores externos. Há, sem dúvidas, uma rede de cumplicidades entre presos e setores da administração prisional que opera à sombra indevassável do silêncio (COELHO, 2005, p. 75).

Nesse sentido, na atualidade *é reduzido* o quantitativo *de visitas* que se arriscam *trazer objetos ilícitos* [Antônio, Staff UED, 12/05/17] as prisões, mas, mesmo diminuta, ainda constitui-se numa prática contínua, como pontua o Sindicato dos Agentes Penitenciários da Bahia<sup>88</sup>, ao relatar sobre uma familiar que tentou adentrar o módulo V da Penitenciária Lemos Brito com grande quantidade de alimentos cozidos, em que no fundo falso das vasilhas havia grande quantidade de celulares. Prosseguindo, em outra ocasião, descreve situação semelhante no Presídio de Salvador<sup>89</sup>, onde outra visitante, aproveitando-se do período festivo do carnaval, quando a *cadeia* comumente torna-se mais agitada, tentou encaminhar junto às compras destinadas ao preso diversos celulares, mas não obteve sucesso, pois foi interdita pelas agentes em exercício. Estes objetos são, sem dúvidas, de suma importância na conexão entre os presos e as dinâmicas externas as unidades prisionais, pois, são eles mais as relações anteriormente descritas que possibilitam “a cadeia girar<sup>90</sup>”, ou seja, o transbordar das dinâmicas. Em síntese, as apreensões a familiares-visitantes *são aparelhos celulares, drogas e dinheiro*, geralmente *colocado nos órgãos genitais* [Armando, Staff PS, 13/01/17].

Ao contrário, no contexto paulista, tais condutas comportamentais não seriam permitidas entre as mulheres de presos pertencentes ao PCC, porquanto devem dirigir-se pelo *proceder*, que se relaciona a condutas morais eticamente corretas. Nesse sentido, o trabalho de

<sup>88</sup> SINDICADO DOS AGENTES PENITENCIÁRIOS DA BAHIA. **Enxugando gelo (13-06-2015)**. Disponível em: <<http://www.sinspeb.org.br/index.php/enxugando/enxugando-gelo-13-06-2015/>> Acesso em: 22 mai. 2017.

<sup>89</sup> SINDICADO DOS AGENTES PENITENCIÁRIOS DA BAHIA. **Enxugando o gelo 203**. Disponível em: <<http://www.sinspeb.org.br/index.php/enxugando/enxugando-gelo-203/>>. Acesso em: 22 mai. 2017.

<sup>90</sup> SINDICADO DOS AGENTES PENITENCIÁRIOS DA BAHIA. **Enxugando o gelo 219**. Disponível em: <<http://www.sinspeb.org.br/index.php/enxugando/enxugando-gelo-219/>>. Acesso em: 22 mai. 2017.

carregamento de ilícitos as prisões fica sob responsabilidade das prestadoras de serviço ao crime, as *pontes* (FERRAZ DE LIMA, 2014). No contexto baiano, por outro lado, não há o estabelecimento de uma política hegemônica entre os grupos de presos, por isso, a depender das situações sociais, tornam-se elas, as mulheres-famílias, o objeto de barganha. Porquanto, em nossas prisões ainda prevalecem às hierarquias nos processos de negociações do crime, em que os mais fracos – presos endividados ou de baixa posição social – tende a ceder espaço e poder aos mais fortes (ALMEIDA, 2011). E por uma série de interdições que algumas *cadeias* impõem, como por exemplo, não poder adentrar para visita com valores superiores a dez reais, torna-se imperativo a economia delinquente encontrar formas de “fazer” dinheiro-lucros, sendo as famílias, o tráfico e o Estado às *pontes* mais seguras ao sustento. Como visto ao longo deste capítulo, as negociações entre comércios, mortes e funções (mesmo implícitas com normas que se efetuam às avessas) são mola propulsora das dinâmicas prisionais no cenário baiano.

## CAPÍTULO 4

---

### AS FAMÍLIAS, AS PRISÕES E OS ARTEFATOS

Dizer que a prisão vem desestruturando indivíduos, famílias e comunidades é afirmar algo de fundamental, mas isso não é tudo. Existem várias outras questões que a “hipótese da desestruturação” não contempla. (GODOI, 2011, p.144).

#### 4.1 ACESSOS E PERCURSOS

Neste capítulo, demonstrar-se-ão as mediações realizadas pelos familiares dos presos no processo de gestão das prisões. A partir do pensamento de Bruno Latour, analisam-se as dinâmicas destes atores enquanto *redes de vínculos*, que possibilitam distribuir as ações intra e extramuros, sendo por intermédio dos *bicos*, das *merendas*, dos *afetos*, dos materiais, dos *ilícitos* e de uma *caminhada de treinamento* no circuito do crime nos bairros ou nas visitas entre *cadeias*, que se *pega a visão* e não *encurrala os corres*; artefatos basilares ao comando entre cadeias.

As famílias são as *redes de vínculos*<sup>91</sup> mais intensas que os presos dispõem nas dinâmicas internas e externas as prisões. Não raro, compete a elas a responsabilidade pelo sustento econômico, afetivo e material dos parentes presos, sendo, em grande medida consideradas sagrada a ordem, fluxo e mediações nos sistemas. Assim, seus trajetos agenciam, mobiliza e produz diferentes artefatos<sup>92</sup> entre o dentro e o fora das muralhas, sejam na forma de angariar recursos para deslocamentos, compra e preparação dos alimentos para os dias de visita, ou nas interlocuções realizadas entre as prisões e os bairros. De todas as formas e direções, os *corres*, representa as atividades basilares destes atores, mesmo enfrentando

---

<sup>91</sup>Segundo Latour (2015, p. 142-143) as redes possibilita “distribuir a ação”, enquanto o vínculo é “o que afeta”, “o que coloca em movimento”.

<sup>92</sup>Mobilizo a noção de artefato desdobrada por Latour (2015), que entende enquanto cadeia de mediadores.

humilhações e constrangimentos nos trânsitos entre os sistemas. Nesse sentido, Godoi (2010) evidenciou que o processo de aprisionamento, embora permeado por agruras, não deve ser entendido unicamente pela via da extensão das penas, estigmas ou quebras de vínculos sociais entre familiares, pois, ao contrário, a prisão também produz a reestruturação de redes, práticas, discursos e afetos entre os que por elas transitam. Assim, depreende-se que, ao contribuírem na manutenção dos parentes presos mantém a ordem interna as prisões, colaborando, por sua vez, no processo de gestão prisional.

Desse modo, segundo as interlocutoras os circuitos se iniciam muitas das vezes semanas antes aos dias de visitas, quando familiares vão à luta na busca pelo dinheiro para compra das *merendas*. Por um lado, contam com o auxílio de outros parentes, circulação de *rifas e bicos*<sup>93</sup> diversos. E de outro, são surpreendidos pelo inesperado dessa empreitada, que não se assenta na estabilidade, pois é comum não conseguirem recursos suficientes à visita da semana e pacientemente terem que realizarem novos *corres*, a fim de garantir a próxima visita e, sobretudo, os utensílios básicos ao “fazer da vida<sup>94</sup>” nas prisões. Cabe ressaltar que não há um padrão de familiares e visitantes. São esposas/companheiras, irmãs (os), mães, pais, primos, amigos etc. Todos envolvidos por algum tipo de vínculo. Comumente, o que os diferencia é a frequência a visita – mães, companheiras e irmãs são as mais assíduas. Ao chegarem ao Complexo Penitenciário ainda muito cedo, na madrugada, aguardam do lado de fora a entrega das *fichas* de entrada e, quando no horário, descem as ladeiras entre matas e estradas abastecidas de sacolas e afetos, seguem as respectivas *cadeias*, onde esperaram a segunda ordem para adentrarem, conforme o número de *ficha* recebido. Embora este processo seja realizado à base da *matraca*<sup>95</sup>, a obstinação das instituições se efetua mais intensamente na realização da vistoria dos alimentos, em que remexem, desfazem e fazem “retornar a

---

<sup>93</sup> Significa trabalhos informais.

<sup>94</sup> A expressão denota o processo pelo qual a vida vai sendo desenvolvida na e através da prisão (ANTUNES, 2016).

<sup>95</sup> Significa pirraça.

*merenda*”, argumentando que *tem muito para eles*. Sem levar em consideração os esforços das famílias e o fato de que o dinheiro não está *saindo do bolso deles* [Rosa, Mãe, 09/03/17], pois *é a família que leva tudo para o preso, sabonete, shampoo, sabão em pó, lençol...* [Milena, Companheira, 13/01/17].

Em meio a tantas dissincronias, a revista corporal tornou-se no mínimo menos agressiva com a adoção do *banco*<sup>96</sup>, equipamento eletrônico que ausenta a necessidade de submeter-se ao processo de completa nudez de outrora, em que tinham de levantar e abaixar diversas vezes e, ocasionalmente, terem seus corpos e partes íntimas violados pela luz de lanternas. Mas, como articula Joana, se o *“banco apitou vai para casa”* [Companheira, 03/03/17], pois alguma coisa tem. Como exemplo, citam o acontecido com uma familiar, que levava uma faca no *pó*<sup>97</sup>, pois projetava esfaquear o marido preso. Ao apitar o *banco*, correu para as matas do Complexo e escondeu a arma. Apesar desta situação, é comum a entrada de materiais ilícitos nas *cadeias*, mesmo com os atuais mecanismos de controle; os fluxos ainda são contínuos, pois, coincide dos aparelhos de monitoramento estar quebrados, de membros de *staffs* fazerem vista grossa aos objetos, ou ainda, da unidade prisional estar disposta em território favorável ao acesso às ruas, uma vez que o Complexo Penitenciário não é murado, facilitando o arremesso de objetos aos pátios das unidades. Parte desses trânsitos é também deslindado por Jéssica ao relatar as brechas dadas por uma antiga agente do sistema, que no momento da revista *deixava passar tudo, fingia que não via [...] drogas e objetos ilícitos*. Em contrapartida, suas ações também eram observadas pelos familiares que *aproveitavam da bichinha* [Irmã, 03/03/17].

Embora esta funcionária seja considerada um caso a parte, pois, nem sempre há as *boazinhas*, suas ações demonstram como a “gestão das relações cotidianas [nas prisões]

---

<sup>96</sup> Equipamento eletrônico, em que os familiares sentam para detectar objetos ilícitos.

<sup>97</sup> Nesse caso, é o mesmo que vagina.

tangencia outras tantas práticas ilícitas<sup>98</sup>”, associando e dissociando diversos atores a esta rede. O processo dissociativo, por sua vez, é comumente referenciado pelos familiares aos funcionários associados à figura do desrespeito que por se acharem *superior*, do ponto de vista moral aos presos e suas famílias, humilham e constrange. Resumidamente, *eles tratam a gente como se fosse eles ai dentro* [Fábio, Irmão, 09/03/17]. *Lotes de vagabundas saiam da frente*, disse um servidor do sistema ao manobrar o carro entre as visitantes [Jéssica, Irmã, 03/03/17]. Desse modo, suas ações tendem a *botar para encurralar*. Como foi o procedimento realizado em uma das unidades prisionais um dia após o dia de visita, em que agentes prisionais invadiram a *cadeia* e destruíram todos os pertences dos presos, sobretudo, a alimentação levada pelas famílias. Por essa, e por outras *tem dia que é muito humilhante [...] uns muito ignorante. Tem muita coisa errada ai dentro* [Maria, Mãe, 09/03/17]. Assim, os processos de criminalização efetuados aos presos são extensivos às suas famílias, em que deixam de pertencer à categoria de “trabalhadores” e passam a serem identificados como “bandidos” e, por nessa margem permanecer “limita o “direito a ter direitos”” (FELTRAN, 2008, p. 2), logo, do ponto de vista dos operadores estatais, o respeito não lhes é merecido.

Por isso, os presos orientam aos familiares *ver, ouvir e fingir que não viu nada*. Pois, embora haja os *manguaguão*<sup>99</sup>, estes interferem somente quando *algo acontece então o errado toma o cacete* [Maria, Mãe, 09/03/17], ainda mais em tempos de grupos de presos organizados, como aponta Milena, que visita o companheiro preso por tráfico: *ele é Caveira, dependendo da cadeia a convivência é fácil quando é do mesmo grupo* [Companheira, 13/01/17]. Mas, por outro lado, considerando como já salientado, que os *frentes* não querem problemas com os *staffs* para poder *tocar a cadeia* em paz, poucos vão confrontá-los a depender das circunstâncias. Assim, subliminarmente, na visão das interlocutoras embora existam lideranças entre os presos estas são, em alguma medida, fonte de opressão. Por isso,

---

<sup>98</sup> Telles e Hirata (2007, p. 183, acréscimo meu).

<sup>99</sup> Nesse sentido, refere-se aos *frentes*.

*tem gente que entra de um jeito e sai pior. Pelo fato de misturar todo o tipo de gente. Tem preso aí com mais de vinte crimes nas costas* [Maria, Mãe, 09/03/17], no mesmo espaço em que estão presos primários. E dessas relações desdobra-se, especialmente, o treinamento dos novatos aos circuitos do *crime*, que apesar de “doloroso, prepara para os rigores da vida nos presídios e penitenciárias” (COELHO, 2005, p. 85).

Por outro lado, o ato de ser treinado ou se deixar *treinar* não se delimita a estratégia de preservação dos presos, sendo extensivo às suas sociabilidades familiares, pois não se sabe quem pode estar *conspirando*<sup>100</sup> contra sua *caminhada*. Assim, processualmente, ao longo das idas e vindas às *cadeias*, ou entre os circuitos do crime nos bairros, *pegam a visão*, de como proceder às situações adversas. Como ocorre com Jéssica, que por ser irmã de traficante é perseguida pela polícia e pelos olhares examinadores no bairro onde mora. Segundo a interlocutora, apesar de ser uma situação de sofrimento à família, sobretudo, à sua mãe, o tempo em que seu irmão está preso constitui-se em uma “rota de fuga<sup>101</sup>” para a família, pois agora se encontra guardado. Tal assertiva deve-se ao fato do traficante estar *muito visado* no bairro, por ter prosperado e adquirido muitos bens materiais. No entanto, apesar de não estar fisicamente presente nos negócios do bairro, conta com as mobilizações da irmã e da esposa como canais de comunicação das dinâmicas lá ocorridas. Naquele dia, Jéssica tinha ido ao Complexo visitar o irmão preso, bem como, contar os fluxos do bairro, mas deparou-se com o entrave de haver um policial *conspirando* próximo ao local do diálogo. No entanto, apesar dos riscos, seu *corre* seria recompensado, pois exigira seu rendimento na conta bancária. Certa de sua colaboração deixou a responsabilidade a serviço da cunhada, para no período da *visita íntima* estabelecer a interlocução com o preso [Irmã, 03/03/17]. Aqui, o momento particular

---

<sup>100</sup>É o mesmo que estar tramando uma situação contrária.

<sup>101</sup> Termo utilizado por Padovani (2015).

de intimidade entre o casal configura-se em importante artefato a tessitura das conexões entre bairro e prisão, demonstrando, assim “a erosão de suas fronteiras<sup>102</sup>”.

Mas, as inserções dos bairros nas prisões se fazem também pela rede de vizinhos que esta vem alcançando, como prosseguindo formulou Jéssica, ao argumentar que dois de seus vizinhos do bairro haviam sido apreendidos por terem cometido latrocínio. Preocupara-se com o tipo de crime cometido e o *tempo de cadeia* que possivelmente teriam que *tirar*, mas não com o fato/estigma de terem sido presos, pois a “prisão banalizou-se no bairro<sup>103</sup>”. Nessa esteira, Cunha articula (2003, p. 9) que “é assim que a vida interna deixa de ser configurada pela fronteira prisional e é neste sentido que se poderá falar de uma erosão dessa fronteira”. Passa-se na seção seguinte a serem explorados aspectos da erosão das fronteiras na sociedade intramuros.

#### 4.2 AFETOS E PRAZERES

Ainda assim, empreende-se que, o atravessar de fronteiras está para além da comunicação *tête-à-tête*, visto que artefatos eletrônicos como celulares, possibilitam estar em diversos contextos estando ali, nas prisões. Sobre essas mediações Joana argumenta que, tais conexões podem adquirir diferentes arranjos no ambiente prisional, sobretudo, o afetivo. Esta interlocutora visita um *ladrão*, que estava custodiado no presídio de Valença, mas *tomou bonde* para uma unidade do Complexo. Assim, ao longo de mais de cinco, semanalmente Joana, desloca-se a capital para realização das visitas. Este *ladrão*, por sua vez, embora esteja preso, e com ela tenha um compromisso firmado, estava em conexão com outras mulheres fora do ambiente prisional, pois tinha celular. Indignada com o fato de o companheiro estar dialogando com outras através de redes sociais, quebrou o aparelho e apoderou-se do chip, como forma de controlar as possíveis ligações do gênero feminino que viesse a receber.

---

<sup>102</sup>Cunha (2003).

<sup>103</sup>Cunha (2003, p. 6).

Segundo Joana, *não deu tempo do ladrão apagar todas as mensagens*. E como havia brigado publicamente com o preso na *cadeia*, este foi conduzido por agentes penitenciário para o *castigo*. Mas, insistia pela continuidade do afeto, – *por favor, não me abandone aqui. Não me deixe* – afinal, ainda tinha muita *cadeia* a *tirar*, tendo somente a companheira por ele [Companheira, 03/03/17].

Nas *cadeias* do Complexo Penitenciário, os dias de visitas são comumente aguardados com muita ansiedade, seja pelos presos ou por suas famílias. Nesse particular, a visita íntima além de símbolo de conexões materiais é também momento de afetos e prazeres. Os espaços e regras, por sua vez, dependem da *cadeia*, em que o preso esteja custodiado, pois cada ambiente reserva suas singularidades estruturais<sup>104</sup>. Por vezes, ocorrem em salas específicas, como o é na Cadeia Pública, e na maioria das vezes ocorrem nas celas de convívio da população prisional, com o compartilhamento do espaço pelos demais presos, separando ambientes unicamente por lençóis, como acontece nas demais cadeias do Complexo. Com isso, a insatisfação de mulheres como Joana, reside na rede de prostituição virtual acionada de dentro das *cadeias* baianas para programas presenciais, em que as profissionais do sexo se deslocam até a unidade prisional e cadastra-se como visitante do preso<sup>105</sup>, sem muitos empecilhos.

Na ocasião, outra interlocutora – Jéssica – consternada com a situação, aconselhava Joana a *não parar a caminhada* por essa circunstancia. No entanto, para Joana, situações como essas acabam por *encurralar*, os esforços empreendidos na *caminhada*. Afinal, são elas, as companheiras, que estabelecem os *corres* por eles, sem contar, muitas vezes com a vulnerabilidade e perigo que passam ao frequentar as *cadeias* e as imediações do Complexo Penitenciário. Porquanto, devido às visitas serem em dias distintos, e segmentada por prédios,

---

<sup>104</sup> Conforme a Comissão Especial de Sistema Prisional e Segurança Pública da OAB-BA (2016).

<sup>105</sup> DALTRO, Euzeni. Prostituição em penitenciária baiana tem até catálogo virtual. **O Globo**, 15/09/2014. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/prostituicao-em-penitenciaria-baiana-tem-ate-catalogo-virtual-13937312#ixzz4jFN8nRAR>>. Acesso em: 06 mai. 2017.

como ocorre atualmente no Presídio de Salvador, em que nas quartas e sábados acontecem visitas no prédio Anexo (o *Buracão*), que é BDM e quintas e domingos no prédio principal, o qual é CP; há o risco de oponentes aos grupos de seus companheiros tentarem contra suas vidas. Por isso, demarcou outra visitante, em entrevista ao Jornal *A Tarde* que, pernoitar nas imediações do Complexo é ameaça constante, pois, por vezes homens armados passam atirando em suas direções, e exclamando que a área local pertence ao grupo Caveira<sup>106</sup>. Assim, de certo modo, as rivalidades entre os grupos organizados são extensivas às famílias dos presos, pois os grupos na capital baiana são divididos por territorialidades. Todavia, embora o companheiro de Joana não pertença a grupos de presos e a interlocutora não necessite dormir em frente ao Complexo Penitenciário, por hospedar-se em uma pousada no bairro local, não se exime de ter que chegar cedo a *cadeia* e aguardar na fila de entrada o acesso a unidade, afinal, o portão de entrada é acesso para todas e estar ali, não pertencendo aquela localidade já se constitui em risco eminente.

Em alternativa, os *corre*, os afetos e artefatos podem ser produzidos em circuito com o crime, sem, no entanto, deixar-se envolver por ele, todavia é preciso “correr pelo certo”, não delatando e “segurando o B.O.” (MALVASI, 2012, p. 130). Nesse caso, é mobilizada a noção de preservação familiar aos riscos da vida no crime, como ilustrou Jéssica, ao relatar seus duelos para salvar o *ladroão* da prisão. De acordo com a interlocutora, seu companheiro havia feito o roubo de uma lotérica, e como esperado, a polícia passou a persegui-lo, em que a abordaram-na em sua casa. Jéssica, por sua vez, solicitou o mandato de prisão, examinou o documento e percebeu que nele estava escrito o endereço da mãe do *ladroão*. Logo, argumentou que a residência de referencia não era aquela e que já não se relacionava com o acusado, assim, mandou a polícia ir à casa de sua “ex-sogra” se quisesse encontra-lo. Após a polícia sair das proximidades do local, organizou alguns pertences e fugiu para outra cidade

---

<sup>106</sup> DALTRO, Euzeni. Mulheres passam 15 horas ao relento para visitar internos. **Jornal A Tarde**, 10/09/2014. Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/mulheres-passam-15-horas-ao-relento-para-visitar-presos-1621459>> Acesso em: 28 mai. 2017.

com o *ladrão*. Porquanto, *ia entregar meu homem? Sou treinada. Minha família toda* [Irmã, 03/03/17]. Nessa direção, a vida familiar também vai se refazendo, segundo modos de existência discricionários, mas, em circuitos com o crime. Como ponderou Deleuze (1992, p. 116):

Trata-se de [...] modos de existência, segundo regras facultativas, capazes de resistir ao poder bem como se furtar ao saber, mesmo se o saber tenta penetrá-los e o poder tenta apropriar-se deles. Mas os modos de existência ou possibilidades de vida não cessam de se recriar, e surgem novos.

Mas, as regras alternativas também são operadas por agentes de controle do Estado, em que, ao contrário, utilizam o poder e saber para coagir e violentar aqueles que costumam criminalizar, as famílias dos presos. Observemos, a título de exemplo, a situação ocorrida com Eulália [Mãe, 03/03/17], mãe de um preso usuário de crack. Sua experiência fatídica demonstra quão entrelaçada está o *modus operandi* do crime a forma-existência de incriminação estatal. De acordo com a interlocutora, a prisão do filho foi resultado de uma abordagem policial corrupta, porquanto, quando na ocasião estava com a esposa e portava apenas duas pedras de crack para consumo próprio, pois é usuário e não traficante. Tanto é que, já foi internado em diferentes clínicas de reabilitação sem êxito aparente.

No entanto, falaciosamente, no momento da apreensão, o policial alegou ter encontrado na bolsa do jovem droga além da quantidade permitida para consumo, oportunidade, em que solicitaram da genitora mil reais para soltura do preso, pois conhecia o agente estatal, mas como o filho já havia sido encaminhado a Central de Flagrantes as negociações não obtiveram êxito, sendo o jovem *encurralado*. Esta situação, por sua vez, para além de uma cena, revela a perspectiva punitivista em fluxo, que estabelece o intercâmbio das ruas às prisões. Assim, mais adiante do argumento de uma tendência mundial de punição e controle, no cenário brasileiro e local, como ponderou Salla (2003), associa-se tais ações a insubmissão dos setores policiais e prisionais a perspectiva de direitos e democracia. E

tratando-se de jovens negros e pobres tal cultura inclina-se a ser ainda mais bélica. Por isso, da emergência de grupos de presos, mercados as avessas e superlotação nas prisões.

A vista disto, as dinâmicas é efetuada de forma transversal, em que os *corres* das famílias ou as operações do Estado se encontram em circuito ou confronto com o crime, relacionando-se mutuamente. Como assinalou Telles (2010) trata-se de uma rede de ilegalismos pautada não pela falta do Estado, mas por mobilizações circunstanciais de suas leis, que busca não mais a repressão das práticas, porém “distingui-las”, “distribui-las” e “utilizá-las” (FOUCAULT, 1987, p. 299). Nessa direção, nesta seção buscou-se demonstrar que em conjunto, famílias, Estado e presos reagem produzindo a gestão das prisões através de mecanismos e lógicas diferenciadas, mas entrelaçadas entre si.

## CAPÍTULO 5

---

### GESTÃO DA ORDEM: OS *FRENTES DE CADEIA*

[...] as lideranças têm evidente interesse em que a ordem nas prisões não sofra abalos consideráveis: a desestabilização que podem eventualmente provocar e a reação da autoridade, normalmente violenta, constituem reais ameaças à sua posição privilegiada (COELHO, 2005, p.131).

#### 5.1 TRAJETOS E CARACTERÍSTICAS

Neste capítulo, será apresentado o *modus operandi* dos *frentes* nas *cadeias* baianas. Aqui, se poderá ver que, embora as funções entre os presos resguardem privilégios, há também seus infortúnios. Todavia, tornou-se consenso no ambiente prisional que tais funções amenizaram o número de homicídios e cobranças descabidas outrora realizadas entre os presos e destes aos *staffs*. Agora, um normativo geral – *Respeito Total* – consubstancia as regras de convivência nas *cadeias*, desde que não ultrapassado os limites do *certo* a gestão da ordem.

Nas *cadeias* baianas a função de *frente* é a que possui maior prestígio entre a população prisional. Não atoa para exercê-la são necessários requisitos indispensáveis à trajetória do preso, tal como o *tempo de cadeia*, capacidade de saber orientar e dialogar, ter comedido crimes de impacto social, respeitar e ser respeitado pelo *mundo do crime*, manter a *disciplina* e conseqüentemente o *regime de paz*. No entanto, há exceções à regra, pois, manter a ordem não significa ser inoperante quanto às faltas alheias, mas puni-las a rigor. Afinal, os *frentes* estão em prol dos presos e devem a estes passar o *proceder* [Fernando, *Frente UED*, 12/05/17]. Assim sendo, a função também resguarda seus infortúnios, pois atitudes contrárias

ao que é considerado certo podem desencadear rivalidades e descontrole entre os presos. E a gestão, tão-somente será legitimada, seja pela população ou *staff* prisional, se o *frente* a ordem gerir. A forma pela qual esta gestão é realizada depende do grupo de preso a qual o *frente* é pertencente, quando é pertencente. Nas *cadeias* da capital baiana, são três os grupos de maior proeminência entre os presos – Comando da Paz (CP), Caveira (CV) e Bonde do Maluco (BDM).

Os trajetos desses grupos e de suas *frentes* têm início no sistema prisional baiano a partir da década de 1990, quando presos oriundos de diferentes localizações do Estado, imbuído de experiências prisionais diversas, unem-se em *cadeias* da capital e passam a reivindicar condições dignas de sobrevivência, assim nasce o Comando da Paz, inicialmente liderado pelo preso Mário Carlos Jezler. Contudo, com a transferência deste ator a unidade prisional federal, outro preso denominado de Éberson Santos, o Pitty<sup>107</sup>, passa a exercer a função. No entanto, o *proceder* desta liderança era contrário à cultura de paz, outrora apregoada pelo grupo. Logo, não demorou a incidência de dissensões entre participantes deste grupo, o que motivou a formação de outro grupo de presos chamado Caveira, em que o *frente* da vez foi o preso Genilson Lino, o Perna. Após a consolidação destes dois grupos no cenário baiano, surgiram outros, em oposição ou ligação aos primeiros, como foi o Bonde do Maluco, que teria emergido como ramificação do grupo Caveira, diferindo, todavia, em características e concepções políticas, pois articula suas ações à cultura do terror (LOURENÇO; ALMEIDA, 2013; VASKU, 2015; DOMINGOS, 2016), comumente, os *frentes* e membros pertencentes a este grupo são considerados os mais violentos.

Mas, o *modus operandi* por vezes violento, não se relaciona unicamente a gestão de pessoas, mas, sobretudo, as disputas e possibilidades de expansão dos comércios de drogas pertencentes aos grupos na Bahia; por isso, se validar do uso da força é condição basilar ao

---

<sup>107</sup> Este ator foi morto em confronto com a polícia no ano de 2007.

controle interno e externo das dinâmicas prisionais, afinal, o crime ainda *é uma máquina de fazer dinheiro* [Bruno, *Frente* UED, 12/05/17], e o tráfico, como ponderou Barbosa (2005, p.250) “o fluxo que orienta os demais”. Em outros termos, a fala deste interlocutor remete ao entendimento de que a gestão da sociabilidade prisional, na atualidade, detém-se na gestão de seus fluxos, quais sejam: “produtividades”, “tráficos” e “sistemas de benefícios<sup>108</sup>” inexistindo a concepção de reintegração dos presos a sociedade. E de outro lado, tem-se por questão que, grande parte da população prisional *não pensa em reintegrar* [João, Preso PLB, 14/12/16]. Nessa direção, a cultura do controle de fluxos, encontra nos *frentes* a disposição hierárquica e hegemônica a condução da ordem às avessas, como identificou Almeida e Paes-Machado (2008) ao deslindar que o papel da liderança de presos constitui-se por vezes obscuro, quando, ao tempo que promovem a união e assistência aos presos exercem sofrimento físico e psicológico. Assim, denota-se que, os presos passam a obedecer tais atores por algumas necessidades, sobretudo, a de sobreviver à experiência prisional. Haja vista que, interessa aos *staffs* a ordem interna, independente de como esta ordem prisional seja produzida. Em contrapartida, pontua João, os *frentes* têm suas *regalias, como faxina, assistência médica é mais fácil de você ser atendido, tem os piões, o apoio* [Preso PLB, 14/12/16]. Desta forma, uma rede de atores, bens e serviços se estruturam por intermédio das conexões com o Estado, tornando os *frentes de cadeia, os miseravão* [Pedro, *Faxina* PS, 03/03/17].

Dentre os interlocutores entrevistados, aqueles que ocupam ou já ocuparam a função de *frente*, possuem idades entre 26 a 61 anos de idade, comumente são, reincidentes penitenciários, com passagem pelas principais unidades prisionais do Estado, a saber: Penitenciária Lemos Brito, Presídio de Salvador, Unidade Especial Disciplinar e Presídio de Serrinha. Dentre os crimes cometidos, os de maiores destaque são assaltos a bancos,

---

<sup>108</sup> Conforme Passetti (2006).

homicídios e tráfico de drogas, com penas que variam de trinta e dois a cem anos de prisão. Um deles, por outro lado, está na condição de provisório, aguardando sentença judicial. Os entrevistados que exercem funções de *faxinas*, por sua vez, possuem idades entre 42 a 52 anos, são primários, não tendo transitado por outras unidades prisionais do Estado, com exceção a que estava preso. No que diz respeito aos crimes cometidos, foram elencados homicídios, tentativa de homicídio e estupro, em que também se encontram na condição de presos provisórios, aguardando sentença judicial. Ainda assim, um dos entrevistados afirmou não exercer funções na *cadeia*. Este, por outro lado, tem 40 anos de idade, é reincidente penitenciário, tendo transitado por três unidades do Complexo Penitenciário – Unidade Especial Disciplinar, Presídio de Salvador e Penitenciária Lemos Brito –, quando foi sentenciado a trinta e três anos de prisão pelo crime de tráfico de drogas. No que se refere à variável raça/cor, a maioria se declararam negros ou pardos, com exceção de um *faxina* que se declarou branco. Quando observado os níveis de escolaridade, prevalece o nível médio completo, com ressalva um *faxina*, que não concluiu o nível médio e um *ex-frente*, que não concluiu o nível fundamental.

Também são maioria, os que recebem visitas de familiares, com exceção do preso que não exerce funções. No entanto, mesmo não recebendo visitas, este interlocutor não se constitui em *maloqueiro* no universo prisional, pois desfruta de condições favoráveis na dinâmica do crime, bem como, da *solidariedade* dos companheiros de *cadeia*. Tal conjuntura traz à luz conforme ponderou Almeida e Paes-Machado (2008) a mobilidade de posições que os presos dispõem nas *cadeias*, a depender de sua pertença ao crime ou relações que cultive com o *frente* da unidade a qual estiver custodiado. Desse modo, o preso que se encontra posicionado na mais baixa hierarquia, como é a condição dos *maloqueiros*, podem tornar-se *faxina*, *carteiro*, *soldado* ou *apoio* a depender das relações que tenha com o líder. No entanto, é pouco provável que este *maloqueiro* se torne *frente*, devido aos requisitos-histórico-perfil já

descrito; a não ser que os adquira ao longo da experiência prisional<sup>109</sup>, como poderá vislumbrar na próxima seção.

## 5.2 DINÂMICAS ORGANIZACIONAIS

*Hoje temos mais organização.* Disse-me um *frente* de uma galeria de quase cem presos. No universo prisional, é quase uma máxima que as *cadeias* melhoraram após o estabelecimento de funções entre os presos. Os motivos são diversos: diminuição dos conflitos, mortes, extorsão, relações de autoritarismo entre *staffs* e presos, entre presos e presos, bem como, os sequestros a funcionários outrora recorrentes. Por outro lado, as funções em si tão-somente adquirem sentido e estabelecem a “ordem” se seus ocupantes respeitar as regras da população prisional. Assim, ponderou Eduardo, ao argumentar que a regra agora se consubstancia no *Respeito Total* [Ex-Frente PLB, 14/12/16], a fim de *tirar a cadeia em paz*. Disso se compreende que, embora ainda persistam opressões nas microrrelações estabelecidas entre os atores que compõe as dinâmicas prisionais, o possível apaziguamento nas *cadeias* relaciona-se intimamente ao desejo ardente de liberdade. De outro modo, o interesse dos *frentes* pela manutenção da ordem refere-se também a possíveis reações violentas desencadeada por autoridades, que podem em grande medida, desestabilizar as condições de privilégio (COELHO, 2005); por isso manter relações *pacíficas* com os *staffs* nas *cadeias* busca evitar, sobretudo, a *invasão da polícia, porque funcionário do presídio e presos não tem amizade*, mas pactos de concessões [João, Preso PLB, 14/12/16].

O estabelecimento desses pactos, por sua vez, pode ser observado no cotidiano prisional, como exemplifica João, ao argumentar que antigamente, *o funcionário não entrava*

---

<sup>109</sup> Como ocorrera com o falecido Pity, que ao adentrar o universo prisional não era constituído liderança entre os presos, ao contrário, seu perfil criminal assemelhava-se com os chamados “bandidos pé-de-chinelo”, de baixo potencial. Sua ascensão na dinâmica prisional e criminal se deu processualmente. (LOURENÇO; ALMEIDA, 2013).

*assim* – na ocasião fazia referencia a um membro do *staff* que transpassou as grades de entrada de um dos módulos da PLB e adentrou em parte do pátio para dialogar com outros presos –; que *naquele momento poderia muito bem sequestra-lo, mas não*. A negativa deste interlocutor em atacar o membro do *staff*, evidencia o acordo estabelecido pelo *frente* daquele módulo. Prosseguindo, apontou o atual tratamento dispensado aos presos acusados de crimes sexuais, em que já não se pode mais executá-los, *devido aos líderes que estão* [no comando], *são tratados da mesma forma. Quem eram os líderes antes eram pessoas sem juízo, por isso tinha muita morte, extorsão*. Porém a atual liderança se posiciona contrário a violências, no entanto, *os estupradores não são bem aceitos*. Por esse motivo, *muitos viram crença*, ou seja, tornam-se evangélicos. *Mas se vê que não há uma real mudança, ali dentro ainda está o estuprador* [Preso, PLB, 14/12/16]. No *mundo vivendi* das prisões comumente presos evangélicos são desacreditados, seja pelo *staff* ou população prisional.

De acordo com Dias (2005) tal sentença deve-se ao entendimento de que o processo de conversão estabelece vias de fuga ao convertido, como por exemplo, a possibilidade de afastar-se do convívio dos demais presos, visto que os trânsitos do *mundo do crime* difere do *proceder* evangélico. E estando estes distantes dos circuitos do crime, a possibilidade de *caguetar* é maior. E a *caguetagem* na *cadeia* constitui-se numa falta muito grave. No entanto, a desconfiança não se delimita a presos convertidos, mas a todos, sem direções precisas. Isto posto, é preciso *se vigiar, evitar estar muita gente da mesma região junta, ficar desconfiado, tem sempre que estar ludibriando*<sup>110</sup>. *Não pode formar barreira, muita gente junta* [João, Preso PLB, 14/12/16]. Ao tomar tais precauções, evidencia o interlocutor, impedem do *frente* e seus *soldados* pensarem que estão arquitetando planos para a tomada do poder. Porquanto, no imaginário local,

---

<sup>110</sup> *Ludibriar* nesse caso significa lançar ideias explicativas, contornar a situação.

A cobiça pela liderança reside nas regalias que lhe são permitidas e, principalmente, na possibilidade de obter ganhos monetários na função através da venda de diversos produtos e mercadorias que não estão disponíveis facilmente nos pavilhões. Dentro dos pactos informais estabelecidos, ao líder é permitido, por exemplo, ter uma lista de visitantes própria, fora dos procedimentos normais de controle; ter direito ao ‘sereno’, isto é, ficar até mais tarde no pátio; ficar em cela individual; ter fácil acesso à Segurança e à Direção; não pegar fila da refeição; cobrar valores por serviços feitos, dentre outros. É o líder quem determina, inclusive, quem pode ou não comercializar no pavilhão. O líder, pode, ainda, receber parte do que é comercializado pelos demais internos (ALMEIDA; PAES-MACHADO, 2011: 18).

Sobre essas questões, em verdade, a dinâmica organizacional dos presos nas unidades prisionais baianas constitui-se *como se fosse uma empresa, com funcionários, gerente, coordenador [...] faxina, carteiro etc. Daí o porquê não [se] pode passar por cima da ideia. Todo tipo de informação tem que passar por ele* [nesse caso fala-se do carteiro, ator responsável pelo repasse de informações ao frente] [João, Preso PLB, 14/12/16]. Desta feita, deve-se *escutar mais e falar menos, pois, uma palavra mata e a outra salva*, disto se conforma a *disciplina* [Pedro, Faxina PS, 03/03/17] nas *cadeias*. No entanto, o silêncio não significa corroborar com injustiças, como exemplifica Pedro, ao relatar uma situação em que dois presos o coagira a *bota um tumate*, ou seja, ascender um cigarro de maconha, mas sendo ele *crença* não poderia ter tal atitude. Logo, para se precaver, se direcionou ao *frente* e explicou a situação, em que foi orientado e tranquilizado. A outra parte, todavia, foi repreendida, em que o *frente* argumentou que *se alguma coisa acontecesse com o crença os presos* [coatores] *iriam ter com ele*. Ou seja, as *consequências* seriam acionadas. Por isso, salienta o interlocutor: *se estiver pelo certo, você tem que ter firmeza* [Pedro, Faxina PS, 03/03/17]. Mas, a postura firme deste interlocutor está para além de uma simples defesa, correlacionando-se, especialmente a outro princípio do universo prisional: o distanciamento do comportamento “típico de vacilão”, que na maior parte dos casos se orienta pela incapacidade do preso apreender e obedecer às normas que conduzem a vivência na prisão (COELHO, 2005).

De forma geral, ainda que permeado de tensões, assim se impõe a necessidade dos *frentes*, porque em toda cadeia tem o líder para cuidar, haja vista que se tiver algum barulho ele toma a frente [Pedro, Faxina PS, 03/03/17]. E também, entende-se que as funções entre os presos colaboraram para dotá-los de maior responsabilidade, como sugere Pedro: *essas funções ajudam a organizar a cadeia* [Faxina PS, 03/03/17], uma vez que, *contribuem para a ordem interna. Porque as pessoas já amanhecem o dia com a intenção de fazer alguma coisa. Sabe da responsabilidade* [Paulo, Faxina CP, 24/03/17]. E considerando que a maioria das cadeias do Complexo Penitenciário não possui atividades laborais, e as poucas que possuem o quantitativo de atividades não abarca grande parte da população prisional, estas funções ‘informais’ acabam por ocupar o tempo e mente dos presos, inibindo de certo modo a ociosidade. Indo além, ao confrontar tais questões, no panorama nacional Adorno (1991b) expõe que a conjuntura de caos nas cadeias brasileiras reflete o modelo imediatista de políticas penais adotada no país, que privilegia a contenção e segregação, em detrimento de perspectivas de reintegração dos presos. Com isso, *muitos dos jovens nas cadeias custodiados são recrutados pelo crime* [Bruno, Frente UED, 12/05/17], pois as legislações vigentes no país ainda se debruçam fortemente ao viés punitivista (CAPPI, 2015). E desse modo, agregam mais *soldados* ao comércio do tráfico, pois quando soltos os pactos estabelecidos nos ambientes prisionais são posto em prática nos pontos de venda nas ruas.

Desse modo, as famílias continuam sendo a força motriz da disposição entre os presos, seja pelo sentimento, ajuda material, palavra de conforto ou comunicação intra e extramuros. É a família que *contribui no que eu necessito* [Pedro, Faxina PS, 03/03/17]. Se precisar *comunicar algum problema, que não pode falar com o diretor, ai comunica a família*. É ela que faz e *traz tudo* [Fernando, Frente UED, 12/05/17]. E tratando-se de relações tão singulares, a cultura organizacional entre esses atores não poderia deixar a mercê o respeito às famílias. Logo, a cadeia permanece em paz, se o sagrado for respeitado, afinal, são elas que

estabelecem os *corres*. Por isso, quando nos dias de visita ou por uma cadeia transitar é preciso virar de costas ao passar um familiar, bem como, não é permitido ficar sem camisa ou coçando as partes íntimas, pois na linguagem local, significa estar estabelecendo sinais de cunho sexual à outra pessoa. Semelhantemente, deve-se evitar ficar *chocando* a visita alheia, pois se configura numa falta muito grave. Percebe-se que obedecer tais princípios contribui para a saúde do sistema – Estado, presos e famílias – que movimenta a lei e a ordem da “sociedade dos cativos<sup>111</sup>”.

---

<sup>111</sup> Termo utilizado por Gresham Sykes para expressar as múltiplas relações que conformam a população prisional (COELHO, 2005).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

No cenário contemporâneo, as *cadeias* brasileiras foram afetadas por distintas formas de gestão, em que diferentes atores passam a produzir normas e o cotidiano prisional. São agentes, presos-*frentes*, diretores, famílias; todos conectados na busca pela ordem interna. Com isso, grande parte da literatura nacional se debruçou a entender suas dinâmicas, mesmo que por vezes os trate de modo isolado. Em contrapartida, este estudo buscou demonstrar a forma pela qual são operadas estas dinâmicas, tomando como foco analítico os três atores proeminentes ao processo: o Estado, os *Frentes* e as Famílias.

Desse modo, a partir de pesquisa realizada no Complexo Penitenciário da Mata Escura, em Salvador, evidenciou-se que, apesar de estes atores ocuparem diferentes funções e disposições na realização da gestão prisional, juntos colaboram para o estabelecimento do ténue *regime de paz*, e, assim, *tocam as cadeias*. Igualmente, mostrou-se quão imperativo tornaram-se as funções entre os presos a dinâmica organizacional das instituições, em que perfis são estipulados e os atores selecionados permanecem responsáveis diretos pela gestão da ordem.

No intuito acima mencionado, faz-se necessário conter a população prisional do cometimento de deslizes que venham influenciar negativamente nos negócios as avessas operantes nas *cadeias*. Para tanto, são designados *soldados*, *carteiros*, *seguranças de portões*, *faxinas*, *maloqueiros*, e os maiorais: os *frentes*. Essas tramas, por sua vez, não se repercutem distantes do olhar dos *staffs* prisionais, ao contrário, são antes de tudo, com eles pactuados seja direta ou indiretamente. Tanto é que, trabalhos outrora desempenhados por agentes estatais, como por exemplo, a organização e vigilância dos pátios das *cadeias*, vão, no

decorrer dos anos, sendo deslocados aos *frentes* e seus grupos, evidenciando, destarte, as novas conformações relacionais entre o Estado e os presos.

Por outro lado, os presos não atuam somente em aparelhamento com o Estado. Nesse circuito, observaram-se as *redes de vínculos* mais intensas que dispõem dentro e fora das *cadeias*, com as famílias. Estas, *treinadas* pelos parentes presos, aprendem na cotidianidade a mobilizar-se entre os ambientes prisionais, afinal, são elas responsáveis pelos *corres*, que se constitui nas atividades basilares ao abastecimento afetivo, material e de serviços nas unidades prisionais. Por isso, passar por agruras na pior das hipóteses compõe a necessidade da luta pela vida daqueles que os sistemas de opressões muitas vezes buscaram devassar. Assim, viu-se similarmente que os *corres* no crime podem ser apreendidos tanto com agentes de controle estatal, quando utilizam da autoridade das fardas – estando nas *cadeias* ou nas ruas – para violentar, corromper e criminalizar as famílias dos presos. Quanto pelas imposições que a vida ajuda a incidir sobre eles, quando estabelecem diferentes artefatos (*merendas, bicos, crime, celulares ou drogas*) com vista à preservação e conexão familiar, porquanto, no plano de fundo, ainda recai sobre estes atores a motivação pela desejada reintegração social dos parentes presos.

Embora, para população prisional, o desejo por liberdade seja presença constante, há, ao mesmo tempo, o privilégio de exercer a função de *frente de cadeia*. São regalias, respeito pelos pares, dinheiro, prazeres, fluxos intensos dentro e fora das unidades componentes deste cenário. Nada passa despercebido ao olhar e mando dos *frentes* e através de suas dinâmicas as *cadeias giram*. Entretanto, o estabelecimento da ordem independe da função, e sim de seu ocupante. Em outras palavras, a ordem se faz a partir da mentalidade, das ideias que o preso-*frente* possui: se orientado pela perspectiva da violência, as *cadeias* aprofundam-se no caos, se inclinado ao *regime de paz*, não há espaços para guerras, a não ser que esteja em jogo a tomada do poder. Nessas circunstâncias, seus exércitos são acionados a agirem. Por isso,

como precaução, os presos tendem a evitar certos comportamentos, pois mais vale a *disciplina* nas *cadeias* do que a guerra generalizada.

Mesmo havendo conflitos e tensões, é consenso que as funções entre os presos modificaram o *modus vivendi* das *cadeias* baianas, reduzindo o número de homicídios, rebeliões, roubos e cobranças descabidas a presos e *staffs*. Assim, tais condições acabaram por conferir-lhes responsabilidades, pois ainda que exercidas individualmente, tem-se por concepção o coletivo<sup>112</sup>, haja vista que, quando desencadeadas, as *consequências* e processos de *encurralamentos* reverbera sobre toda a população prisional e suas famílias, o que dificulta em certa medida suas dinâmicas. Em razão disso, manter relações *pacíficas* e dominar-se pelo ordenamento do *respeito total*, tem por orientação, múltiplos propósitos, que para além de uma escolha coerente, visa conjuntamente operar o *comando entre cadeias*. Dessa maneira, acredita-se que esta análise, ao propor o encontro das dinâmicas organizacionais destes atores, possibilitou novo e amplo olhar sobre o processo de gestão prisional no cenário baiano.

---

<sup>112</sup> Conforme Biondi (2010).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

ADORNO, Sérgio. **A prisão sob a ótica de seus protagonistas:** itinerário de uma pesquisa. Tempo Social, revista sociologia da USP, S. Paulo, ano 3, p. 7-40, 1991a.

ADORNO, Sérgio. **Sistema Penitenciário no Brasil:** problemas e desafios. Revista USP, mar./abr./mai., 1991b.

ADORNO, Sérgio; DIAS, Camila Nunes. Articulação entre o mundo interno e externo às instituições prisionais: questões para a construção de um novo paradigma no domínio da sociologia das prisões. In: **36º Encontro Anual da ANPOCS**, 2013, Águas de Lindóia – ST 28 – Violência, criminalidade e punição no Brasil. ANAIS... Águas de Lindóia: ANPOCS, 2013.

ADORNO, Sérgio; SALLA, Fernando. **Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC.** Estudos Avançados, São Paulo, n. 21, p. 7-29, set./dez., 2007.

ALVAREZ, Marcos César; SALLA, Fernando; DIAS, Camila Nunes. **Das Comissões de Solidariedade ao Primeiro Comando da Capital em São Paulo.** Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 25, n. 1, 2013.

ALMEIDA, Odilza Lines de. **Sem lugar pra correr nem se esconder:** um estudo de vitimização no sistema penal baiano. Tese (Doutorado em Saúde Pública) pela Universidade Federal da Bahia, Instituto de Saúde Coletiva, Salvador/BA, 2011.236f.

ALMEIDA, Odilza Lines de; PAES-MACHADO, Eduardo. Jogos de Poder: análise dos pressupostos do sistema de controle no cotidiano de uma unidade prisional. In: **32º Encontro Anual da ANPOCS**, 2008, Caxambu – GT 8 – Crime, Violência e Punição. ANAIS...Caxambu: ANPOCS, 2008.

ANTUNES, Sara Vieira. De caminhadas e corredores: Ambientes e artefatos na produção da vida em uma penitenciária feminina. In: **30ª Reunião Brasileira de Antropologia**, 2016, João Pessoa – GT 31 – Etnografias da (des)ordem: ilegalismos, mercados e controles”. ANAIS... João Pessoa: RBA, 2016.

BARBOSA, Antônio Carlos Rafael. **Prender e dar fuga:** biopolítica, sistema penitenciário e tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Antropologia Social) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Rio de Janeiro/RJ, 2005. 546f.

BIONDI, Karina. **Junto e Misturado:** Imanência e Transcendência no PCC. 2009. 198f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, São Carlos/SP, 2009.

BIONDI, Karina. **Junto e Misturado:** uma etnografia do PCC. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2010a.

BIONDI, Karina. **A vida em estado de campo:** Apontamentos sobre pesquisa de um objeto nebuloso. In: 27ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2010, Belém – GT dinâmicas criminais e dispositivos de controle. ANAIS... Belém: Reunião Brasileira de Antropologia, 2010b.

BIONDI, Karina. **Etnografia no movimento:** território, hierarquia e lei no PCC. 2014. 334f. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, São Carlos/SP, 2014.

BIONDI, Karina. **Prof.ª Biondi:** o PCC sobrevive mesmo sem cabeças. Entrevistador: AMORM, Paulo Henrique. Conversa Afiada, 06/01/2017. Disponível em: <<https://www.conversaafiada.com.br/brasil/prof-a-biondi-o-pcc-sobrevive-mesmo-sem-cabecas>> Acesso em: 22 fev. 2017.

BIRKBECK, Christopher Howard. **Prisiones e internados:** una comparación de los establecimientos penales en América del Norte y América Latina. Caderno CRH, Salvador, v. 23, n. 58, abr., 2010.

BOISSEVAIN, Jeremy. Apresentando “amigos de amigos”: redes sociais, manipuladores e coalizões. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas:** métodos. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

CAPPI, Riccardo. Riccardo Cappi: enquanto olharmos os jovens como monstros, só vamos produzir respostas destrutivas. **Justificando:** mentes inquietas pesam direito, 19/08/2015. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2015/08/19/riccardo-cappi-enquanto-olharmos-os-jovens-como-monstros-so-vamos-produzir-respostas-destrutivas/>>. Acesso em: 31 mai. 2017.

CARDOSO, Ruth C. L. “Aventuras de antropólogos em campo, ou como escapar das armadilhas do método”. In: **A aventura antropológica:** teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. Pesquisa *em versus* pesquisas *com* seres humanos. In: OLIVEN, Ruben George et al. (Org.). **Antropologia e Ética. O debate atual no Brasil.** Niterói: EdUFF, 2004.

CASTRO, Myriam Mesquita Pugliese de. **Ciranda do Medo:** Controle e dominação no cotidiano da prisão. Revista USP, Mar./Abr./Mai., 1991.

CARVALHO, E. J. **A Face Maculada:** dilemas em torno do cárcere. São Paulo/SP: Biblioteca 24 horas, 2010.

COELHO, Edmundo Campos. **A oficina do diabo e outros estudos sobre criminalidade.** Rio de Janeiro: Record, 2005.

COMISSÃO ESPECIAL DE SISTEMA PRISIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA. **Relatório visitas aos presídios.** OAB: Bahia, 2016.

CORREIO DA BAHIA. **Traficantes decretam toque de recolher na Mata Escura.** Disponível em: <<http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/traficantes-decretam->

toque-de-recolher-na-mata-escura-apos-morte-de-  
traficante/?cHash=1f11a4c2216e5ba41b956a083b80d47b>. Acesso em: 19 nov. 2016.

COSTA, Camila. Bairro que cresceu ao lado do presídio da Mata Escura convive com violência. **Correio da Bahia**, Salvador, 30 de nov. 2014. Disponível em: <<http://www.correio24horas.com.br/detalhe/encarcerados/noticia/encarcerados-domingo-vizinhos-do-crime/?cHash=8ea1e497389e79c76c2b754e6f38d816>>. Acesso em: 31 mai. 2016.

COSTA, Diego. Mata do Complexo Penitenciário da Mata Escura. **Correio da Bahia**, Salvador, 27 de nov. 2014. Disponível em: <<http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/mapa-do-complexo-penitenciario-da-mata-escura/?cHash=4a0e031bc891a6aa8c97a514b32859d1>> Acesso em: 31 mai. 2016.

CUNHA, Manuela Ivone P. da. O bairro e a prisão: a erosão de uma fronteira. 2003. In: BRANCO, Jorge Freitas; AFONSO, Ana Isabel (Org.). **Retóricas sem fronteiras**. Lisboa: Celta, v. 1. p. 101-109, 2003.

CUNHA, Manuela Ivone P. da. Prisão e Sociedade: Modalidades de uma conexão. 2008. In: CUNHA, Manuela Ivone P. da. (org.). **Aquém e além da prisão. Cruzamentos e perspectivas**. Lisboa: 90ª Editora, 2008.

DALTRO, Euzeni. Prostituição em penitenciária baiana tem até catálogo virtual. **O Globo**, 15/09/2014. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/prostituicao-em-penitenciaria-baiana-tem-ate-catalogo-virtual-13937312#ixzz4jFN8nRAR>>. Acesso em: 06 mai. 2017.

DALTRO, Euzeni. Mulheres passam 15 horas ao relento para visitar internos. **Jornal A Tarde**, 10/09/2014. Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/mulheres-passam-15-horas-ao-relento-para-visitar-presos-1621459>>. Acesso em: 28 mai. 2017.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. **El estado y sus márgenes: etnografias comparadas**. Cuadernos de antropología social, n. 27, p. 19-52, 2008.

DAS, Veena; POOLE, Deborah (Eds.) *Anthropology in the Margins of the State*. Santa Fé, Oxford: School of American Research Press/ James Currey, 2004. Resenha de: OLINGER, Marianna. **O Estado na Margem da Sociedade: para pensar as fronteiras na cidade**. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles, 9/dez. 2009.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Tradução de Peter Pál Pelbart, São Paulo/SP: Ed. 34, 1992.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. **Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista**. Tese (Doutorado em Sociologia) pela Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2011. 355f.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. **Efeitos simbólicos e práticos do Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) na dinâmica prisional**. Revista Brasileira de Segurança Pública. São Paulo, ano 3, ago./set, p. 128-144, 2009a.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. Práticas punitivas na prisão: institucionalização do ilegal e legalização do arbitrário. In: **35º Encontro Anual da ANPOCS**, 2011, Caxambu – GT 8 – Crime, violência e punição. ANAIS... Caxambu: ANPOCS, 2008.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. **Ocupando as brechas do direito formal:** o PCC como instância alternativa de resolução de conflitos. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 83-105, abr./jun. 2009b.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. **Evangélicos no cárcere:** representação de um papel desacreditado. Debates do NER, Porto Alegre, ano 6, n. 8, jul./dez., 2005, p. 39-55.

DIAS, Camila Caldeira Nunes; SALLA, Fernando; HIGA, Gustavo. **Serpentes Negras:** fantasma das Comissões de Solidariedade ou precursora do Primeiro Comando da Capital (PCC)? Curitiba: V Seminário de Sociologia e Política, 2014.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico.** 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

DOMINGOS, Jefferson. **PF deflagra operação contra quadrilha do "Bonde do Maluco".** Jornal A TARDE, 13/04/2016. Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/bahia/noticias/1760727-pf-deflagra-operacao-contr-quadrilha-do-bonde-do-maluco>> Acesso em: 23 mai. 2017.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. **Recordações da Casa dos Mortos.** [S. I.]: Nova Alexandria, 2006.

FAVRET-SAADA, Jeane. **Ser afetado.** Cadernos de Campo, n.13, p. 165-161, 2005.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Fronteiras de tensão:** um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) pela Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas/SP, 2008a. 336f.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Trabalhadores de bandidos:** categorias de nomeação, significados políticos. Revista Temáticas. Campinas: Unicamp, v.15, p. 11-50, 2008b.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Crime e castigo na cidade:** os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. Salvador: Cad. CRH, v.23, n.58, pp.59-73, 2010a.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Margens da política, fronteiras da violência:** uma ação coletiva das periferias de São Paulo. Lua Nova, São Paulo, v. 79, p. 201-233, 2010b.

FERRAZ DE LIMA, Jaquecline Stefanny. **Mulher fiel:** as famílias das mulheres dos presos relacionados ao Primeiro Comando da Capital. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) pela Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP, 2014. 164f.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão.** Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** [S. I.]: Sabotagem, 1999.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso:** Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Luana Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo, SP: Layola, 1971.

G1 BAHIA. **Grupo de 17 presos serra grades e foge da Cadeia Pública, em Salvador.** G1 BAHIA, Salvador, 13 de jan. 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bahia/noticia/2017/01/grupo-de-17-presos-serra-grades-e-foge-da-cadeia-publica-em-salvador.html>>. Acesso em: 13 jan. 2017.

GARLAND, David. **A Cultura do Controle:** crime e ordem social na sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2008.

GUATTARI, Felix; DELEUZE, Gilles. **Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia.** Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. v.1, São Paulo, SP: Editora 34, 1995.

GUATTARI, Felix; DELEUZE, Gilles. **Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia.** Tradução de Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. v.5, São Paulo, SP: Editora 34, 1997.

GUATTARI, Felix; DELEUZE, Gilles. Mil platôs. vol. V. São Paulo: Ed. 34. 1997. Resumo de: **SELEÇÃO DE TEXTO DE DELEUZE & GUATTARI SOBRE EPISTEMOLOGIA.** Disponível em: <<http://umuarama.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2013/04/ci%C3%AAncia-menor.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

GODOI, Rafael. **Ao redor e através da prisão:** cartografia do dispositivo carcerário contemporâneo. Dissertação (Mestrado em Sociologia) pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2010.203f.

GODOI, Rafael. **Fluxos em cadeia:** as prisões em São Paulo na virada dos tempos. Tese (Doutorado em Sociologia) pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2015.243f.

GODOI, Rafael. **Para um reflexão dos efeitos sociais do encarceramento.** Revista Brasileira de Segurança Pública, v.5, n.8, p.138, 2011.

GÓES, Eda Maria. **A recusa das grades:** rebeliões nos presídios paulistas: 1982-1986. São Paulo: IBCCRIM, 2009.

GRILLO, Carolina Christoph. **Coisas da Vida no Crime:** Tráfico e roubos em favelas cariocas. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Rio de Janeiro/RJ, 2013. 280f.

HIRATA, Daniel Veloso. **Sobreviver na adversidade:** entre o mercado e a vida. Tese (Doutorado em Sociologia) pela Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo/SP, 2010. 367f.

ITABERABA NOTÍCIAS. **Preso é espancado na Unidade Especial Disciplinar do Complexo da Mata Escura.** Disponível em: <<http://www.itaberabanoticias.com.br/crimes/preso-e-espancado-na-unidade-especial-disciplinar-do-complexo-da-mata-escura>>. Acesso em: 24 out. 2016.

KRAHN, Natasha Maria Wangen. **Ressocializando?:** as percepções sobre a implementação de políticas laborativas e educacionais em uma unidade prisional. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) pela Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA, 2014. 250f.

LATOURE, Bruno. **A esperança de Pandora:** ensaio sobre a realidade dos estudos científicos. Bauru: EDUSC, 2001.

LATOURE, Bruno. **Faturas/Fraturas:** da noção de rede à noção de vínculo. Tradução de Theophilos Rifiotis. Revista Ilha, v.17, n.2, p. 123-146, ago./dez. 2015.

LEEDS, Elizabeth. Prefácio. In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz (Org.). **As ciências sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil.** São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Urbania; ANPOCS, 2011.

LOURENÇO, Luiz Claudio; ALMEIDA, Odilza Lines de. “Quem quer manter a ordem, quem quer criar desordem” - dinâmicas das gangues prisionais no estado da Bahia. In: **35º Encontro Anual da ANPOCS**, 2011, Caxambu – GT 38 Violência, Criminalidade e Punição no Brasil. ANAIS... Caxambu: ANPOCS, 2011.

LOURENÇO, Luiz Claudio; ALMEIDA, Odilza Lines de. "**Quem mantém a ordem, quem cria desordem**": gangues prisionais na Bahia. Tempo Social, revista de sociologia da USP. v. 25, n. 1, p. 37-59, 2013.

LOURENÇO, Luiz Claudio. **Contribuições pioneiras das Ciências Sociais no estudo sobre as prisões brasileiras do séc. XX.** Vivência: Revista de Antropologia, v. 1, p. 169-180, 2016.

LOURENÇO, Luiz Claudio. **Gestão do PT na BA ‘priorizou captura e morte de líderes do tráfico’.** Entrevistador: SILVA, Rodrigo Daniel. Bahia.ba, Salvador, 18 de jan. 2017. Disponível em: <<http://bahia.ba/politica/gestao-do-pt-na-ba-priorizou-captura-e-morte-de-lideres-do-trafico/>>. Acesso em: 27 jan. 2017.

LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz (Org.). **As ciências sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil.** São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Urbania; ANPOCS, 2011.

LIMA, William da Silva. **Quatrocentos contra um:** uma história do Comando Vermelho. São Paulo: Labortexto Editorial, 2001.

MAIA et al. Introdução: História e Historiografia das prisões. In: MAIA, Clarissa Nunes et al. (Org.). **História das prisões no Brasil.** Volume I. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

MALVASI, Paulo Artur. **Interfaces da vida loka:** um estudo sobre jovens, tráfico de drogas e violência em São Paulo. Tese (Doutorado em Saúde Pública) pela Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública, São Paulo/SP, 2012. 288f.

MARQUES, Adalton. **“Proceder”**: o certo pelo certo no mundo prisional. Trabalho de Conclusão de Curso pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo, São Paulo/SP, 2006. 102f.

MARQUES, Adalton. **Crime, proceder, convívio-seguro**: um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2009.115f.

MARQUES, Adalton. **Do ponto de vista do “crime”**: notas de um trabalho de campo com “ladrões”. Horizontes Antropológicos, n. 45, p. 335-367, 2016.

MISSE, Michel. **Violência**: o que foi que aconteceu? Jornal do SINTURF, ano XVII, n. 529, 2002.

MORAES, Pedro R. Bodê de. **A identidade e o papel de agentes penitenciários**. Tempo Social, revista de sociologia da USP, São Paulo, v. 25, n. 1, jun., 2013.

OLIVEIRA, Hilderline Câmara de. **Códigos de sustentação da linguagem no cotidiano prisional do Rio Grande do Norte**: Penitenciária Estadual de Parnamirim. Tese (Doutorado em Sociologia) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas. Letras e Artes, Natal/RN, 2010, 148f.

PADOVANI, Natália Corazza. **Sobre casos e casamentos**: Afetos e “amores” através de penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona. Tese (Doutorado em Antropologia Social) pela Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas/SP, 2015, 400f.

PASSETTI, Edson. **Ensaio sobre um abolicionismo penal**. Verve. revista semestral autogestionária do Nu-Sol., n. 9, 2006.

PEIXINHO, Franklim da Silva. **Drogas e Sociedade Carcerária no Sistema Prisional Baiano**: Um estudo das condições para implantação do programa de redução de danos a partir da análise da Colônia Penal de Simões Filho – Bahia. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social) pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas, Cruz das Almas/BA, 2014. 176f.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O Pesquisador, o problema da pesquisa, a escolha de técnicas: algumas reflexões. In: LUCENA, Célia Toledo et al. **Pesquisa em Ciências Sociais**: olhares de Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo: Humanitas, 2008.

SANTOS, Taysa Silva. **Paz na cadeia**: as lideranças dos presos. Monografia (Serviço Social) pelo Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira/BA, 2014.93f.

TEIXEIRA, Alessandra. **Do sujeito de direito ao Estado de exceção**: o percurso contemporâneo do sistema penitenciário brasileiro. Dissertação (Mestrado em Sociologia)

pela Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo/SP, 2006. 182f.

TEIXEIRA, Alessandra. **Políticas penais no Brasil contemporâneo: uma história em três tempos.** L'Ordinaire des Amériques, n. 216, 2014.

TELLES, Vera da Silva; HIRATA, Daniel Veloso. **Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito.** Estudos avançados, v. 21, n. 61, p. 173-191, 2007.

TELLES, Vera da Silva. **Nas dobras do legal e do ilegal: Ilegalismos e jogos de poder nas tramas da cidade.** Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Vol. 2 - no 5-6 - Jul/Ago/Set-Out/Nov/Dez, 2010a - pp. 97-126

TELLES, Vera da Silva. Introdução. In: TELLES, Vera da Silva. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal.** Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010

RACIONAIS MC'S. **Diário de um detento.** Disponível em: <<https://www.vagalume.com.br/racionais-mcs/diario-de-um-detento.html>>. Acesso em: 14 jun.2016.

RAMALHO, José Ricardo. **Mundo do Crime: a ordem pelo avesso.** Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

SALLA, Fernando. **Os impasses da democracia brasileira: o balanço de uma década de políticas para as prisões no Brasil.** Lusotopie, 2003, p.419-435.

SALLA, Fernando. A pesquisa na prisão: labirintos. In: LOURENÇO, Luiz Claudio; GOMES, Geder Luiz Rocha (Org.). **Prisões e Punição no Brasil Contemporâneo.** Salvador: EDUFBA, 2013.

SALLA, Fernando; GAUTO, Maitê; ALVAREZ, Marcos César. **A contribuição de David Garland: a sociologia da punição.** Tempo Social, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 329-350, 2006.

SILVESTRE, Giane. **Dias de visita: uma sociologia da punição e das prisões em Itirapina.** Dissertação (Mestrado) pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SC, 2011.190f.

SINDICADO DOS AGENTES PENITENCIÁRIOS DA BAHIA. **Enxugando o gelo 202.** Disponível em: <<http://www.sinspeb.org.br/index.php/enxugando/enxugando-gelo-202/>>. Acesso em: 22 mai. 2017.

SINDICADO DOS AGENTES PENITENCIÁRIOS DA BAHIA. **Enxugando o gelo 196.** Disponível em: <<http://www.sinspeb.org.br/index.php/enxugando/enxugando-gelo-196/>>. Acesso em: 22 mai. 2017.

SINDICADO DOS AGENTES PENITENCIÁRIOS DA BAHIA. **Enxugando gelo (13-06-2015).** Disponível em: <<http://www.sinspeb.org.br/index.php/enxugando/enxugando-gelo-13-06-2015/>>. Acesso em: 22 mai. 2017.

SINDICADO DOS AGENTES PENITENCIÁRIOS DA BAHIA. **Enxugando o gelo 203**. Disponível em: <<http://www.sinspeb.org.br/index.php/enxugando/enxugando-gelo-203/>>. Acesso em: 22 mai. 2017.

SINDICADO DOS AGENTES PENITENCIÁRIOS DA BAHIA. **Enxugando o gelo 219**. Disponível em: <<http://www.sinspeb.org.br/index.php/enxugando/enxugando-gelo-219/>>. Acesso em: 22 mai. 2017.

URIARTE, Urpi Montoya. **Podemos todos ser etnógrafos**. Etnografia e narrativas, 2012.

VASKU, Monica. **Provocações no Youtube, gírias e crimes; conheça as facções que espalham terror por bairros da capital**. Disponível em: <<http://www.aratuonline.com.br/noticias/provocacoes-no-youtube-girias-e-crimes-conheca-as-faccoes-que-espalham-terror-por-bairros-da-capital/>> Acesso em: 23 mai. 2017.

VARELA NOTÍCIAS. **“Hêa”, “Tudo 3”, “É noix”**: Conheça as simbologias e saudações das facções mais perigosas da Bahia. Jornal Aratu Online, 25/03/2015. Disponível em: <<http://varelanoticias.com.br/hea-tudo-3-e-noix-conheca-as-simbologias-e-saudacoes-das-faccoes-mais-perigosas-da-bahia/>>. Acesso em: 14 out. 2016.

WACQUANT, Loïc. **As Prisões da Miséria**. Tradução de André Telles. [S. I.]: Sabotagem, 1999.

WENDEL, Bruno. Loteamentos prisionais. **Correio da Bahia**, Salvador, 22 de nov. 2016. Folha Mais, p. 14-15.

WENDEL, Bruno Wendel; Lara, BASTOS. Antes parceiras, BDM e Caveira acirram disputa por ‘bocas’ de tráfico. **Jornal Correio da Bahia**, 22/03/2016. Disponível: <<http://www.correio24horas.com.br/detalhe/bahia/noticia/antes-parceiras-bdm-e-caveira-acirram-disputa-por-bocas-de-trafico/?cHash=06c80e742b3a2d3068bfd8aeaf1689bb>> Acesso em: 23 mai. 2017.

ZALUAR, Alba. O antropólogo e os pobres: introdução metodológica e afetiva. In: ZALUAR, Alba. **A Máquina da Revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985.

**APÊNDICE A – Glossário da linguagem prisional**

**Andando e se ligando** – Quando entrar no pátio do módulo ficar atento.

**Baratino** – Enganar outro (a).

**Baratão** – Genitália feminina.

**Barril** – Situação difícil.

**Barril de pólvora** – Está perto de estourar.

**Baculejo** – Revistar as celas ou presos.

**Baguio** – remete a materiais e situações.

**Baseado** – Maconha.

**Boi** – Sanitário.

**Cadeia Virar** – Rebelião, motim de presos.

**Cafofo** – Lugar onde são guardados celulares, facas etc.

**Caminhada** – O percurso da vida.

**Catatau** – Carta.

**Chocando** – Olhar, encarar a visita.

**Conspirando** – Arquitetando uma armação.

**Comédia** - Refere-se a alguém desacreditado.

**Crença** – Presos cristãos, evangélicos.

**Crencinha** – Igreja.

**Encurralar** – Deixar a pessoa sem saída.

**Escaldar** – Massacrar.

**É nenhuma** - Não tem problema.

**Fariseu** – Antiga denominação dada a presos sem valor social.

**Ferro** – Arma Oitão.

**Fiaba** – Peçaço pequeno.

**Homem de Branco** – Médico.

**Homem de Anel** – Advogado.

**Ligado** – De olho.

**Macaca** – Metralhadora.

**Maloqueiro ou Maloca** – Preso sem valor social.

**Meus Brechós** – Pertences do preso.

**Não tiro cadeia pra trás** – Pessoas que vacilam, não sabem tirar cadeia.

**Pacaia** – Fumo.

**Pala** – Mostrar, Lance.

**Pegar a visão** – Entender a situação para não praticar bobagens.

**Roa** – Coroa.

**Se ligue na cadeia** – Ficar de olho aberto na dinâmica.

**Subindo o morro** – Subir para parte superior do prédio/módulo.

**Soldado** – Presos que trabalham para o *Frente*.

**Tá armando** – Atribuir a outro fato que não cometeu.

**Tête-à-tête** – Estar próximo.

**Troxa** – Maconha.

**Xana** – Vagina.

**Xerife** – Antiga denominação dada às lideranças dos presos.

**APÊNDICE B – Termo de Autorização da Pesquisa****UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS**

Governo do Estado da Bahia  
Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização  
Superintendência de Gestão Prisional - SGP

Ofício nº 422/2016 – SGP

Salvador, 10 de maio de 2016.

Prezados Diretores  
PLB, PS, UED E CP  
Rua Direta da Mata Escura, S/Nº - Complexo Penitenciário  
CEP: 41.225-000 – Salvador/BA

Senhores Diretores,

Em atendimento a solicitação do Coordenador do Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Prof. Dr. Herbert Toledo Martins, a Superintendência de Gestão Prisional autoriza a aluna **TAYSA SILVA SANTOS**, mestranda em Ciências Sociais, a exercer suas atividades de pesquisa do tema "Liderança dos Presos, no âmbito das dependências do Complexo Penitenciário da Mata Escura", nas Unidades PLB, PS, UED e CP.

Esta Superintendência se coloca favorável a pesquisa acadêmica, ressaltando que as datas e horários para visitas serão acordados com a Direção das Unidades, assim como todas as regras de Segurança Prisional e Sigilo Ético orientados pela Direção, deverão ser obedecidos pela pesquisadora.

Atenciosamente,

**JÚLIO CÉSAR FERREIRA DOS SANTOS – Maj PM**  
*Superintendente de Gestão Prisional*

RMB